

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

**UNIPLAC: A IDÉIA DE UNIVERSIDADE COMO DISCURSO DE  
DESENVOLVIMENTO**

**FLORIANÓPOLIS (SC), DEZEMBRO DE 2001**

**LEIDA MARIA MARTINS VIEIRA**

**UNIPLAC: A IDÉIA DE UNIVERSIDADE COMO DISCURSO DE  
DESENVOLVIMENTO**

**Dissertação apresentada como requisito parcial à  
obtenção do grau de Mestre em Sociologia  
Política, Curso de Pós-Graduação em Sociologia  
Política, Universidade Federal de Santa Catarina  
e Universidade do Planalto Catarinense.**

**Orientador: Prof. Dr. Fernando Ponte de Sousa**

**FLORIANÓPOLIS (SC), DEZEMBRO DE 2001**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

**UNIPLAC: A Idéia de Universidade como Discurso de Desenvolvimento**

**Leida Maria Martins Vieira**

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pelo Orientador e Membros da Banca Examinadora, composta pelos Professores.

Prof. Dr. Fernando Ponte de Sousa

Orientador

Prof.

Membro

Prof.

Membro

Prof. Dr. Fernando Ponte de Sousa

Coordenador do Curso

Aprovado em dezembro de 2001.

Florianópolis, dezembro de 2001

## **AGRADECIMENTOS**

Ao professor Dr. FERNANDO por me conduzir desde os primeiros momentos deste trabalho como meu orientador.

À UFSC/UNIPLAC pela oportunidade de realizar o Curso de Mestrado Interinstitucional.

Aos meus FAMILIARES pelo apoio e compreensão durante o trabalho.

Aos meus colegas JANE, Jafa, PEDRO, SILVIA, DANUSIA e ROSA pelo apoio logístico e incentivos.

Aos FUNCIONÁRIOS e à equipe diretiva da UNIPLAC pela presteza no fornecimento dos dados e documentos solicitados.

À professora JANICE e TAMARA pelo apoio e orientação.

À professora Msc. IZABELLA BARISON MATOS e ao professor Dr. CESAR AUGUSTO MUNIZ pelas orientações e incentivos quando da realização do projeto deste trabalho.

A todos os ENTREVISTADOS e aos PREFEITOS de Bocaina do Sul, Campo Belo do Sul, Cerro Negro, São Joaquim, Urubici e Rio Rufino que gentilmente responderam às nossas solicitações.

À DENISE, FRANCINE e ANTONIO SERGIO GOMES JÚNIOR pela ajuda na digitação e transcrições das entrevistas.



## SUMÁRIO

<b>LISTA DE SIGLAS .....</b>	<b>iv</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>vi</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>vii</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO I - O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: UMA APROXIMAÇÃO HISTÓRICA .....</b>	<b>5</b>
1.1 O ENSINO SUPERIOR EM LAGES (SC) DE 1959 A 1999.....	13
<b>CAPÍTULO II - O DISCURSO DE DESENVOLVIMENTO E A IDÉIA DE UNIVERSIDADE EM LAGES DESDE 1959 ATÉ 1999.....</b>	<b>20</b>
2.1 A REGIÃO SERRANA.....	20
2.2 LAGES: DESENVOLVIMENTO E ENSINO SUPERIOR .....	24
2.2.1 A Idéia dos Fundadores do Ensino Superior em Lages.....	28
2.2.2 O Discurso de Desenvolvimento .....	39
2.3 A UNIPLAC E A IDÉIA DE UNIVERSIDADE .....	47
<b>CAPÍTULO III - A IDÉIA DE DESENVOLVIMENTO E DE UNIVERSIDADE DE ALGUMAS AUTORIDADES E DE ALGUNS DIRIGENTES DE ASSOCIAÇÕES DE EMPRESÁRIOS DA REGIÃO SERRANA .....</b>	<b>57</b>
<b>CAPÍTULO IV - A IDÉIA DE DESENVOLVIMENTO E A PRÁTICA DAS UNIDADES DE ENSINO SUPERIOR (FACEC E FACIP) E DA UNIVERSIDADE</b>	

<b>DO PLANALTO CATARINENSE - UNIPLAC</b> .....	74
4.1 O ENSINO .....	77
4.1.1 O Discente .....	78
4.1.2 O Docente .....	80
4.2 A PESQUISA.....	87
4.3 A EXTENSÃO .....	94
<b>CAPÍTULO V - REFLEXÃO SOBRE A IDÉIA DE UNIVERSIDADE COMO DISCURSO DE DESENVOLVIMENTO</b> .....	98
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	111
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	114
<b>ANEXOS</b> .....	118



## LISTA DE SIGLAS

LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ACC	Associação Catarinense de Cultura
UNIPLAC	Universidade do Planalto Catarinense
MEC	Ministério de Educação e Cultura
CFE	Conselho Federal de Educação
CFE/DESU	Conselho Federal de Educação/Divisão do Ensino Superior
FACEC	Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis
CEE/SC	Conselho Estadual de Educação/Santa Catarina
FACIP	Faculdade de Ciências e Pedagogia
RS	Rio Grande do Sul
PR	Paraná
UNB	Universidade de Brasília
UDN	União Democrática Nacional
PSD	Partido Social Democrático
FIESC	Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
CNI	Confederação Nacional da Indústria
PLAMEG	Plano de Metas do Governo
AMURES	Associação dos Municípios da Região Serrana
FEL	Fundação Educacional de Lages
UDESC	Universidade do Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
PCD	Projeto Catarinense de Desenvolvimento
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
DAENS	Departamento Autônomo de Ensino Superior

UPC	Fundação Universidade do Planalto Catarinense
DOSC	Diário Oficial de Santa Catarina
AMPE Serrana	Associação de Micros e Pequenas Empresa de Lages e Região
ACIL	Associação Comercial e Industrial de Lages
PDTR	Programa de Desenvolvimento Tecnológico Regional da AMURES

## RESUMO

O presente trabalho foi realizado na perspectiva de apreender, a partir das falas e dos documentos, a idéia de universidade como discurso de desenvolvimento no decorrer da história do Ensino Superior em Lages, desde a criação até a transformação da UNIPLAC em universidade. A investigação desenvolveu-se através da análise de documentos contidos nos Relatórios que compõem o Processo de Reconhecimento da Universidade do Planalto Catarinense-UNIPLAC, e de entrevistas realizadas com professores, presidentes de associações comerciais e representantes dos poderes públicos municipais. Utilizou-se também de um questionário dirigido aos senhores prefeitos da Região da AMURES. Priorizou-se nos depoimentos o discurso de desenvolvimento, a idéia de universidade e as expectativas em relação à criação do Ensino Superior. Com base nos indicadores internos da UNIPLAC: ensino, pesquisa e extensão procurou-se inferir se a UNIPLAC materializa a idéia de universidade como discurso de desenvolvimento ou a idéia de universidade como suporte do Desenvolvimento Regional do Planalto Serrano Catarinense, idéias estas, presentes nas falas e documentos pesquisados. Para atingir os objetivos propostos tomou-se como categorias de análise algumas idéias de desenvolvimento reiteradas nos depoimentos dos entrevistados e nos documentos pesquisados. A partir da reflexão sobre a idéia de universidade como discurso de desenvolvimento, concluiu-se que a Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC é uma idéia ainda em processo a ser materializada através de suas ações.

Palavras Chaves: Universidade, Desenvolvimento e Ensino Superior.

## **ABSTRACT**

The objective of the present work is to learn, from speeches and documents, the idea of university as a discourse of development, in the history of the Superior Education in Lages, since the criation of Uniplac until its transformation into University. The instruments used in this investigation were documents about the Reports which make part of the Process of Recognition of the Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC, interviews with teachers, comercial associations presidents and people representaing the public power in the municipality, as well as a questionnaire addressed to the mayors of the AMURES Region. The discourse of development, the idea of university, the expectations in relation to the criation of the Superior Education and the transformation of Uniplac into University were the principal elements of analysis of the subject's statements. Based on the internal indicators of Uniplac: teaching, research and extension, it was attempted to infer if UNIPLAC materIALIZES the idea of university as a discourse of development. Aiming at achieving this objective, some ideas of development which were reiterated in the speeches were the categoies analysed. Taking into account the idea of university as a discourse of development, the study suggests that the University of Planalto Catarinense – UNIPLAC is an idea which is still being processed and that may become true through its actions.

Key words: University, Development and Higher Education.

## INTRODUÇÃO

A Universidade do Planalto Catarinense é reconhecida em 1999, portanto, quarenta anos após a implantação dos primeiros cursos de ensino superior em Lages. Durante todos esses anos ouve-se dizer que a universidade em Lages é necessária ao desenvolvimento da cidade e região.

Assim, o discurso de desenvolvimento regional é justificativa para a criação, implantação, implementação do ensino superior e, também, para a transformação da UNIPLAC em universidade .

Indagar sobre a idéia de universidade e sobre o discurso de desenvolvimento são preocupações dessa pesquisa. Busca-se fundamentação teórica em autores que trabalham a história do Ensino Superior no Brasil e em Santa Catarina, e em alguns teóricos que discorrem sobre desenvolvimento e universidade.

Como metodologia utiliza-se a pesquisa documental e empírica, entrevistas individuais, abertas, gravadas e questionários. Os instrumentos de pesquisa: entrevistas e questionários ficam sob a guarda da mestranda.

A pesquisa documental tem como principal aporte os documentos contidos nos Relatórios do Processo de Reconhecimento da Universidade do Planalto Catarinense.

Com o objetivo de apreender a idéia de Universidade e a concepção de desenvolvimento realizam-se entrevistas com pessoas da comunidade, dirigentes de associações significativas para a região, como o presidente da Associação Comercial e Industrial de Lages (ACIL), senhor Paulo Cesar da Costa e o presidente da Associação das Micro e Pequenas Empresas (AMPE), senhor Clóvis Ferreira.



Como representante do Legislativo Municipal é entrevistado o presidente da Câmara de Vereadores da cidade de Lages , senhor Jacinto Bett.

Buscando colher informações sobre o posicionamento do Executivo local entrevista-se o senhor Joaquim Goulart Junior, Secretário do Desenvolvimento Econômico e Turismo de Lages.

Como atores sociais diretamente envolvidos no processo de criação, implantação, implementação do Ensino Superior em Lages e no processo de transformação da UNIPLAC em universidade, alguns professores são entrevistados. Entre eles, o professor Mestre Pedro Gasparin, que preside durante oito anos a Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense-Uniplac. O professor Gasparin tem seu último mandato interrompido, quando, através de eleições antecipadas, é eleita a professora Mestra Nara Maria Kuhn Göcks que, como presidente da Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense – UNIPLAC, comanda o processo de transformação da UNIPLAC em universidade.

São entrevistados, também, os professores Júlio Malinverni e Antonio Carlos Koeche , participantes do grupo fundador da Associação Catarinense de Cultura (ACC) , primeira mantenedora do Ensino Superior em Lages, portanto, atores que acompanham toda a trajetória do ensino superior desde a fundação das Faculdades até a transformação dessas em universidade.

A opção por entrevistar o professor Doutor César Augusto Muniz deve-se ao fato do mesmo ter participado da curta existência do Centro de Ensino e Pesquisa (CEPE) e também, por ter sido Diretor Administrativo da UNIPLAC durante um curto período, na primeira gestão da professora Mestra Nara Maria Kuhn Göcks.

A entrevista do Pró Reitor de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão da UNIPLAC, gestão 1998-2002, professor Mestre Samir Ribeiro de Jesus, objetiva colher informações sobre a situação da UNIPLAC no período em que se processa a transformação das Instituições Isoladas de Ensino Superior em Universidade e, em especial, no seu primeiro ano como Universidade.

Utiliza-se também a entrevista concedida pelo Professor Bernardino Gevaerd, em 03 de dezembro de 1998, ao professor José Batista da Rosa. O professor Gevaerd, falecido em 17 de setembro de 1999, foi líder do grupo fundador do ensino superior em Lages e presidente por doze anos da Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense. Concede essa entrevista ao mestrando José Batista da Rosa, ainda como professor da Instituição, cargo que exerce até o dia de sua morte.

Alguns tópicos da entrevista concedida pelo Professor Doutor Walter Piazza, Conselheiro Relator do processo de transformação da UNIPLAC em Universidade, no Conselho Estadual de Santa Catarina à professora MSc. Jane Speech Schürmamm são utilizados neste trabalho em virtude da importância que o Conselheiro teve para o processo de transformação da UNIPLAC em Universidade.

Através de questionários, com apenas duas perguntas, distribuídos em reunião dos prefeitos da AMURES, busca-se a opinião dos senhores Prefeitos, ou seja, dos representantes do poder executivo da Região Serrana. Embora se tenha conseguido recolher as repostas de apenas seis, dos dezoito prefeitos da Região da AMURES, considera-se uma amostra muito significativa qualitativamente.

Esta pesquisa objetiva apreender, a partir de documentos contidos nos Relatórios do Processo de Reconhecimento da UNIPLAC como Universidade e dos depoimentos colhidos através de entrevistas e questionários, a idéia de Universidade como discurso de desenvolvimento.

Através da análise do discurso de desenvolvimento presente no imaginário das pessoas e expresso nos depoimentos estabelece-se a correlação desse discurso com a criação das Unidades de Ensino Superior e com a transformação dessas unidades na Universidade – UNIPLAC.

O trabalho está organizado em cinco capítulos. Nos anexos constam alguns dados referentes à situação dos docentes e discentes da UNIPLAC no decorrer do período pesquisado.

No capítulo primeiro, através de uma aproximação histórica sobre o Ensino Superior no Brasil, contextualiza-se a história do Ensino Superior em Lages.

No segundo capítulo faz-se a apreensão do discurso de Desenvolvimento e da Idéia de Universidade. Partindo da contextualização histórica da Região Serrana, registra-se a idéia dos fundadores do Ensino Superior em Lages e das autoridades daquela época sobre Universidade e, também, o discurso de desenvolvimento presente nas falas e nos documentos desde a criação até a transformação da UNIPLAC em Universidade.

No terceiro capítulo procura-se captar, junto à comunidade, as idéias de desenvolvimento e de Universidade através de entrevistas com algumas autoridades e dirigentes de associações empresariais. Através das respostas ao questionário pretende-se saber o posicionamento dos Prefeitos da Região da AMURES sobre o papel da Universidade no desenvolvimento regional e sobre as ações concretizadas pela UNIPLAC em seus municípios.

No quarto capítulo registra-se a prática das Unidades de Ensino Superior (FACEC e FACIP) e da Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC) através do Ensino, Pesquisa e Extensão. Estabelece-se uma correlação entre as categorias de análise, as ações e a idéia de Universidade como discurso de desenvolvimento, procurando evidenciar ou não, a materialidade das idéias de desenvolvimento e da idéia de Universidade presente nas falas e nos documentos pesquisados.

Como último e quinto capítulo faz-se uma reflexão sobre a idéia de Universidade como discurso de desenvolvimento.

Nas considerações finais observa-se que a Universidade - UNIPLAC constitui-se, ainda, numa idéia a ser materializada no contexto do Planalto Serrano Catarinense.

## **CAPÍTULO I**

### **O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: UMA APROXIMAÇÃO HISTÓRICA**

A abordagem histórica de alguns aspectos e momentos do Ensino Superior no Brasil faz-se necessária, como referência e suporte, para a reflexão sobre o Ensino Superior em Lages. No final da década de cinquenta, Lages alinha-se ao movimento nacional de interiorização do Ensino Superior, ensino esse que desde a época do Brasil-Colônia só existe nos grandes centros do país, iniciando assim a sua caminhada para a criação e instalação de suas unidades de ensino superior.

Com a vinda da Família Real para o Rio de Janeiro em 1808, várias ações de cultura, economia, comércio e educação são empreendidas para atender às suas necessidades imediatas. Nesse período, conforme HAWERROTH (1999), é oficialmente instalado no Brasil o ensino superior.

Segundo AZEVEDO (1958), para prover a defesa militar criam-se a Academia da Marinha e a Academia Real Militar. São necessários médicos e cirurgiões. Criam-se então os cursos de cirurgia e de medicina. Para suprir as necessidades de especialistas e técnicos outros cursos e cadeiras são criados. Assim, o ensino oferecido destina-se à formação técnica e volta-se para atividades profissionais necessárias à satisfação das exigências da corte portuguesa instalada no Brasil.

Para ROMANELLI (apud HAWERROTH, 1999, p.21), “nesse período o ensino não possui qualquer relação com a realidade vivenciada na colônia e pouca importância tem numa economia baseada na agricultura rudimentar e no trabalho escravo”.

Após a independência surgem propostas de criação de universidades, as quais não são aprovadas. Conforme AZEVEDO (1958), durante o século XIX, mesmo sem universidades e com o número de escolas populares reduzido, desenvolve-se a cultura

no Brasil; despontam homens cultos em diferentes áreas, pois a educação não é o único fator de desenvolvimento cultural.

A mudança de Colônia para Império e deste para República pouco altera a situação da educação. A sociedade ao conservar sua estrutura fundante, conserva a desigualdade entre os privilegiados que estudam e os analfabetos que trabalham.

Para AZEVEDO (1958), o primeiro Império acrescenta às escolas criadas por D. João VI os dois cursos de ciências jurídicas e sociais, instalados em São Paulo e Olinda, na época, centros da vida profissional e intelectual da nação. O ensino superior, destinado à formação de profissionais liberais, prepara a elite de médicos, engenheiros e advogados. Assim, institui-se um Ensino Superior para poucos, enquanto a maioria da população permanece na total ausência de educação, o que promove uma enorme desigualdade social.

Nesse sentido afirma AZEVEDO (1958, p.80):

Essa educação de tipo aristocrático, destinada antes à preparação de uma elite do que à educação do povo, desenvolveu-se no Império, seguindo, sem desvio sensível as linhas de sua evolução, fortemente marcadas pelas tradições intelectuais do país, pelo regime de economia patriarcal e pelo ideal correspondente de homem e de cidadão. O tipo de cultura a que se propunha servir, não se explica apenas pela tradição colonial (...) se liga estreitamente às formas e aos quadros da estrutura social que persistiram por todo o império.

Mesmo depois da mudança do regime político, a sociedade mantém-se organizada sobre a economia agrícola e patriarcal de base escravocrata e, ao conservar a estrutura social e econômica, mantém também, a estrutura educacional.

Portanto, a mudança de regime político de colônia para império não implica em profundas alterações quanto ao ensino superior.

Em relação a esse período escreve HAWERROTH (1999, p.24):

Apesar da independência, mantiveram-se no país a monarquia, o rei, a aristocracia e os escravos, a mesma estrutura de poder e de educação de elites vigentes até então. (...) a estratificação social tornou-se mais complexa, destacando-se uma nova camada cada vez mais visível na zona urbana, a pequena burguesia. Tal camada

encontrou na educação(...) a tão sonhada ascensão social que almejava. Porém o tipo de educação continuou o mesmo já que a pequena burguesia (...) alinhou-se à classe oligárquico-rural.

No final do período imperial, segundo AZEVEDO (1958), a desorganização da economia agrária provoca descontentamentos, focos de agitação e de oposição.

Nesse contexto conturbado de transição de um regime de governo (Império) para outro (República Federativa) profundas modificações sociais ocorrem devido à abolição da escravatura, à entrada de grande número de imigrantes vindos da Europa e à ruína dos grandes fazendeiros. A sociedade recorre à educação como tábua de salvação para seu "status" e isso provoca aumento na demanda por escolas.

Para CUNHA (apud LIBERATO, 2000, p.87):

No período do fim do Império e início da República houve um considerável aumento da procura de educação escolar. O aumento da burocracia estatal conjuntamente com a abolição da escravatura que levou muitos latifundiários à ruína, fez a educação escolar ser vista como instrumento para frear a descensão social para estes ou para acelerar a ascensão social pelos imigrantes.

Durante a primeira República, período de 1889 a 1930, continua o país a vivenciar períodos de tensões, insatisfações e agitações. Apesar disso surgem as primeiras universidades, há facilidade no ingresso devido a expansão da rede particular de ensino superior. Mantém-se, contudo, a imobilidade social e o caráter seletivo desse nível de ensino.

Nesse período, o ensino superior passa por várias reformas, nem sempre fundamentais. Preocupa-se o governo, conforme CUNHA (apud LIBERATO, 2000, p.91), “em manter o monopólio estatal da concessão de diplomas e credenciamentos profissionais, preservando, assim, esse mercado para as classes dominantes”.

Conforme HAWERROTH (1999), na primeira República realizam-se várias reformas no ensino superior: em 1890, a Reforma Benjamim Constant cria o Conselho de Instrução Superior e estende os exames de madureza aos colégios organizados

pelos governos estaduais. Em 1911, a Reforma Rivadávia institui o vestibular em substituição ao exame de madureza como nova forma de acesso ao Ensino Superior. Em 1915, a Reforma Carlos Maximiliano exige, além do vestibular, o certificado de conclusão do ensino secundário, o que se configura em mais um mecanismo de contenção à expansão do ensino superior. Essa reforma estabelece os requisitos para a criação de universidades com inúmeras exigências impeditivas, mas, permite a reunião de Escolas ou Faculdades para se constituírem em Universidades. No Rio de Janeiro, em 1920, aglutinam-se a Escola Politécnica, a de Medicina e a de Direito para criar a primeira Universidade do Brasil. Em 1927, Minas Gerais também cria sua universidade à semelhança da do Rio de Janeiro. Estas mais se assemelham a uma "confederação de escolas profissionais" com centralização administrativa do que a uma universidade no sentido real do termo. Em 1925, com a reforma Rocha Vaz, o ensino superior sofre transformações significativas, ocorre a centralização político-ideológica como reação do governo à tendência de organização autônoma do aparelho escolar, estabelece-se uma política educacional que se torna peculiar à era Vargas. Entretanto, a insatisfação e a demanda reprimida pressionam e aumentam a atuação do Estado sobre o aparelho escolar, o que culmina com a revolução de 1930.

Para AZEVEDO (1958), uma nova fase na história da educação brasileira inicia-se com as reformas escolares desencadeadas no Distrito Federal (Decreto n. 3.281 de 23/01/1928) as quais preconizam uma nova política de educação e introduzem técnicas e idéias pedagógicas novas. Esse momento deve ser estudado como um dos "aspectos" e uma das fases do processo revolucionário que se desenvolve no país desde 1922 e que tem seu desfecho na Revolução de 1930.

Em 18 de novembro de 1930, conforme HAWERROTH (1999), o governo cria o Ministério de Educação e Saúde, entregue a Francisco Campos, que empreende a Reforma de maior alcance dentre as realizadas no período republicano. Sua parte central, traçada pelo Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931, institui o estatuto das universidades brasileiras, organiza o sistema universitário e cria o Conselho Nacional de Educação com atribuições normativas e controladoras desse nível de ensino. Essa



reforma norteia o ensino superior até 1961, ano da promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira.

A reforma do Ensino Superior, preconizada pelo governo, coincide com a crise das universidades ocidentais e com a crise da própria idéia de universidade. Coincide, também, com a formação dos Estados totalitários e dos nacionalismos agressivos.

Para ROMANELLI (apud HAWERROTH, 1999), a Reforma Francisco Campos prioriza o modelo universitário, porém, prevê a possibilidade do ensino superior vir a ser ministrado em Institutos Isolados de Ensino Superior e omite qualquer regulamentação a respeito do trabalho de pesquisa nas universidades.

A agitação e mobilização dos professores ensejam a realização de Conferências Nacionais de Educação e propiciam a divulgação do Manifesto dos Pioneiros em 1932, o qual lança novas bases para a política de educação. Segundo Azevedo (1958), abre-se uma nova fase de ação construtiva no domínio das idéias, surge a universidade de São Paulo e a do Rio de Janeiro se transforma na Universidade do Brasil, ambas criadas com um novo espírito e nova organização.

Para HAWERROTH (1999), a partir dos anos 30, assiste-se no país a queda do poder oligárquico-rural, a implantação gradual de uma nova ordem econômica capitalista, o aumento da renda *per capita*, da taxa de alfabetização, do grau de escolarização da população e da demanda por diploma de ensino superior. Acentuam-se as transformações políticas, sociais e econômicas, o desenvolvimento e a complexidade crescente das organizações estatais e da indústria, o aperfeiçoamento das técnicas, as migrações internas e as condensações urbanas, mas persiste a defasagem quantitativa e o desequilíbrio entre instituições formadoras e mercado de trabalho.

Torna-se necessário conhecer e analisar o que está acontecendo no país. As pesquisas na área social intensificam-se, surgem, apesar da prudente reserva,

pesquisas de ciências sociais, políticas e econômicas. A cultura filosófica e científica procura desenvolver o espírito crítico e, através de métodos científicos, a análise da realidade social, política e econômica.

“Apesar da prudência e reserva com que se passou a cultivar a investigação econômica e social e que foram impostas pelas contingências políticas, as próprias ciências sociais (...) adquiriram, no último decênio, um desenvolvimento sem precedentes em nossa história cultural”. (AZEVEDO, 1958, Tomo III, p.257 ).

Mesmo atreladas ou associadas aos setores políticos ou a grupos empresariais atuantes no mercado as universidades passam a se constituir em centros de produção científica e de erudição.

Nos anos 30 e 40, a universidade passou a ser (...) o centro do sistema de produção erudita em São Paulo, coadjuvada pelas instituições culturais e empreendimentos na área de difusão (jornais, revistas, editoras) sob controle de grupos privados. No Rio de Janeiro, até mesmo o mercado de difusão cultural (editoras etc.) se expandiu sob a égide e o apoio oficial, dependente quase sempre de recursos governamentais (MICELI, 1989, p.107).

Contudo, permanece o caráter seletivo do Ensino Superior e, só a partir da queda do Estado novo, em 1945, é que se instala a percepção da necessidade da ampliação de oportunidades educacionais e de mais acesso às camadas sócio-econômicas menos favorecidas.

“Evidenciaram-se, também, forças no sentido de implantar um modelo de ensino que, além da conhecida ênfase técnico-profissional, buscasse concomitantemente ‘a criação científica, refletindo, (...) as demandas educacionais implícitas no discurso nacional-desenvolvimentista em elaboração’”. (CANUTO apud HAWERROTH, 1999, p.31).

No entanto, persiste a ênfase no ensino técnico-profissionalizante como oportunidade de ascensão social e de promoção do desenvolvimento econômico.

Assim, ocorre a ampliação de vagas, a facilitação para criação de novos cursos superiores, de Instituições Isoladas de Ensino e de Faculdades, na sua maioria particulares, não mantidas pelo poder público.

Após o término da II Grande Guerra Mundial, o sistema universitário sofre um processo de expansão acelerado e, a partir da década de 50, o projeto desenvolvimentista brasileiro passa a exigir maior volume de capital, tecnologia e mão-de-obra especializada, agravando a crise entre demanda e oferta de vagas no ensino superior do país. (HAWERROTH, 1999, p.13).

O ensino superior tem agora a função, não mais de formar as elites nacionais para o trabalho liberal ou burocrático, mas sim, de formar a força de trabalho necessária às empresas nacionais e internacionais e minimizar as desigualdades promovendo a ascensão social das classes menos favorecidas. Entretanto, continua priorizando a formação profissional e não a investigação científica.

Para CUNHA (apud LIBERATO, 2000, p.90), “as características da política educacional populista fizeram com que o Governo Federal satisfizesse as demandas da classe média pelo ensino superior gratuito, deixando de cobrá-lo inclusive nas instituições estaduais e privadas ‘federalizadas’ entre os anos de 40 até princípios dos anos 60”.

Na década de 50, mesmo conflitando com a ideologia populista vigente, o governo prioriza as aspirações de industrialização e de internacionalização da economia. O sistema educacional passa a preocupar-se com sua adaptação ao processo de industrialização e urbanização, considerando o ensino superior como capaz de possibilitar a ascensão social e minimizar as desigualdades sociais existentes.

Nesse sentido SILVA (apud HAWERROTH, 1999, p.32):

Na década de cinqüenta, nosso modelo industrial passou a produzir bens duráveis que exigiam maior volume de capital, tecnologia avançada e grande quantidade de mão-de-obra especializada. Observa, também, que inicia-se um processo de internacionalização da economia ao abrirem-se as portas para o capital estrangeiro

gerando, desta forma, enormes contradições políticas já que tal prática não condiz com o nacionalismo populista vigente à época.

Concomitante a esses acontecimentos tramita no Congresso Nacional entre 1948 e 1961 o projeto de Lei que vem a ser a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - Lei n. 4.024 de 20.12.61. A LDBEN sistematiza os vários níveis de ensino, inclusive o Ensino Superior. Atribui ao Conselho Federal de Educação e ao Ministério de Educação a decisão sobre o funcionamento e fiscalização de instituições isoladas de ensino superior, privadas ou públicas, bem como, sobre o reconhecimento de universidades, fixação de currículos mínimos exigidos para cada curso superior e outras exigências como as relativas a corpo docente, instalações, etc.

Face às determinações legais e normatizações do CFE e MEC, no entender de HAWERROTH (1999), as universidades passam a ter uma certa autonomia, enquanto que as instituições isoladas de ensino superior continuam subordinadas a uma política estritamente centralizada.

Ainda sob o clima de discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional cria-se em Brasília, capital do país, recém-inaugurada, a Universidade de Brasília (UnB) para ser "um modelo organizacional oposto - em forma e conteúdo - aos existentes à época". (CANUTO apud HAWERROTH, 1999, p.33).

A Lei 4.024/61 determina ser de competência do Conselho Federal de Educação, mediante homologação do Ministro de Educação e Cultura, decidir sobre o funcionamento dos estabelecimentos isolados de ensino superior, federais e particulares, (art. 9) e reconhecer e inspecionar os estabelecimentos particulares de ensino superior (art. 14).

Com essas determinações legais pretende-se melhorar a qualidade do Ensino Superior no Brasil, bem como facilitar a uniformização quanto aos currículos mínimos e demais exigências.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -1961 "não se preocupou com a criação de uma estrutura adequada ao projeto de desenvolvimento nacional..." (HAWERROTH ,1999, p.35). Os problemas de excesso de demanda por vagas no ensino superior, de melhor adequação desse nível de ensino ao projeto de desenvolvimento nacional, de gratuidade total, bem como o de solicitação de verbas persistem durante a década de 60, e, só em 1968 o governo realiza a reforma do ensino superior através da Lei 5.540/68. Essa reforma promove a expansão do ensino superior, mas, com baixo custo, racionalizando as medidas a serem tomadas.

“Assim, a reforma universitária [dos anos 60] foi formulada diante, sobretudo, das pressões do movimento estudantil que questionava o ideal liberal e autoritário: veio para apaziguar contestações e atender às demandas de ascensão e prestígio social de um vasto segmento da classe média que apoiara o golpe de 64”. (FAVERO apud LIBERATO 2000, p.91).

Fica, portanto, evidente que a preocupação é de apaziguar os ânimos da base de sustentação do golpe militar de 64, de evitar conturbações sociais e principalmente de adequar o ensino superior às necessidades do modelo de desenvolvimento econômico do país.

É nesse contexto social, econômico e político, desencadeado pela industrialização dos anos 50 e pelo movimento dos anos 60 que começam as mobilizações para a implantação do ensino superior em Lages (SC).

### **1.1 O ENSINO SUPERIOR EM LAGES(SC) DE 1959 A 1999**

Toma corpo o movimento pró-fundação de Faculdades em Lages. Organiza-se uma comissão com o objetivo de realizar em 19/07/1959 a assembléia geral de fundação da Associação Catarinense de Cultura (ACC). Nessa mesma Assembléia aprovam-se os estatutos e é eleito o primeiro Conselho Administrativo da mantenedora do Ensino Superior de Lages.

A ACC, sociedade civil sem fins lucrativos, tem como finalidade a fundação e manutenção de estabelecimentos de ensino superior em Lages, a princípio, apenas, da Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis.

Conforme Processo de Reconhecimento da UNIPLAC (1999), após registrada no Cartório de Registro Civil, a ACC aprova, através de seu Conselho Administrativo, o Regimento Interno da Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis de Lages. O processo para autorização de funcionamento da Faculdade é iniciado, sendo protocolado junto ao Conselho Federal de Educação, sob n. 11.500/60, o que é extraviado, e sob n. 123.996/60, o que tramita normalmente.

Para proceder à verificação na Faculdade de Lages, chega em 1961:

O Inspetor Federal Verificador Antônio Carlos Moreira Marques, nomeado pela Portaria n. 107 CFE/Desu, o qual emite em junho de 1961, relatório com parecer final conclusivo: '... em face do exposto minuciosamente, penso que poderão ser concedidas as autorizações dos cursos focalizados',(...). Apesar do parecer favorável, havia evidente dificuldade de aceitação dos nomes dos professores sugeridos no processo. Isso fica claro em documento do dia 18/06/61 (anexo 12), do verificador ao Presidente da ACC, Bernardino Gevaerd, onde solicita textualmente: 'obter de cada professor um trabalho que tenha correlação com a cadeira ou disciplina que vai lecionar, servindo o indispensável trabalho como meio de comprovar a competência para lecionar e de título, (...)'. (UNIPLAC, 1999, v. 1, p.15).

Mesmo com parecer favorável de Antônio Carlos Moreira Marques são cumpridas várias diligências determinadas pelo Conselho Federal de Educação, nos anos de 1962 e 1963, relativas ao processo de autorização para funcionamento da Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis de Lages. Não se tem notícia de autorização para funcionar a Faculdade até 1966 quando o Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina autoriza o funcionamento provisório, por um ano, da Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis de Lages (FACEC).

Ainda, conforme UNIPLAC, (1999, v. 1) nos anos de 1962 e 1963 realizam-se campanhas de mobilização da sociedade, as quais através de abaixo-assinados pedem intervenção das autoridades em prol do andamento do processo de autorização da Faculdade de Lages. Em 13/02/1964, sob a direção de Arlindo Bernardt, instala-se a FACEC com os cursos de bacharel em Ciências Econômicas e

bacharel em Ciências Contábeis. Realizam-se as matrículas, após concurso de habilitação, tomam posse os professores e distribuem-se as disciplinas. A aula inaugural é proferida em 06/04/64 pelo Dr. Paulo Peregrino Ferreira. A Faculdade está funcionando, a preocupação volta-se para o processo de autorização da Faculdade que tramitava no CFE. Pelo Parecer 117/65 do CFE, de 11/03/65 é negada a autorização para o funcionamento da Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis de Lages com base no relatório do Conselheiro Peregrino Júnior. Mas, a congregação da Faculdade só toma conhecimento desse Parecer em 26/04/1965.

O fato repercute negativamente na comunidade e no meio acadêmico. Realizam-se mobilizações em torno da aprovação da Faculdade enquanto administrativamente dá-se continuidade ao processo de autorização. Uma comissão é eleita.

“para lançar mão de todos os meios para a consecução dos fins da Faculdade’ (...). Em agosto foi o processo de autorização da Faculdade retirado do Conselho Federal de Educação e encaminhado ao Conselho Estadual de Educação, protocolado sob n. 215/65, em decorrência da mudança de legislação no tocante às atribuições de gestão do Ensino Superior público e privado”. (UNIPLAC, 1999, v. 1, p. 18).

Ainda, conforme UNIPLAC (1999, v.1), em conseqüência do Parecer Nº 117/65-CFE que nega autorização para o funcionamento da Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis de Lages, alegando não ter a mantenedora (ACC) condições econômicas e nem a Faculdade corpo docente habilitado, passa a ser do poder público municipal a responsabilidade pela manutenção da Faculdade (Lei Nº 249/65). Cria-se o Departamento Autônomo de Ensino Superior (DAENS) e a Faculdade torna-se uma autarquia mantida pelo poder público municipal, através da Fundação Educacional de Lages (FEL), criada pela Lei Municipal n. 255, de 19/11/65 e Decreto n. 29. Portanto, a manutenção da Faculdade passa a ser responsabilidade da Fundação Educacional de Lages - FEL, seguida pela Fundação Universidade do Planalto Catarinense – UPC, criada pela Lei Municipal n. 005 de 14/03/69, lei esta que nunca foi regulamentada. Por conseqüência, a UPC nunca existe de fato.

Face à aprovação da Lei 5.540/68 (Lei da Reforma Universitária) e considerando que a Fundação Educacional de Lages já atingira seus propósitos, a

FEL é extinta pela reorganização administrativa (Lei Municipal n. 032/69 de 29/08/69), quando então, surge a Fundação da Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC; regulamentada pelo Decreto n. 051 de 05/09/1969. Através da Lei n. 001/73, de 03/04/73, retira-se o termo "Universidade" e a Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense - UNIPLAC mantém-se até a lei complementar municipal n. 092/98 de 01/04/98 quando passa a chamar-se Fundação da Universidade do Planalto Catarinense- UNIPLAC, mantenedora da Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC. (UNIPLAC, 1999, v.1).

Com as alterações na Legislação do Ensino, passa para o Conselho Estadual de Educação a atribuição de autorizar o funcionamento de Estabelecimentos Isolados de Ensino Superior em Santa Catarina e, em março de 1966, pelo Parecer n. 18/66 CEE/SC, a Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis de Lages obtém autorização condicional de funcionamento, devendo dentro de um ano satisfazer as exigências das Portarias 4,5,6 do CFE. (UNIPLAC, 1999, v.1, p.20).

O pedido de prorrogação do prazo é atendido, e, finalmente em 16 de agosto de 1968 pelo Parecer 102/68 CEE/SC é concedida a autorização definitiva para o funcionamento do Ciclo Básico (1º e 2º anos) da Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis de Lages, reconhecida pelo Parecer 660/71 CFE, de 14/09/71 e Decreto Presidencial nº 69.457, de 03/11/1971.

Consolida-se, assim, a criação das Unidades de Ensino Superior em Lages com a Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis (FACEC) definitivamente regularizada.

Conforme UNIPLAC (1999, v.1, p.27-28), em 16/02/70 entra no CEE/SC o processo 45/70 pedindo a autorização para o funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Lages. Obtém-se a autorização através do Parecer n. 48/70/CEE, datado de 14/05/70, homologado por Decreto Presidencial n. 66.849, de 06/07/70. A Faculdade (FACIP) começa a funcionar com os cursos de Pedagogia, Matemática, Ciências Sociais e Letras, sob a direção da Professora Suria Chedid.



Em 1972 a FACEC através de sua congregação propõe a criação do Curso de Ciências Administrativas, autorizado a funcionar pelo Decreto n. 73.650 de 14/02/74 , reconhecido em definitivo pelo Parecer n. 2.715/CESU/CFE, de 05/10/77 e pelo Decreto Federal 81.100 de 22/12/77. (UNIPLAC, 1999, v.1, p.33 ).

“O Decreto 78.847 de 29/11/76 autoriza a funcionar o Curso de Ciências de 1º Grau da FACIP, reconhecido pelo Parecer 1207/CFE, de 06/05/77 e Decreto 79.943, de 13/07/77”. (UNIPLAC, 1999, v.1, p.37 ).

Pelo Parecer 240/80, o CEE/SC pronuncia-se favorável à criação do Curso de Direito, cuja movimentação começara em 01/08/1978. Mas, o CFE susta a autorização de novos cursos nesse ínterim, vindo o Curso de Direito a ser novamente autorizado em 1985 pelo Parecer 154/CEE/SC e reconhecido pelo Parecer 877/90/CFE e Portaria 199/91. (UNIPLAC, 1999, v.1, p.40-1).

Ainda conforme Processo de Reconhecimento da UNIPLAC (1999, v.1), em 1987 algumas iniciativas são realizadas tendo como objetivo transformar a UNIPLAC em Universidade. Osvaldo Della Giustina, então Chefe de Gabinete do Ministro da Educação, Jorge Bornhausen, debate com a comunidade educacional lageana sobre a "Viabilidade de implantação da Universidade do Planalto". O Prefeito Paulo Duarte nomeia uma Comissão para desenvolver estudos com a finalidade da implantação da futura Universidade do Planalto Serrano. Várias reuniões são realizadas, contando-se com a assessoria do Professor Ignácio Ricken.

Em 1989 a UNIPLAC encaminha à Câmara de Vereadores "Proposta para o Ensino Superior no Município de Lages". A partir dessa iniciativa, o legislativo municipal se engaja na luta pela universidade de forma mais dinâmica, e, em 1991 a Câmara de Vereadores organiza o Fórum de debates sobre o Ensino Superior. Realizam-se várias reuniões, surge uma comissão interna na UNIPLAC com o objetivo de organizar um Seminário sobre a Universidade do Planalto envolvendo prefeitos, sindicatos, empresários e direções de escolas. (UNIPLAC, 1999, v.1).

Em 1993, o Conselho Diretor da UNIPLAC opta pela instalação da Estatuinte com vistas ao Projeto de Universidade. Essa comissão, composta por 56 membros, com representações da comunidade interna da UNIPLAC e da comunidade externa, instala-se em 10/05/94. (UNIPLAC, 1999, v.1).

Após a aprovação de seus estatutos internos, passa a ter como missão agilizar os pré-projetos necessários à transformação da UNIPLAC em Universidade, os quais devem vir a plenário para aprovação, em Assembléia. Constitui-se então, uma Comissão Central, composta de 11 membros, para coordenar e dinamizar os trabalhos da Estatuinte. (UNIPLAC, 1999, v.1).

Em dezembro de 1996 concluem-se os projetos dos Estatutos da Fundação UNIPLAC e da Universidade do Planalto Catarinense, os quais aprovados nas diferentes instâncias, entram em vigor em 1998, devidamente oficializados pelo presidente do CEE/SC. (UNIPLAC, 1999, v.1).

Com os novos ordenamentos em vigor inicia-se a montagem da nova estrutura organizacional da Universidade do Planalto Catarinense. E, após aprovação e sanção da Lei 092/98 de 01/04/98 do Município de Lages consolida-se a Fundação UNIPLAC como mantenedora da Universidade do Planalto Catarinense.

A Carta Consulta é aprovada em 1996 pelo CEE. O Professor Doutor Walter Piazza é designado como Conselheiro Relator do Processo e, criada por via de autorização a Universidade do Planalto Catarinense. Em seguida é nomeada a Comissão Especial de Acompanhamento, oficialmente instalada em 12/12/1996, em sessão solene. A UNIPLAC passa, a partir dessa data, a ostentar o título de Universidade em acompanhamento. (UNIPLAC, 1999, v.1).

Entre 1996 e 1999 novos cursos são criados como: Informática, Tecnologia da Madeira, Ciências Biológicas, Educação Física, Odontologia e Pedagogia: Educação

Infantil e Séries Iniciais em Lages , São Joaquim, Urubici e Campo Belo do Sul. (UNIPLAC, 1999, v.1).

Em março e abril de 1999 a Comissão Especial de Acompanhamento faz as recomendações finais. E, em 13 de abril de 1999 são protocolados, no Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, os relatórios finais do processo de transformação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense em Universidade. (UNIPLAC, 1999, v.1).

O processo, aprovado pela Comissão de Ensino Superior do CEE/SC vai a plenário em 15/06/99, sendo também aprovado, nessa sessão, o Parecer de reconhecimento da Universidade do Planalto Catarinense. Consolida-se, assim, a UNIPLAC como Universidade, pela Resolução 31/99, do Presidente do CEE/SC, Sr. Ricardo José Araújo de Oliveira e pelo Decreto n. 312, de 23 de junho de 1999, do Senhor Governador do Estado de Santa Catarina. (SARTORI; PEIXER; NUNES. In: UNIPLAC, 1999, v.2, n.2, p.128-9).

Está concluído o processo de transformação e de reconhecimento da UNIPLAC como universidade, entretanto, recomenda-se que a Instituição continue sua caminhada para implementar e consolidar a Universidade.

## CAPÍTULO II

### O DISCURSO DE DESENVOLVIMENTO E A IDÉIA DE UNIVERSIDADE EM LAGES DESDE 1959 ATÉ 1999

#### 2.1 A REGIÃO SERRANA

Para compreender o processo de desenvolvimento da Região Serrana do Planalto Catarinense é preciso recuar aos primórdios da colonização dos trópicos americanos. Segundo PRADO JUNIOR (1969), os portugueses, melhor situados geograficamente, lançam-se ao mar em busca de uma passagem para o Pacífico, para instalar feitorias e mercadejar. Ao realizarem esse empreendimento descobrem o Brasil. Entretanto,

Na América a situação se apresenta de forma inteiramente diversa: um território primitivo, habitado por rala população indígena (...). Para os fins mercantis que se tinha em vista, a ocupação não se podia fazer como nas simples feitorias, com um reduzido pessoal incumbido apenas do negócio, sua administração e defesa armada; era preciso ampliar essas bases, criar um povoamento capaz de abastecer e manter as feitorias que se fundassem, e organizar a produção dos gêneros que interessavam seu comércio. (...) A América por-lhe-ia à disposição, (...), territórios que só esperavam a iniciativa e o esforço do homem. (...) Mas, (...), o colono europeu não traria com ele a disposição de pôr-lhe a serviço, neste meio tão difícil e estranho, a energia de seu trabalho físico. Viria como dirigente da produção de gêneros de grande valor comercial, como empresário de um negócio rendoso; mas só a contragosto, como trabalhador. Outros trabalhariam para êle. (PRADO JÚNIOR, 1969, p.16-20).

Assim, os portugueses vêm para o Brasil contando com o serviço braçal do índio, do negro, visto que em Portugal já havia história de escravidão dos mouros e dos africanos. O europeu é o dirigente, outros trabalharão para ele. A exploração agrária realiza-se em grande escala: fazendas, engenhos, plantações.

(...) Para cada proprietário (fazendeiro, senhor ou plantador), haveria muitos trabalhadores subordinados e sem propriedade. (...) No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. (PRADO JUNIOR, 1969, p.21-3).

O Brasil, resultante dessa colonização sofre o impacto no aspecto social, econômico, histórico e moral. Conforme PRADO JUNIOR (1969), a organização social brasileira se constitui para fornecer mercadorias para o comércio europeu, portanto com objetivo voltado para fora do país. Esse início se mantém dominante na formação brasileira, principalmente, na sua estrutura social e econômica. O europeu vem para o Brasil quando tem algum recurso e aptidão para ser dirigente de outros que para ele trabalhem. Ao lado da agricultura para a exportação, a população rural provê sua subsistência com o cultivo de produtos como a mandioca, o milho, o arroz, o feijão. Um papel secundário é atribuído à agricultura e à pecuária, ambas entram no setor de subsistência destinadas a alimentar a população.

“A carne de vaca será um dos gêneros fundamentais do consumo colonial. Mas a pecuária, apesar da importância relativa que atinge, e do grande papel que representa na colonização e ocupação de novos territórios, é assim mesmo uma atividade nitidamente secundária e acessória”. (PRADO JUNIOR, 1969, p.44).

A pecuária com baixa produtividade e pouco valor, expande-se pelo nordeste e norte devido à facilidade com que se instalam as fazendas, “uma casa, coberta em geral de palha (...), feitos uns toscos currais e introduzido o gado (algumas centenas de cabeças), estão ocupadas três léguas (área média das fazendas) e formado um estabelecimento. Dez ou doze homens constituem o pessoal necessário (...)” (PRADO JUNIOR, 1969, p.45).

Essas fazendas proliferam no sertão nordestino, no extremo norte, na Bahia, dirigidas pelo proprietário ou administrador, alcançam grandes proporções e chegam a abastecer todos os centros populosos da época. Mas, conforme PRADO JUNIOR (1969), com as secas prolongadas dizimam-se os rebanhos e a pecuária do nordeste não consegue abastecer os mercados consumidores, sendo substituída pela carne-seca importada do sul da colônia: Rio Grande do Sul. Assim, entra em cena a pecuária do Sul do país como mercadoria rendosa e necessária à alimentação dos centros populosos. Acrescente-se o fato de que, após a separação das coroas portuguesa e espanhola, os portugueses estendem sua soberania até a margem setentrional do Rio

da Prata, defronte a Buenos Aires, onde fundam a Colônia do Sacramento, hoje, cidade uruguaia de Colônia. Nesse local instala-se uma forte guarnição militar, o que provoca disputas entre os portugueses, espanhóis e argentinos por mais de um século.

Ainda conforme PRADO JÚNIOR (1969), além das tropas para a defesa, uma corrente de povoadores oriunda de São Paulo estabelece-se no território que hoje forma o Rio Grande do Sul, tendo como base econômica a pecuária. Esses povoadores portugueses, motivados pela posse de terra, (sesmarias doadas pelo governo português aos estrangeiros vindos de Portugal que quisessem se tornar estancieiros nas terras em litígio) devem promover sua exploração e povoamento, e defendê-las como proprietários. Nessas circunstâncias são doadas as terras do Sul dos pampas gaúchos, desde a Região do Rio da Prata até São Paulo, constituindo-se numa capitania com vasta extensão territorial.

Nessas terras do sul encontra-se localizada a Região do Planalto Serrano:

Pertencia ao sertão de Curitiba que era administrado pela capitania de São Paulo. Os seus primeiros exploradores foram, portanto, os paulistas, através das entradas e bandeiras. Essas expedições tinham, basicamente, duas missões: a do reconhecimento do território e a de definir os limites entre os domínios de Portugal e Espanha. (...) Descobriram-se, desse modo, as "Vacarias del mar e del piñar", cujos nomes indicam, onde se concentravam grandes quantidades de gado "vacum", dispersados dos aldeamentos jesuítas das margens do Rio Paraná e Uruguai e que se tornaram xucros. Essas "Vacarias" estavam situadas na região da "mata araucária", portanto, nos altos territórios do sul do Brasil e na beira-mar, na Região do Rio da Prata, onde hoje se situa a República Oriental do Uruguai. (SANTA CATARINA, 1999, p.33).

Devido à seca prolongada no Nordeste, o incremento do consumo motivado pelo aumento da exploração aurífera nas Minas Gerais e o início das lavouras de café em São Paulo, surgem os interesses pelas fazendas e pelos gados do Sul. Inicialmente o transporte dos produtos das fazendas do Sul, como: charque, couro e o gado vacum e muar para esses mercados consumidores é feito pelo porto de Laguna.

Laguna funcionou como ponto de partida para a conquista do cobiçado território. Trataram, pois, os lagunenses da ocupação do espaço, onde passaram a prear o gado. Esse, enviado ao porto de Laguna, era transportado, por via marítima, a São Vicente ou São Paulo, de onde parte seguia para Minas Gerais. Foi esse o primeiro

itinerário do gado sulino, mas com a descoberta do caminho do Morro dos Conventos, na segunda década do século XVIII, que atingia o planalto de Lages, tornou-se possível e mais econômico o transporte do gado para São Paulo por via terrestre. Laguna, como entreposto perdeu a importância. A rota terrestre conduz o gado aos campos de Curitiba e dali à feira de Sorocaba, em São Paulo. Um outro caminho na direção de Lages, através dos campos de Vacarias, substituiu o do Morro dos Conventos. A importância de Lages cresceu. Fundou-se a sua Vila, em 1776, pelo Bandeirante Antônio Correia Pinto de Macedo. O Planalto Serrano passou a ser também área de criação. Lages se tornou centro pecuário e de expansão na ocupação do Planalto. (SANTA CATARINA, 1999, p.33).

Portanto, deve-se ao trajeto das tropas do sul para o norte a definição de locais de ocupação humana e até de fundação de vilas e povoados. Com a abertura da estrada dos "Conventos" e posteriormente com a construção do "Atalho das Tijucas" os tropeiros desbravam novos caminhos.

O tropeiro e bandeirante Antônio Correia Pinto de Macedo funda a vila de Lages em 1766. Consolida-se a região como área de criação e não mais, apenas, como passagem de tropas. Em 25 de maio de 1860 a vila é elevada à categoria de cidade.

Então, temos definido mais um aspecto do povoamento de Santa Catarina. Fundam-se cidades a partir daí. São Joaquim é fruto do "atalho das Tijucas". Curitiba é um pouso de tropa. Rio Negro e Mafra, pontos de passagem, registros para a cobrança dos impostos. (...) o Planalto é fruto de um ciclo. (...) A integração econômico-social do litoral com o Planalto só se fez em função de uma necessidade de abastecimento daquelas populações, das populações do Planalto que precisavam de sal, e das populações do litoral, que precisavam de carne bovina. Temos, nesse instante, a abertura de uma estrada ligando Destêrro a Lages. Esta estrada, aberta em 1787, (...) construída por Antônio José da Costa, que levou dois anos para concluí-la e só foi usada, praticamente durante 10 anos. (...) não havia maneira de fazer com que fosse conservada, porque ninguém queria morar nas suas margens, devido aos indígenas. (SILVA et al., 1970, p.39-40).

De acordo com os autores já mencionados, o Planalto Serrano inicia sua atividade produtiva com a pecuária mesmo antes da fundação da cidade de Lages. Portanto, o modelo produtivo, pecuária extensiva e concentração fundiária deve-se às condições físico-geográficas, aos mercados consumidores e às concessões de sesmarias.

(...) do ponto de vista político, o modelo produtivo reproduz e é reproduzido na concentração do poder político local, na pessoa do fazendeiro, enquanto dono de

terras e de gentes. (...) forma-se também em espaço das próprias fazendas de gado ou às margens dos rios e nas terras impróprias para a pecuária extensiva, uma população que sobrevive da agricultura de subsistência, com poucos excedentes, eventualmente comercializados. (...) Este quadro mantém-se com poucas alterações até início do século XX, quando novos componentes, a partir dos anos 30, engendram uma outra perspectiva de desenvolvimento para toda a Região Serrana. Se de um lado, tal perspectiva baseia-se na exploração intensiva de recursos florestais, no ingresso de novos atores sociais e na conseqüente intensificação do processo de urbanização, por outro lado, em contradição com o que se verifica no cenário político nacional, já marcado pelas práticas populistas, na região serrana se mantêm e se reproduzem as políticas mandonistas e coronelistas, embora sob outras formas de organização. (UNIPLAC, 1999, v.1, p.9).

O Planalto Serrano Catarinense mantém a pecuária como principal atividade econômica, até a década de trinta, vindo a alterar sua perspectiva econômica somente no período pós-guerra.

## **2.2 LAGES: DESENVOLVIMENTO E ENSINO SUPERIOR**

Lages, cidade polo do Planalto Serrano Catarinense, inserida no contexto estadual, nacional e latino-americano não fica imune às interferências provocadas pelos efeitos das duas guerras mundiais, depressão de 1929 e outros acontecimentos nacionais e mundiais. A partir da década de 40 inicia-se o processo de transformação de suas atividades econômicas e a caminhada para a instalação de unidades de Ensino Superior.

Segundo PEIXER (1998), Lages vivencia nesta década de 40 o primeiro momento marcante do seu crescimento econômico e populacional. Período esse de "grande circulação de pessoas, mercadoria, dinheiro e expansão dos limites da cidade." (UNIPLAC, 1998, v.1 n.1, p.57).

Assim como Lages as demais cidades da região passam por processos idênticos, só que em menores proporções.

A Região Serrana caracteriza-se historicamente por duas atividades econômicas principais: a pecuária como suporte econômico e a agricultura de subsistência. Vivencia-se, na década de 40, o surgimento das serrarias, geralmente



montadas ou de propriedade de pessoas de origem italiana, vindas do Rio Grande do Sul.

A região, na época, coberta de araucária, planta nativa localizada nos terrenos de propriedade de grandes e médios fazendeiros, os quais preferem ter seus campos desmatados para melhor pastoreio de seus rebanhos de bovinos, eqüinos, muares, ovinos e suínos, pois os terrenos que possuem grandes matas fechadas de araucária são considerados de inferior qualidade, impróprios para a pecuária.

Assim, os fazendeiros iniciam a venda de seus pinhais através de Contratos Particulares de Compra e Venda de Pinheiros, a preços irrisórios. Em geral, o pinheiro de 0,40 m de diâmetro e acima é vendido por CR\$ 5,00<sup>1</sup> e o comprador tem até 20 anos para retirá-los ou seja cortá-los. Pelos Contratos, os compradores podem montar serrarias nos terrenos dos vendedores, construir estradas e o que necessário for para a retirada dos toras. A produtividade é grande devido à idade, à espessura e à altura dos pinheiros.

As serrarias montadas próximo às matas ou nos arredores das cidades e vilas constituem-se em núcleos de operários e de proprietários das serrarias. Esses núcleos transformam-se, posteriormente, em vilas ou bairros das cidades.

Devido à precariedade das poucas estradas municipais existentes e às dificuldades geográficas dos terrenos onde estão localizadas as matas, a construção de serrarias e estradas torna-se difícil. Os madeireiros preferem montar suas serrarias nos arredores das cidades, trazendo as toras arrastadas por tratores ou por animais (carros de boi) até os locais onde os caminhões podem chegar. Desses locais, os caminhões conduzem-nas para os pátios das serrarias onde são transformadas em tábuas.

Esses fatos contribuem para o crescimento populacional das cidades da Região Serrana, para a modificação cultural e das formas de trabalho. As vilas de operários de serrarias transformam-se em bairros. “(...) com as madeireiras, a cidade

vivencia uma nova perspectiva econômica. Do aumento da circulação de dinheiro e mercadorias ao aumento considerável de população. A cidade aumenta, cresce, se expande em todas as direções." (PEIXER, In UNIPLAC, 1998, v.1, n.1, p.58).

As relações de trabalho praticadas nas serrarias da região serrana dão início à lógica capitalista: salários mensais, horário de trabalho fixo, rotina diária, etc., incutem no homem egresso do campo a mentalidade de operário, cuja relação se dá entre patrão e empregado. Não mais como antes: um trabalho que não segue horário rígido, mas sim, conforme às necessidades da lida com o gado ou com as plantações, sem salários fixos, geralmente pagos em espécie (à meia ou à terça da produção) ou em moradia, alimentos e outros atendimentos proporcionados pelos fazendeiros.

Segundo MICHELS (1998, p.40-4),

Etienne Luiz Silva agrega o desenvolvimento econômico brasileiro, incluído o catarinense, em dois grandes períodos: 1º - 'a economia agro-exportadora, até 1930'; 2º - 'a economia urbano-industrial, pós-30'. (...) subdivide o primeiro em 'período colonial' e 'imigração estrangeira'; quanto ao segundo, o autor identifica, também, dois sub-períodos distintos: 'especialização urbano-regional de Santa Catarina-1930-50' e 'unificação do mercado do Centro-Sul e a inserção dependente de Santa Catarina-1950-70'. (...). Os anos 30 marcam, para Santa Catarina, uma ruptura no processo de acumulação, pois, de acordo com o autor, vai ocorrer uma maior inserção por parte dos catarinenses na economia nacional.

Assim, após 1930 Lages insere-se na divisão nacional do trabalho por regiões, gravitando juntamente com o Estado de Santa Catarina em torno do centro administrativo e político, Rio de Janeiro, e, do pólo econômico, São Paulo.

"A partir de 1930, o Estado brasileiro se constitui em agente planejador e definidor de um modelo urbano-industrial que impõe às regiões do Brasil funções especializadas. A Região Sudeste é colocada no centro do processo e as demais como subsidiárias e suporte de seu desenvolvimento". (SARTORI; PEIXER; NUNES. In: UNIPLAC, 1999, p.24).

No Planalto Serrano, além da pecuária, várias indústrias madeireiras e algumas de papel e de pasta de papelão são instaladas. Lages, participa do papel destinado à

---

<sup>1</sup> O salário mínimo criado em 1940 era em 01.12.1943 de CR\$380,00, correspondente a 15,28 dólares; em 01.12.1952 era de CR\$1.200,00. Intermega.globo.com/indica/salariominimo consulta em 15.07.02.

Região Serrana de Santa Catarina, cumpre seu papel “de abastecedora de madeira bruta para os mercados nacional e internacional” conseguindo já nos anos 40 que a madeira supere a pecuária em importância econômica.

Para o professor Fornari, Diretor da FACEC, o desenvolvimento da região deve-se à indústria madeireira e em parte, às atividades do 2º Batalhão Rodoviário, instalado em Lages desde 1935.

De fato, com o advento da atividade do 2º Batalhão Rodoviário na zona serrana do Estado, a partir de 1940 a cidade se viu transformada, subitamente, no elo necessário de ligação entre o centro e o sul do país, ou seja, centro rodoviário de alta categoria. O surgimento da indústria madeireira, a par do aprimoramento dos métodos de criação de gado, concomitantemente com os benefícios advindos do intenso tráfego comercial que se estabeleceu pela então BR-2 (...). E como retoque final de toda uma conjuntura econômica, vimos a CELESC despejar correntes de energia elétrica em nossa zona. Propiciou-se, assim, o surgimento de poderosas indústrias, como o Frigorífico Planalto - Frigoplan e o trio formador da "LAGES - CAPITAL DO PAPEL" (Olinkraft, Klabin e Bates). (FACEC, 1998, Anuário I, p.19 e 20).

Continua o então diretor da FACEC, em sua explanação, justificando a mudança estrutural ocorrida na cidade de Lages: a estrutura patriarcal é substituída pela dinâmica tipicamente industrial, em função da solicitação de mão de obra para as rodo-ferrovias em construção e das inúmeras oportunidades de empregos emergentes.

Já nos anos 50 é bem adiantado o progresso econômico da região devido ao grande número de serrarias instaladas e ao volume das exportações de madeira bruta. O apogeu econômico, sustentado pela extração da mata nativa, atrai para Lages várias pessoas.

Portanto, os efeitos da exploração madeireira repercutem não só na economia, mas em todos os aspectos da vida social, política e econômica da Região Serrana.

São indicadores econômicos o crescimento do volume de arrecadação de impostos estaduais, a intensificação dos investimentos no setor pecuário, o desenvolvimento da indústria subsidiária, do comércio e do setor de serviços privados e públicos. No campo político, a região amplia sua expressão e representação nos níveis estadual e federal. Também cresce a população urbana. No decorrer da década de 50 mais que duplica. (...) É no final da década de cinquenta, quando Lages e região vivem o

apogeu do grande ciclo da madeira, que se delineiam as primeiras idéias acerca da implantação do Ensino Superior. (SARTORI; PEIXER; NUNES. In: UNIPLAC, 1999, p.24-5).

### **2.2.1 A Idéia dos Fundadores do Ensino Superior em Lages**

É nesse contexto de euforia pelo apogeu do ciclo da madeira que se evidencia a necessidade da criação e implantação de Unidades de Ensino Superior em Lages.

(...) já entre 1955 e 1956, é sugerida a implantação de um curso de Direito em Lages, idéia que aparece posteriormente (...), [no jornal da cidade] (Guia Serrano, 1960), em telegrama do Deputado Evilásio Caon (março 65) e em informação nº 73/65, da Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Educação (maio/65). (UNIPLAC, 1999, v. 1, p.12).

Lages consolida-se como centro urbano regional: sua população duplica em poucos anos, possui comércio razoável para a época, boas escolas de nível básico, médio e técnico, indústrias madeireiras em ascensão, mesmo que predatórias do meio ambiente. Desponta também no cenário político, administrativo e econômico do Estado de Santa Catarina.

A comunidade, através de algumas pessoas, pensa no aspecto cultural e pretende melhorar a cultura e o desenvolvimento da Região através do Ensino Superior.

Conforme entrevistas dos fundadores da UNIPLAC, concedidas à autora deste trabalho, o Ensino Superior viria elevar o nível cultural do povo e o nível técnico dos profissionais, os quais não suportariam as exigências do mercado de trabalho em franco desenvolvimento, apenas com escolas de nível médio.

Nesse período, 1950 a 1970, segundo SILVA (apud MICHELS, 1998, p. 47-8), Santa Catarina consolida sua condição periférica em relação ao Sudeste. Lages, com base na extração vegetal, indústria da madeira, pecuária extensiva e indústria de papel e celulose tem seu crescimento urbano, "associado à capitalização do excedente primário periférico, (...) portanto, diretamente ligada ao nível de capitalização e reinversão do excedente primário periférico requerido, sobretudo, pelo centro do país".

Torna-se necessário preparar-se para melhor desempenhar as funções nas atividades sócio-econômicas proporcionadas pelo progresso econômico e industrial trazido à cidade, em especial, pelas indústrias madeireiras e pelas fábricas de papel e celulose.

Os níveis de desenvolvimento atingidos pela Região Serrana de Santa Catarina em decorrência do ciclo da madeira punham às claras (...) descompassos. Isto é: se de um lado nossa sociedade e nossa economia se haviam complexificado no processo de industrialização e urbanização, o que impunha apropriação de conhecimentos e aporte de tecnologias cada vez mais especializadas, por outro lado o equipamento técnico-educacional disponível não mais atendia a tal estágio de desenvolvimento. (UNIPLAC, 1999, v.1 - p.11).

É nessa perspectiva otimista, que no final dos anos 50, em pleno auge da indústria madeireira e das exportações, Lages organiza-se para criar e implantar o Ensino Superior. Apesar de dispor de boas escolas de ensino médio, é evidente o descompasso entre Educação e o processo de desenvolvimento da região serrana. Conforme BORDIGNON (1969) são entrevistados 840 estudantes de ensino médio, estudantes do curso normal, científico e técnico de contabilidade e, existe já em 1950 uma demanda reprimida de concluintes dos cursos secundários e técnicos de Lages, egressos da Escola Técnica de Comércio Santo Antônio, da Escola Técnica do Comércio de Lages, do Curso Científico do Colégio Diocesano, da Escola Normal Vidal Ramos (estadual) e da Escola Normal Santa Rosa de Lima.

Esta constatação aliada à:

(...) crença generalizada de que a educação se constituía na mola mestra do desenvolvimento (...). Paralelamente aumentava a consciência de que a preparação de recursos humanos qualificados se constituía em pré-requisito fundamental do desenvolvimento.' E, assim sendo, '(...) as comunidades do interior (...) passaram a reivindicar fortemente a instalação de faculdades, defendendo a tese da interiorização e regionalização do ensino superior, que encontrava forte oposição nos meios educacionais da capital do Estado. (BORDIGNON, 1978, *apud* SARTORI; PEXER; NUNES. In: UNIPLAC, 1999, v.2, n2, p.26).

O momento é propício devido à situação econômica em alta e ao excedente de alunos não absorvidos pelas Faculdades existentes. Existe uma demanda não absorvida pelas Universidades Públicas do Estado e, segundo Kelin, Sampaio (1994), critérios fracos para a autorização de novas instituições. Cabe, pois, ao setor privado

arcar com a expansão do Ensino Superior, já que o setor público investe prioritariamente no crescimento das redes do ensino elementar e médio.

Embora, mais tarde busquem formalmente o respaldo do poder público municipal, coube à esfera privada, a um grupo de pessoas, a criação e instalação do Ensino Superior em Lages. Esse grupo de pessoas inicia o movimento discutindo como poderiam prosseguir seus estudos sem sair de Lages.

Na época, alguns centros urbanos polarizam as regiões econômicas do Estado de Santa Catarina. Por isso, as maiores cidades lutam pela criação de suas Faculdades priorizando a interiorização do Ensino Superior em Santa Catarina.

A criação e instalação de Unidades de Ensino Superior em Lages ocorre, portanto, num momento em que a proposta relevante é a de interiorização do ensino superior. A comunicação com a capital do Estado é difícil, pois a BR 282 não estava concluída, e, há no interior excedentes de alunos pressionando por um Ensino Superior.

O Estado de Santa Catarina, no final da década de 50, conta com a Universidade Federal (UFSC) e com a Universidade do Desenvolvimento do Estado (UDESC), ainda incipientes, sediadas na capital do Estado, pertencentes à rede pública de ensino.

Assim, o movimento que se articula em Lages, em 1959, pró-criação e instalação de Faculdades corrobora com a proposta de interiorização do Ensino Superior. Inicia sua materialização em 19/07/59, com a fundação da Associação Catarinense de Cultura (ACC) cujo objetivo é fundar e manter estabelecimentos de ensino superior, sem fins lucrativos.

Pela fala dos entrevistados fica claro que o grupo fundador da Associação Catarinense de Cultura (ACC) de Lages não expressa preocupação com o desenvolvimento da cidade ou da região, até porque, acredita serem satisfatórias para

a época, as condições econômicas, culturais, políticas e sociais que a cidade oferece. Essa cidade hospitaleira que soube lhes acolher, está em franco progresso econômico "era da madeira".

Há que se notar que os componentes do grupo fundador da ACC na sua quase totalidade, provinha de outras cidades. De início, apenas um entre eles, é nascido em Lages. Corroborar essa afirmação, as palavras do professor Antonio Carlos Koerich:

O grupo era constituído pelos seguintes senhores: Bernardino Nelson Gevaerd, nascido em Brusque (SC) que trabalhava no Banco Inco; José Rodrigues Lopes Neto, nascido em Lages (SC) contabilista; Antonio Fernando de Alcântara Athayde, radialista e jornalista, vindo de Laguna (SC), Antonio Carlos Koerich, contabilista, nascido em Ituporanga (SC), Arlindo Bernard, professor e funcionário público era gaúcho; Adolfo Gilberto Toschi, economista, nascido em Caxias do Sul (RS), diretor do Moinho Cruzeiro; Roland Hans Kumm, natural de Braço do Norte (SC), diretor do Grupo Batistella, formado em contabilidade; Amélio Nercoline, natural de Caçador, economista. (KOERICH, 2001, entrevista).

Esse grupo, com apenas um lageano, em seus bate-papos sobre a criação das Faculdades em Lages não tem clareza dos procedimentos burocráticos e nem experiência sobre processo de implantação de cursos superiores.

Posteriormente, reintegra-se ao grupo, o professor Júlio César Malinverni, nascido em Lages, o qual trabalhava no Instituto de Educação de Lages como diretor de disciplina e depois, como secretário, cuja experiência vem contribuir na montagem do processo para ser enviado ao Conselho Federal de Educação.

Conforme MALINVERNI (2001, entrevista), ele participa das conversas iniciais em 1959, ausenta-se para fazer curso em Porto Alegre, mas, ao retornar a Lages continua participando do grupo fundador do Ensino Superior.

A idéia da criação de Unidades de Ensino Superior em Lages surge pois nesse grupo de ex-alunos das Escolas Técnicas de Comércio da cidade. Alguns deles, naquele momento, já atuando como professor nas respectivas escolas onde fizeram seus cursos. A preocupação maior do grupo é a continuidade de seus estudos. Não podiam sair para Curitiba ou Porto Alegre para fazer uma Faculdade. Na sua totalidade trabalham no período diurno. Pessoas que vêm para Lages por diferentes

razões, aqui estudam e estabelecem-se profissionalmente. Mesmo aqueles que já possuem curso superior, engajam-se ao grupo e lutam lado a lado com seus companheiros pela criação das Faculdades em Lages.

Esse entendimento está explícito na entrevista concedida ao professor da UNIPLAC José Batista da Rosa, em 03/12/1998, pelo então professor da UNIPLAC Bernardino Nelson Gevaerd (falecido aos 17 de setembro de 1999) "Quando terminamos a Escola Técnica de Comércio (...) quando a minha turma terminou e colou grau, ficamos meio sem saber o que fazer à noite (...) Senti falta de algo mais para poder evoluir dentro do Banco... ." (GEVAERD, 1998, entrevista).

Prosseguir nos estudos, procurar através do Ensino Superior a melhoria de seu desempenho profissional ou até ascensão social é a maior preocupação do grupo fundador do ensino superior em Lages.

Corroborar essa afirmação KOERICH (2001, entrevista), quando explicita que a turma depois de concluído o curso técnico de contabilidade começa a lecionar na Escola Técnica de Comércio de Lages e na Escola Técnica de Comércio Santo Antonio do Colégio Diocesano, no período noturno. Após às aulas vão tomar cafezinho no bar e comentam sobre o que fazer para continuar seus estudos, visto que, não tinham condições econômicas para deslocarem-se para outros lugares porque todos trabalham em suas profissões durante o dia.

O grupo vai amadurecendo a idéia de criar uma Faculdade em Lages e certo dia, Athayde publica no jornal em que trabalha uma nota, dizendo mais ou menos isso:

Que, uma plêiade de idealistas liderados pelo professor Bernardino Nelson Gevaerd se propunha criar uma Faculdade de Contabilidade e Economia em Lages. A cidade tomou conhecimento da notícia e ao ser questionado pelo prof. Gevaerd, Athayde desculpou-se por ter feito a publicação sem o consentimento do grupo. Então, Gevaerd afirma: agora vamos à luta, vamos criar a Faculdade. Aí começa realmente o embrião da UNIPLAC. ( KOERICH, 2001, entrevista).

O grupo, a princípio surpreso e depois desafiado, põe-se a preparar a tal reunião, que culmina com a criação da Associação Catarinense de Cultura (ACC), a primeira mantenedora do Ensino Superior em Lages.



GEVAERD (1998, entrevista), também afirma:

(...) alguém da nossa turma soltou no jornal... uma notinha dizendo que íamos fundar uma faculdade de Ciências Contábeis e Economia e tinha como líder o professor Bernardino Gevaerd; a informação passou para a comunidade. Aí começamos vendo como era, (...) o que é que precisaria. Precisávamos de uma mantenedora, foi quando então fundamos a ACC (Associação Catarinense de Cultura), uma instituição privada. Agregamos bastante sócios, para dar suporte... .

O grupo se organiza e convoca, através de edital publicado no D.O. SC n.6.358 de 13/07/59, as autoridades, os doadores e os interessados na fundação de Faculdades para a Assembléia Geral de Fundação.

Toma corpo o movimento pró-fundação de Faculdades em Lages, organiza-se uma comissão e realiza-se em 19/07/59 a assembléia geral de fundação da Associação Catarinense de Cultura (ACC) com a aprovação de seus estatutos e eleição do primeiro conselho administrativo da mantenedora do Ensino Superior da Região, ou seja, da mantenedora das Faculdades de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis e Atuariais de Lages. Essa associação tem como finalidade, conforme seus estatutos, a fundação de estabelecimentos de ensino superior, sem fins lucrativos e com objetivos filantrópicos.

A estrutura administrativa da ACC era constituída por um Conselho Administrativo e um Consultivo. Ambos com sete membros. Foram indicados pela Assembléia Geral os seguintes cidadãos para comporem o primeiro Conselho Administrativo: Bernardino Nelson Gevaerd (bancário), Amélio Sartori Nercoline (economista), Antonio Fernando de Alcântara Athayde (radialista), Adolfo Toschi (economista), Roland Hans Kumm (atuário), Antonio Carlos Koerich (contabilista), José Rodrigues Lopes Neto (contabilista). Entre os indicados, foi eleito presidente do Conselho, Bernardino Nelson Gevaerd. (UNIPLAC, v.1, 1999, p.13).

Segundo entrevista do professor Bernardino Nelson Gevaerd, ele como presidente eleito, declara, nessa mesma Assembléia instaladas as faculdades de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais de Lages, nomeando para Diretor das Faculdades o Frei João Capistrano Binder OFM e para secretário Antonio de Souza Filho. Afirma o professor Gevaerd que estando presentes na Assembléia várias autoridades de Lages, o Frei Binder ao ser convidado para diretor "teve que aceitar".

KOERICH (2001, entrevista) argumenta que o grupo sempre busca auxílio junto ao Frei Binder; houve uma época que se pensou colocar a Faculdade em funcionamento no Colégio Diocesano onde Frei Binder era diretor. Mas, passando por Lages o Provincial da Ordem Franciscana deixa claro que não tem interesse em manter curso superior em seu colégio.

Apesar das dificuldades, continua o grupo a organizar o processo de pedido de autorização de funcionamento que deve ser encaminhado ao Conselho Federal de Educação e também a contatar com as autoridades em busca de espaço físico para o funcionamento das Faculdades.

Conforme UNIPLAC (1999, v.1), logo após, criada a Associação Catarinense de Cultura (ACC), o seu presidente envia ofício às autoridades locais e estaduais comunicando o fato, ou seja, a criação da mantenedora das Faculdades de Lages. Esses ofícios, recebidos pelas autoridades, são respondidos em seguida, endereçados ao Presidente da ACC (Gevaerd).

Nesses ofícios-resposta das autoridades estão evidentes os discursos de progresso e desenvolvimento que perpassavam pelo político e administrativo da época. Ressaltam-se nos mesmos, expressões como: "... por minha vez, tudo farei, (...) a fim de prestigiar esse empreendimento, colimando os interesses da classe estudantil e a expansão cultural de nossa progressista cidade" (Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Justiça).

".... considerando o que representará para o crescente progresso e desenvolvimento..."(Assembléia Legislativa).

"A Secretaria de Educação e Cultura louva (...) tanto mais que a cidade de Lages, pelo seu crescente progresso (...) está a necessitar de um estabelecimento deste tipo, que viria atender as necessidades dos estudantes lageanos e dos que residem nos municípios vizinhos."

Aos discursos do progresso e do desenvolvimento econômico e cultural da Região, tanto o existente quanto o idealizado, que perpassa as manifestações da Assembléia Legislativa do Estado, da Secretaria de Educação e Cultura, da Secretaria dos Negócios do Interior e Justiça. (...) se soma aquele da necessidade premente de satisfazer às demandas reprimidas(...). (SARTORI; PEIXER; NUNES. In: UNIPLAC, v.2, n.2, 1999, p.26).

A criação da Associação Catarinense de Cultura suscita manifestações em outros municípios. Sob o título "Exemplo que nos vem de Lages", assim se manifesta o jornal "A Notícia", de Joinville (1959), a respeito da iniciativa serrana:

(...) a Associação Catarinense de Cultura de Lages está no propósito de criar, naquela cidade, uma Faculdade de Ciências Econômicas. O empreendimento é dos mais louváveis, pelo que significa para o atendimento dos anseios da preparação intelectual da juventude lageana. Santa Catarina, no que concerne à sua vida universitária, está com um atraso de muitos anos em relação – digamo-lo para simples exemplo - ao Paraná, um dos nossos mais próximos vizinhos. ... Diante dessas perspectivas, as coletividades catarinenses terão mesmo, como é o exemplo de Lages, agora de enveredar pelo caminho da iniciativa privada se quiserem proporcionar à sua mocidade estudiosa o aparelhamento escolar de que carece para o seu desenvolvimento cultural. ... Congratulamo-nos com essa demonstração de patriotismo que nos oferece a Associação Catarinense de Cultura de Lages. ... (UNIPLAC,1999, v.1, p.13).

Essa reportagem publicada em um jornal importante do Estado "A Notícia" deixa perceber a preocupação que as cidades catarinenses têm com a mocidade em idade escolar, bem como, enfatiza o atraso de Santa Catarina no tocante ao ensino superior em relação aos Estados vizinhos (RS e PR).

A notícia ressalta que as comunidades, através da iniciativa privada, devem buscar o Ensino Superior para com ele promover o desenvolvimento cultural de sua população jovem.

Constata BORDIGNON (1978), através dos egressos das Fundações Educacionais Catarinenses por ele entrevistados, (...) que em primeiro plano estava o aprimoramento cultural e somente depois a habilitação profissional e melhores oportunidades de trabalho(...). É relevante distinguir, dentre as necessidades culturais, o aspecto individual do coletivo. O aspecto individual caracteriza-se pela necessidade de aprimoramento cultural pessoal e o coletivo pelas transformações culturais da comunidade, todos pela influência da Instituição de Ensino Superior. (HAWERROTH, 1999, p.54-5).

Portanto, a obtenção e/ou manutenção do *status* social tanto da pessoa como da cidade é um objetivo a ser realizado através do Ensino Superior.

Embora seja preocupação dos fundadores do Ensino Superior em Lages a continuidade de seus estudos, a Faculdade surge nesse momento de desenvolvimento da região como oportunidade de ascensão social tanto para aqueles que já trabalham como profissionais, como para aqueles jovens que acabam seus cursos de ensino médio.

Perpassa nas colocações dos entrevistados (fundadores) também a preocupação de não deixar Lages ficar para trás culturalmente de outras cidades do Estado, principalmente de Florianópolis - Capital.

Lages é, na época, política e economicamente respeitada no Estado, tem boas escolas e razoável desenvolvimento cultural, ou seja: jornais, orquestras, teatros, etc.

Assim, ao perceber que Florianópolis mobiliza-se para criar sua Universidade, Lages mobiliza-se também, isso depreende-se principalmente da fala do professor Malinverni, quando entrevistado.

O apoio das autoridades municipais e dos lageanos que ocupam cargos estaduais, na época, demonstra a preocupação com a marcha do desenvolvimento e com a necessidade de Lages acompanhar e inserir-se no contexto de desenvolvimento do Estado.

Conforme AURAS (1998), Santa Catarina arranca para o desenvolvimento após a realização do I Seminário Sócio Econômico, realizado pela FIESC, sob a presidência de Celso Ramos, lageano de nascimento. Esse seminário constitui-se na sua plataforma de governo e numa estratégia política do PSD para vencer a UDN na campanha de governador para o Estado de Santa Catarina.

O seminário, realizado entre 1959 e 1960, tem como objetivo explícito difundir a ideologia desenvolvimentista em terras catarinenses, culmina na elaboração de um

documento básico que identifica os principais problemas responsáveis pela estagnação da economia catarinense.

Em Santa Catarina as pré-condições para o ‘arranco’ não estavam postas. O Estado sequer possuía a infra-estrutura básica para deflagrar uma política industrial necessária para o deslanchar do processo. No ano de 1960, o Estado possuía 92.531 kw de potência instalada, (...). Diante desse quadro, melancólico para as lideranças industriais do Estado, a Federação das Indústrias de Santa Catarina FIESC, assessorada pela confederação Nacional das Indústrias - CNI, que já estava realizando levantamentos da situação econômica de várias regiões do país, realizou durante o ano de 1959 e parte de 1960, o seminário Sócio-Econômico, que consistiu no levantamento das condições infra-estruturais de Santa Catarina.(AURAS, 1998, p.29-30).

Celso Ramos, presidente da FIESC, na época, afirma ao assinar o Documento Básico do Seminário Sócio-Econômico: “(...) surge aqui (...) uma nova contradição que se exprime no descompasso entre a demanda de mão-de-obra especializada que o processo exige e a deficiência do ensino. (...). Inútil, pois, seria qualquer programa de desenvolvimento que omitisse a prioridade alta a lhe ser atribuída nos diversos graus”. (SANTOS apud AURAS, 1998, p.31).

A referida autora afirma, ainda que:

Considerando a educação como área prioritária para o programa desenvolvimentista estadual, cujo carro chefe era a industrialização, tal documento estabeleceu vinte metas educacionais a serem alcançadas pelo governo que deveria assumir o Estado, no ano de 1961. [Entre estas :] Estudo de um plano de bolsas escolares, (...) de modo a garantir aos realmente capazes, desprovidos de recursos, o acesso aos diferentes graus de ensino.(...) Criação da Universidade Federal (...). (AURAS,1998, p. 32-3).

Assim, passa-se para a educação o papel de preparar o homem-força-produtiva. Analisando sob o aspecto político, segundo AURAS (1998), os pedessistas decididos a resgatar o poder político estadual lançam mão de novas estratégias geradas no seio da FIESC (fundada e presidida por Celso Ramos desde 1952) pela equipe de jovens tecnocratas, liderados por Alcides Abreu. Entre as estratégias salientam-se a realização do Seminário Sócio-Econômico e a Aliança Social Trabalhista que coloca Doutel de Andrade como vice-governador de Celso Ramos.

Esse movimento em nível de Estado repercute também em Lages e as lideranças políticas e econômicas sensibilizam-se pela busca de modernização, cujo carro chefe é a indústria, alavancada pela educação.

Celso Ramos, conforme AURAS (1998, p.37-40) vence as eleições e assume o governo (1961-1965), tendo como plataforma o documento gestado no I Seminário Sócio-Econômico de Santa Catarina. O Plano de Governo é administrado pelo I PLAMEG, espécie de supersecretaria, responsável pela formulação de políticas, pelo controle e execução do plano. Nessa época são atraídos para o Estado investimentos internacionais, aplicados, principalmente, nos setores de planejamento, educação, rodoviário e energético. A prioridade é o desenvolvimento, o que, continua na gestão - PLAMEG II, 1966-1970.

No final do governo Celso Ramos, após o golpe militar de 1964, convive-se com a presença marcante dos militares em todos os setores da sociedade, inclusive na Faculdade de Lages (FACEC). Conforme MALINVERNI (2001, entrevista) a partir da revolução de 64, tudo o que sai da FACEC é vistoriado pelo comandante do 2º Batalhão Rodoviário de Lages. Mesmo assim, continua em todos os setores da sociedade a preocupação com o desenvolvimento. “O período posterior a Revolução de 64 caracterizou-se pela adequação da política à economia, pelo desejo de industrialização e modernização através da internacionalização da economia que pouco condizia com a política nacional - populista vigente até então”. (SILVA, apud HAWERROTH, 1999, p.33).

A idéia de desenvolvimento existente na época passa pelas palavras de KOERICH (2001, entrevista) “Na época eu acho que nós poderíamos nos colocar melhor nos trabalhos e participar melhor do desenvolvimento da cidade porque nós tínhamos uma economia forte na época, nos anos de 50,70, 1975; a economia de Lages era muito grande, ‘a economia da madeira’, então nós precisávamos de um melhor desenvolvimento técnico”.

Percebe-se, também, nas palavras do então Juiz Diretor do Foro da Comarca de Lages em 27/11/1968, a forte influência da idéia de desenvolvimento propagada durante o governo militar. “(...) minha palavra de aplausos pela fundação da primeira Escola de nível superior de minha terra natal, a qual, já pelo que significa na luta patriótica, em prol da formação de técnicas que dinamizarão a economia e aumentarão as finanças da Pátria, já porque foi o marco inicial da criação de outras instituições integrantes da futura Universidade (...)”. (FACEC, Anuário 1, 1968, p.5).

Com o ensino superior pretende-se desenvolver uma nova mentalidade, mais cultura, mais preparo técnico. Segundo os entrevistados pretende-se que Lages se projete não só política e economicamente, mas, que acompanhe as demais cidades culturalmente também. Talvez, tornar Lages um centro cultural, além de econômico.

Mas, pelos primeiros cursos criados - Economia, Contábeis e Administração percebe-se que o desenvolvimento cultural fica postergado pela necessidade de formação técnica. Depreende-se que a pretensão é de que cada empresa possa vir a ter um contador, um planejador ou um administrador.

É preciso manter aqui os filhos da terra, pois, dos que saem para estudar fora, poucos voltam. Já existe uma base cultural e através do desenvolvimento da indústria e do comércio, uma base econômica. Para acompanhar esse desenvolvimento econômico-financeiro precisa-se preparar melhor os técnicos que devem atuar nas empresas. E, talvez, tornar Lages um pólo de ensino.

Segundo o professor Pedro Gasparin, em sua entrevista, os fundadores estavam conscientes de que o Ensino Superior seria um instrumento para o desenvolvimento de Lages, mas, nos primeiros momentos, os cursos ficam restritos ao nível acadêmico, à aquisição do diploma de Ciências Contábeis ou de Economia, à habilitação dos profissionais para o mercado de trabalho.

## **2.2.2 O Discurso de Desenvolvimento**

O discurso de desenvolvimento da época vem desde o governo federal, passa pelo governo do Estado e chega aos municípios. Por consequência, a FACEC é influenciada pela idéia de desenvolvimento que domina os discursos das autoridades da época. Por exemplo, o governador de Santa Catarina prioriza a formação e aperfeiçoamento do elemento humano como necessários ao processo de desenvolvimento:

Tendo em vista assegurar a continuação das políticas adotadas em sua gestão, Celso Ramos sancionou, ainda no final de seu mandato, a Lei 3.791 de 13.12.65, que dispõe sobre o 2º PLAMEG para o período 1966-1970. Este Plano tinha como uma das suas principais metas a 'Valorização dos Recursos Humanos' visando a formação e aperfeiçoamento do elemento humano necessário ao processo de desenvolvimento. Inscrevia-se, desta forma, com ainda maior ênfase, a educação como mediadora do crescimento econômico do Estado, como alavanca para o desenvolvimento. (AURAS, 1998, p.39).

A prefeitura de Lages, influenciada pelo discurso de desenvolvimento, realiza, em junho de 1968 com o apoio da FACEC o 1º Seminário de Desenvolvimento e Organização da Comunidade.

Lages, nesse período é respeitada politicamente, o governador Celso Ramos é lageano, o Secretário da Educação também é ligado à família dos Ramos de Lages, tem, pois, representatividade política, além disso, boa arrecadação de impostos e relativo desenvolvimento cultural. Tudo contribui para que Lages tenha grande influência na região e no Estado.

Reforçam essa afirmação as palavras do então diretor da FACEC, ao apresentar a análise sobre a "Realidade do Ensino em Lages" no 1º Seminário de Desenvolvimento e Organização da Comunidade, publicada no Anuário I da FACEC em 1968.

Segundo o então diretor Fornari, a bicentenária cidade de Lages conta, a partir de 1935, com a presença marcante do 2º Batalhão Rodoviário que rasgando estradas e construindo ferrovias, estabelece os elos de ligação entre Lages e o centro do país, bem como de Lages com outros Estados e cidades catarinenses. Deixa Lages de viver no isolamento, passa a ser um pólo de ligação viária e ferroviária. Isso polariza as



atenções e atrai para Lages pessoas com diversificados interesses. O 2º Batalhão Rodoviário ao construir a BR-2, hoje, Br-116, maior ligação viária do centro-sul e outras obras importantes, amplia na região a oferta de empregos. Além dos operários para a construção das estradas ainda recruta os jovens da região para o serviço militar obrigatório.

E, quanto ao aspecto educacional, afirma o diretor Fornari “para purgar e ressarcir as mazelas de administrações anteriores, propôs-se o eminente, então, governador dotar a cidade de um Centro Educacional capaz de atender às necessidades do setor específico de, pelo menos uma década. Pois bem, no dia da inauguração, o Centro Educacional não conseguiu atender a demanda das matrículas de um ano”. (FACEC, 1968, Anuário 1, p. 20).

É importante esclarecer que no Centro Educacional, por alguns anos, são cedidas as salas, à noite, para funcionar a FACEC.

O diretor Fornari, referindo-se à criação da Associação dos Municípios da Região Serrana (AMURES), com sede em Lages, apresenta estatísticas relativas à área, população e escolaridade dos alunos dos municípios que a compõe:

À nossa micro-região interessa, de imediato, a implantação de uma UNIVERSIDADE que possa formar elementos especializados nos seguintes ramos: no campo econômico: Ciências Econômicas, Contábeis, Administração e Gerência; no campo do Direito: Assistência Jurídica às Empresas; na formação de professores: Filosofia, com seus ramos mais solicitados. (...) Além disso, interessa a todo centro-oeste do Estado, a implantação em Lages, das Faculdades de Agronomia e Veterinária (...). (FACEC, 1968, Anuário 1, p.22).

É evidente a coincidência entre o discurso de desenvolvimento propagado pelo governo militar e o subentendido nas palavras do então diretor da FACEC. Procura-se, através do Ensino Superior, preparar tecnicamente o homem serrano para suprir às necessidades que o crescimento econômico da região exige.

A AMURES é uma grande força política a pleitear junto às autoridades pela implantação de Faculdades (Universidade) em Lages, com vistas ao desenvolvimento

da região. Ainda em 1968 realizam-se eleições municipais. Os candidatos à Prefeitura de Lages são, pela primeira vez, sabatinados pelos acadêmicos da FACEC.

O Prefeito eleito pela Arena, Sr. Áureo Vidal Ramos, segundo KOERICH (2001, entrevista), muito contribui para a implementação do ensino superior em Lages:

(...) uma das professoras dos cursos que nós tínhamos (...) pensou porque não um curso de Pedagogia (...). A professora Suria Chedid, então Secretária da Educação do Município de Lages no governo do prefeito Áureo Vidal Ramos, que era chamado de Nuta. Por sinal, (...) o responsável pela doação do terreno onde nós temos hoje a Campus Universitário, todos aqueles 73.000m<sup>2</sup> foram doados pela Prefeitura no Governo Áureo Vidal Ramos, uma criatura, esquecida nos anais da história da UNIPLAC até hoje. (...) Então a professora Suria Chedid, imaginou na época (...) e fez um projeto para a criação da FACIP, cursos ou Faculdades de Ciências e Pedagogia, e com isso ela levou a idéia de Universidade para Brasília. Tanto é que no primeiro projeto ela já queria englobar a FACEC e FACIP (...) o nome ou a sigla UNIPLAC é dela, é do projeto dela, (...).

Ao final do mesmo ano, conforme relato de Cícero dos Santos (Presidente da FEL) e de Giovani Fornari (Diretor da FACEC), acontece o Encontro Regional de Presidentes das Fundações Educacionais, realizado em Camboriú, dia 17 de novembro de 1968:

(...) O Encontro dos Presidentes das Fundações Educacionais e Diretores de Escolas de Ensino Superior de Joinville, Itajaí, Blumenau, Lages Tubarão e Rio do Sul, para debate da posição UNIVERSIDADE em face da integração do Ensino Universitário no interior, visando o desenvolvimento de todo o Estado de Santa Catarina. (...) contou com a presença (...) do Reitor da UDESC, (...). As impressões que colhemos do Encontro podem ser assim esquematizadas: a) entusiástico dinamismo em todas as Unidades (...); b) irreversibilidade da atual situação, na interiorização do Ensino Superior em Santa Catarina; c) tomada de consciência da UDESC diante desse fato consumado, tanto que já programou o 1º Colóquio sobre Interiorização do Ensino Superior em Santa Catarina, para os dias 30 de novembro e 1º de dezembro do corrente ano, a ser realizado em Florianópolis. (FACEC, 1968, Anuário 1, p.28).

A consolidação da interiorização do ensino superior avança muito, pois, já em 1970, no documento final do II Colóquio sobre Regionalização do Ensino Superior em Santa Catarina, realizado em Lages, preconiza-se: "(...) a criação de escolas de Educação, nas regiões com pólo urbano definido, deverá ser considerada meta prioritária face às exigências de recursos humanos habilitados oriundas do próprio Plano Estadual de Educação (...)." (UNIPLAC, 1999, v.1, p.28).

Depreende-se que a FACIP inicia suas atividades respaldada pelo prefeito municipal, interessado na Universidade do Planalto, e pelo governo do Estado cujo PLAMEG II e Plano Estadual de Educação consideram prioritária a Educação como formadora dos recursos humanos necessários ao desenvolvimento.

Essas idéias estão expressas nos discursos das autoridades e nos jornais da época. É na gestão do Prefeito Áureo Vidal Ramos que dá entrada no Conselho Estadual de Educação o processo para a autorização da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Lages (FACIP). Nesse sentido, publica o Correio Lageano de 17/10/69 nota a respeito:

Regressaram de sua viagem a Florianópolis, onde estiveram tratando de assuntos relacionados com a criação da Faculdade de Filosofia de Lages, os doutores Suria Chedid e Aidê Antunes, componentes do grupo de trabalho (...) segundo nota distribuída à imprensa, o prefeito Áureo Vidal Ramos, no interesse de apressar o funcionamento da Fundação Universidade do Planalto Catarinense, criou recentemente mais dois grupos de trabalho encarregados de organizar (...) a instalação de uma Faculdade de Administração de Empresas nesta cidade (...), que tem o prazo de 30 e 60 dias para o cumprimento de sua missão (...).(UNIPLAC, 1999, v.1, p.27).

A implantação da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC- pensada em 1970 vem, segundo BORDIGNON, resolver vários problemas, como "fixação de mão de obra com novos mercados de trabalho, a fixação e a atração de investimentos. (...). Será a Filosofia a mentora de uma profunda transformação de nossa mentalidade comunitária (...)." (FACEC,1969, Anuário 2, p.18).

Tem-se como meta tornar Lages um centro cultural e econômico, reter os filhos da terra, na terra natal, e com isso sustentar o desenvolvimento da cidade. Essas são as idéias das autoridades da época e dos fundadores do Ensino Superior de Lages. Pois, nada melhor que uma Universidade, para consolidar e dar suporte ao desenvolvimento. O ensino superior oportuniza à força jovem, permanecer atuando na cidade, gerando riquezas e aperfeiçoando sua força de trabalho.

Nos discursos dos fundadores do ensino superior em Lages e nas manifestações das autoridades da época, percebe-se a preocupação com o aprimoramento cultural da juventude estudantil da cidade de Lages e dos municípios vizinhos. Nas entrevistas com os sócios fundadores da ACC fica evidente também que além do desenvolvimento da cultura e da mentalidade do povo lageano, a preocupação passa também, pela oportunidade que através do ensino superior tem a classe média de promover sua ascensão social. Assim, a mobilidade social e a realização pessoal são consideradas mais importantes que o desenvolvimento econômico. Isto porque, pressupõe-se que através do Ensino Superior melhore as condições de adaptação ao processo de industrialização desencadeado em Lages pela indústria extrativa da madeira e ao processo de urbanização, daquele, decorrente.

A par disso, Lages, na época, compete política, cultural e economicamente com a capital – Florianópolis. Como a capital consegue sua Universidade Federal e pleiteia a sua Universidade Estadual, é preciso Lages fazer algo nessa direção.

O grupo dos fundadores do Ensino Superior em Lages não tem preocupação expressa com o desenvolvimento da cidade e região, o objetivo perseguido pelo grupo é o prosseguimento de seus estudos, procurando, através do ensino superior, melhor adequar-se às suas profissões, empregos e funções. A idéia de desenvolvimento através do Ensino Superior não é portanto, a preocupação primeira dos fundadores do ensino superior em Lages.

A preocupação do grupo de fundadores corrobora com a idéia constatada pela pesquisa referenciada por ROMANELLI; CANUTO apud HAWERROTH (1999, p.31)

(...) através de pesquisas científicas realizadas nos anos 50, a influência exercida pela educação sobre a mobilidade social, em especial a educação superior. O almejado desenvolvimento econômico era posto em segundo plano diante da ascensão social que pautava a realização pessoal da grande maioria que procurava as instituições de ensino superior. O sistema educacional adequava-se sobretudo em dois objetivos: adaptação ao processo de industrialização e urbanização e minimização das desigualdades sociais. O primeiro, buscando suprir as exigências do setor produtivo com a ampliação e diversificação dos quadros necessários e adequados às transformações que se vislumbravam no horizonte. O segundo, buscando oferecer uma oportunidade de ascensão social única, pois dificilmente

poderia ocorrer de outra forma diante do processo crescente de acumulação de capital que ocorria no país.

Entretanto, na época, perpassa, também, pelos discursos dos fundadores e das autoridades a ligação entre educação e desenvolvimento econômico, ou melhor, educação e progresso econômico.

As faculdades constituem “a mola mestra” do desenvolvimento. Espera-se que a FACEC com os cursos de Ciências Econômicas e Contábeis alavanque o desenvolvimento econômico e que a FACIP com os seus outros cursos implemente e sedimente esse desenvolvimento em Lages e na Região.

Após a formatura da primeira turma de Ciências Econômicas e Contábeis, os esforços concentram-se na organização de processos para a autorização de outros cursos, como: Administração, Veterinária e Agronomia (UDESC) e licenciaturas da FACIP. Participam desse esforço, além dos integrantes da UNIPLAC, as autoridades locais, vereadores, prefeito e em especial a Secretaria Municipal da Educação de Lages.

Conforme ROSSI (1980, p.53):

A ideologia da classe dominante, (...) elaborara uma linha de causalidade que ligava a educação ao desenvolvimento econômico. Uma visão mecanicista de causalidade, associada a um economicismo burguês, colocava as coisas desse modo: a educação do 'povo' era responsável pelo desenvolvimento econômico, já que levava ao aumento da produção. Este aumento, por sua vez, é condição prévia para qualquer aperfeiçoamento social que só pode vir após o desenvolvimento econômico.

Parece que mesmo sem ter consciência, a classe política e a burguesia lageana entendem que para assegurar o progresso econômico é necessário aprimoramento cultural e aperfeiçoamento técnico, superando assim, o descompasso entre o econômico e a educação.

Modernizar, industrializar são preocupações dos governos federal, estadual e municipal e, essas diretrizes internacionalmente aceitas influenciam a sociedade e

também a educação, pois: "Criar infra-estrutura, modernizar instituições e incentivar as industrializações nacionais passaram a ser as palavras de ordem do mundo político e dos temas que mais freqüentavam as preocupações acadêmicas do Terceiro Mundo." (FIORI, apud PATO 1999, p.7 [mimeo]).

A preocupação dos organismos internacionais passam pela industrialização das economias periféricas, por conseqüência, atingem a América Latina, Brasil, Santa Catarina e Lages.

O desenvolvimento industrial significou, sem dúvida, uma diversificação muito importante da estrutura produtora; no entanto, não foi obtido o efeito esperado desta diversificação, no que se refere à redução da dependência externa das economias latino-americanas, nem se conseguiu obter, com esta transformação estrutural, uma capacidade de crescimento auto-sustentado. (SUNKEL, 1974, p.31).

A indústria madeireira (serrarias) que sustenta a economia de Lages e desloca para segundo plano a pecuária, vivencia, após os anos 70, sua decadência. Conforme o professor Malinverni, em sua entrevista "o pinheiro acabou, acabou o dinheiro", há um decréscimo no desenvolvimento da região e essa dificuldade econômica repercute na UNIPLAC também.

O apogeu econômico da região, devido ao ciclo da madeira e à interferência da representatividade política e econômica que carrega recursos do poder público para o desenvolvimento da região, entra em declínio no início dos anos 70. Após "o impulso desenvolvimentista da década de 50, apoiado pelo financiamento externo a curto prazo, reabriu-se uma fase de retrocesso e talvez de estagnação (...)." (FALETTO & CARDOSO, 1970, p.13).

Em Lages, esse problema acentua-se na década de 70, período que marca o término da exploração da araucária.

A década de 70 iniciou de forma difícil para a cidade de Lages. Este período demarca o final do ciclo da madeira, que tinha alterado todo o contexto sócio-econômico, e também democrático da região serrana de Santa Catarina. As reservas florestais tinham sido esgotadas; a maior parte das serrarias localizadas no interior do município e da própria região, haviam encerrado suas atividades, por falta de matéria-prima; as grandes indústrias madeireiras, situadas no perímetro urbano, estavam em declínio de produção; os contingentes de trabalhadores, liberados das serrarias,

aportavam na cidade, em busca de outros lugares de trabalho; as periferias da cidade iam-se ampliando consideravelmente. No setor primário (agricultura e pecuária), as perspectivas eram reduzidas, por força de toda a estagnação que fora produzida no decorrer do período da industrialização da madeira. Na área de prestação de serviços, o sistema de manutenção mecânica e o sistema de transporte, criados para sustentar o ciclo da madeira, também entravam em colapso. (CALAZANS apud PEIXER, In: UNIPLAC, v.1, n.1, 1998, p.59).

Nesse período Lages perde também a influência e a representatividade política em nível estadual e federal.

Segundo MICHELS (1998), o governo de Santa Catarina 1971-1975 adota o Projeto Catarinense de Desenvolvimento (PCD), uma versão estadualizada do Iº Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) do governo Médici, concebido para facilitar a iniciativa privada e obter um crescimento do PIB de 9% a 12% a.a. Já no período de 1975-1979 o governo identifica-se com a ditadura militar e baseia-se no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) adequando-o aos interesses dominantes em Santa Catarina, caracterizando-se pela política de centralização do capital, descaracterizando, assim, o modelo catarinense de desenvolvimento, baseado no pequeno e médio produtor.

Sem matéria-prima, sem representatividade econômica e política, Lages entra em declínio, embora tenha havido, por parte dos prefeitos, significativos esforços para reerguer a economia lageana.

### **2.3 A UNIPLAC E A IDÉIA DE UNIVERSIDADE**

A UNIPLAC acompanha, após a instalação da FACIP, em 1970, a estagnação da cidade e região; passa também por sérias crises econômico-financeiras, tanto é que os professores Gevaerd e Koerich em suas entrevistas referem-se ao saneamento financeiro realizado em sua gestão, mediante contribuições de empresários, rifas, promoções e ajuda através de verbas federais, por influência do senador Jorge Bornhausen. É a época da construção dos espaços físicos destinados à administração e às salas de aula. Busca-se construir a infra-estrutura, o espaço físico para o desenvolvimento das atividades das Faculdades, pensa-se já na futura Universidade.

Segundo HAWEROTH (1999), ainda, na década de 70, após alguns encontros dos Presidentes das Fundações Municipais ligados ao Ensino Superior surge como esforço de estruturação do ensino superior em Santa Catarina a Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE), incentivada pela necessidade de integração, fortalecimento e produção de um sistema de ensino superior catarinense que busque tanto soluções voltadas para o distrito geo-educacional quanto determinações de estratégias que proporcionem credibilidade no contexto sócio-econômico do Estado.

É, a partir de todos esses acontecimentos, que na década de 80 algumas das Fundações Universitárias de Santa Catarina iniciam o processo de constituir-se em Universidades Regionais.

Em Lages, a repercussão não é diferente. A universidade passa a ser vista como a *grande indústria*, em uma realidade marcada pela crise econômica, na qual a pecuária e a indústria madeireira descaracterizaram-se como economias básicas. Soma-se a isso a criação dos municípios de Correia Pinto e Otacílio Costa, que representavam um percentual de 43% do orçamento municipal de Lages. A Universidade do Planalto Catarinense passa a ser vista como um espaço privilegiado na construção e definição de alternativas para o desenvolvimento da região serrana e busca de uma nova identidade regional. (UNIPLAC, v.1, 1999, p.52).

Mas, a Fundação UNIPLAC e as Instituições de Ensino Superior por ela mantidas passam também na época por crises financeiras e institucionais (Ações Trabalhistas dos Profissionais e Intervenção do MEC). Em sua entrevista o Prof. GEVAERD (1998) afirma:

(...) tínhamos que levantar o nome da instituição. Para isso, precisávamos de verba. Fui até Brasília arrumar verba. Pedi também um interventor (...) na época, o Ministro era o senador Marcos Maciel. Inclusive ele me falou: Gevaerd, você ajeita sua instituição, ou fecha. (...) O nosso problema era financeiro, era administrativo, era também ideológico. (...) Eu fiz umas quantas promoções (...).

Conclui-se por sua entrevista, que, para o professor Gevaerd a preocupação com a Universidade existe desde o início, reacendida sempre que outros cursos são criados. Entretanto, muitas são as dificuldades: professores-horistas, trabalham em outras escolas e firmas ou são profissionais liberais, todos comprometidos durante o dia. Isso dificulta a busca do aperfeiçoamento e titulação; alunos, trabalhadores-estudantes, trabalham durante o dia para pagar seus estudos; a comunidade sem



recursos torna-se pouco participativa. Durante um longo período sua preocupação como presidente de Fundação UNIPLAC prende-se ao saneamento das finanças e à construção da infra-estrutura física. Construir os prédios onde hoje é o *Campus* não foi tarefa fácil, foi um garimpar de verbas e pedidos de auxílio constantes.

Tanto o professor Gevaerd quanto os professores Koerich e Malinverni em suas entrevistas enfatizam a ajuda do senador Jorge Bornhausen antes e durante sua estada no Ministério da Educação. Numa visita a Lages, Borhausen se compromete-se, e remete verbas para a construção do prédio da Administração e de salas de aula.

Por outro lado, a reforma universitária, consubstanciada na lei 5.540/68 define uma nova concepção e estrutura para a Universidade. O ensino superior deverá ser ministrado preferencialmente em Universidades, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados. E, em decorrência dessa reforma, o Conselho Estadual de Educação, através da Resolução 01/74, com base em critérios econômicos, demográficos e sócio-culturais divide o Estado de Santa Catarina em 8 regiões para fins de operação de ensino superior, tendo como finalidade aglutinar em Universidades as Instituições Isoladas de Ensino Superior existentes. "(...) dentre as razões determinantes desta diretriz salientamos a sintonia completa da universidade com o processo de desenvolvimento social e econômico, o impedimento da proliferação antieconômica e indiscriminada, a necessidade de uma articulação entre as unidades de ensino superior do Estado (...)". (UNIPLAC, v.1, 1999, p.51).

A idéia de universidade, conforme o professor Koerich em sua entrevista, está presente no projeto da FACIP feito pela Secretaria Municipal de Educação, na gestão do prefeito Áureo Vidal Ramos. Nesse época, Lages passa por uma crise financeira, a universidade pode vir a ser um suporte para o desenvolvimento, a busca de alternativas, e, até o espaço para o estudo das causas e das soluções para a crise.

A idéia de universidade é evocada em vários momentos desde os anos 60 "mas não ultrapassa os limites do abstrato, fica restrita à sigla UNIPLAC". Em 1987, "é nítida a preocupação demonstrada pelo poder público municipal ao inserir na Proposta

Política para o Desenvolvimento da Região Serrana a implantação da Universidade". (UNIPLAC, v.1, 1999, p.53).

É nítida também, a busca pela parceria com a UNIPLAC, pois, através de ofício circular datado de 12/05/87 o senhor prefeito convoca a UNIPLAC para participar de uma reunião que tem por objetivo a criação de uma coordenação para a seqüência e acompanhamento dos passos relacionados com ações voltadas ao efetivo desenvolvimento da Região Serrana. (UNIPLAC, 1999, v. 1, anexo 75).

Após 1987, continua o então Presidente da UNIPLAC, Pedro Gasparin a implementar a construção do espaço físico e, no seu segundo mandato a fazer algumas incursões no tocante à transformação das Instituições de Ensino Superior (FACIP-FACEC) em Universidade.

Para GASPARIN (2001, entrevista):

Várias tentativas houve para transformar as IES da UNIPLAC em Universidade. Comprovada que, ela por ela, por si só, não conseguiria preencher os requisitos necessários à Universidade, buscou-se integrá-la a UFSC e/ou a UDESC, como extensão, *Campus* de uma dessas Universidades já reconhecidas. Isso não se consolidou. Tentou-se assumir o CAVE , para assim, completar o elenco de cursos necessários à autorização da Universidade. Frustradas todas as tentativas. Buscou-se então, após o saneamento básico das finanças e a realização da construção do espaço físico, investir no aperfeiçoamento dos docentes. Essas ações, destinavam-se a possibilitar a implantação da Universidade. Isso já era final da década de oitenta.

Algumas iniciativas no sentido de somar forças para decolar o processo de Universidade são realizadas, principalmente, as do poder público municipal e da comunidade interna da UNIPLAC. Por exemplo: o prefeito Paulo Duarte nomeia uma comissão para tratar dos estudos relativos à implantação da Universidade do Planalto Catarinense Serrano. Não se tem notícias dos encaminhamentos dessa comissão. (UNIPLAC, 1999, v.1).

Em 1987 o chefe do gabinete do Ministro da Educação Jorge Bornhausen - professor Osvaldo Della Gustina vem a Lages "para debater com a comunidade educacional a viabilidade de implantação da Universidade do Planalto"(Correio Lageano, 1987) . ( UNIPLAC, 1999, v.1, p.53).

O professor Ignácio Ricken assessora as reuniões sobre Universidade, esclarece sobre os processos de Carta Consulta, Projeto de Universidade, implantação e implementação de Universidade. Chega-se, afirma o professor Gasparin, a elaborar um esboço da Carta Consulta para a transformação das IES da UNIPLAC em Universidade:

Houve um esforço muito grande no sentido de transformar as IES da UNIPLAC em Universidade. Importantes ações são realizadas. Além da Assessoria do Dr. Ignácio Ricken, foi levada à Câmara de Vereadores uma proposta para o Ensino Superior em Lages, pelo então presidente da Fundação UNIPLAC. Em 21/03/89 a convite do Legislativo Lageano, o professor Pedro Gasparin participa de sessão-debate onde expôs as exigências fundamentais a serem preenchidas em nível de Carta Consulta e de Projeto Universitário. (UNIPLAC, 1999, v.1, p.46).

O debate estende-se através do legislativo lageano, atinge o poder executivo municipal e importantes segmentos da sociedade. O movimento é levado à frente com vistas à Universidade, várias reuniões são realizadas na UNIPLAC para debates e preparação da comunidade universitária: professores, funcionários e acadêmicos. Em novembro de 1989, o Presidente da UNIPLAC encaminha à Câmara dos Vereadores de Lages "Proposta para o Ensino Superior no Município de Lages" (UNIPLAC, 1999, v.1, Anexo 77), documento que busca a inserção de artigos na Lei Orgânica do Município em benefício do Ensino Superior-UNIPLAC, além de demonstrar a situação das Faculdades através de relatos sobre o número de alunos, docentes formandos, etc.

Vêm a Lages, a convite da UNIPLAC, professores com experiência em transformação de Universidade para aprofundar a discussão e o preparo para o processo de Universidade.

A par disso, a gestão do professor Gasparin investe no aperfeiçoamento do corpo docente através de Pós-Graduação *Lato Sensu* aqui em Lages e de encaminhamento de docentes para mestrado, doutorado e especialização fora de Lages.

Gasparin é reeleito para a Presidência da UNIPLAC em pleito direto. Continuam as ações e debates sobre o "vir a ser Universidade".

O Correio Lageano de 25/04/90 registra um dos momentos do debate com o título "UNIPLAC - Universidade: o real e o ideal", onde a administração da Fundação mostrava os quesitos básicos necessários, a situação atual da Instituição, e especialmente a questão da consciência de universidade, que não seria um gesto isolado, mas um projeto coletivo, regional, uma estratégia de desenvolvimento e não um lance por decreto. (UNIPLAC, 1999, v.1, p.47).

Retoma-se no final dos anos 90, com força total, o discurso do Ensino Superior como suporte para o desenvolvimento da região. Mobilizam-se comunidade, autoridades, acadêmicos e professores para a concretização do processo de transformação das IES - Instituições de Ensino Superior da UNIPLAC em Universidade.

Após alguns episódios internos na UNIPLAC, anulam-se as eleições realizadas em 10/11/93, por vício no edital e convoca-se outra eleição para Diretores das Faculdades (FACIP e FACEC). Em seguida, antecipa-se o término do mandato do professor Pedro Gasparin e convoca-se a eleição para a presidência e vice-presidência da Fundação UNIPLAC.

Nesse ínterim, instala-se a Estatuinte na UNIPLAC com o objetivo de elaborar os novos ordenamentos jurídicos da Fundação e da futura Universidade.

A Assembléia Estatuinte da UNIPLAC, composta por 56 membros, designados ou eleitos pelos segmentos representativos da comunidade interna e externa, tem como objetivo específico elaborar e propor ao Conselho Diretor da Fundação UNIPLAC os novos ordenamentos jurídicos básicos (Estatutos e Regimento Geral). Nitidamente o momento aponta para uma transição da condição de instituição isolada de ensino superior para a Universidade. (UNIPLAC, 1999, v.1, Ata nº 1, Anexo 73).

Ao analisar esse momento histórico da UNIPLAC, GEVAERD (1998, entrevista), primeiro Presidente da Mantenedora de cursos superiores (ACC), afirma:

A transformação das IES da UNIPLAC em Universidade vai ser bom para a comunidade, para o município e para a comunidade interna. Talvez tenha dificuldades a superar, no início, mas hoje a UNIPLAC já reúne as condições necessárias à uma Universidade. Nós temos é que gerar recursos. Lages é um pólo, atende a todos os municípios da região e inclusive Vacaria (RS). Está na hora da UNIPLAC dar o pulo dela, vamos ter alguns obstáculos, mas vamos chegar lá.

Sobre o mesmo momento pronuncia-se o professor Gasparin, em sua entrevista, afirmando que a intenção e o movimento apontam no sentido de fazer a transformação para universidade. E uma porção de pessoas da comunidade externa dizem: "A universidade, uma indústria que não polui". A universidade pode penetrar nas várias instâncias sociais e converter em realidade os objetivos almejados pela comunidade regional, atuando como suporte direto para o desenvolvimento da região. Professores, acadêmicos, poder público municipal, associações comerciais, industriais, pessoas atuantes junto aos Conselhos Diretor e Curador da época empolgam-se pela idéia de transformação da UNIPLAC em Universidade.

Para os professores Gasparin e Gevaerd é chegado o momento da tão esperada transição para a Universidade. "A UNIPLAC deveria ser transformada em Universidade. Pagava a pena consolidar a Universidade".

As eleições para Diretores, Vice-Diretores, Chefes de Departamento, Presidente e Vice-Presidente da UNIPLAC realizam-se em 10 de outubro de 1994. É eleita presidente da Fundação UNIPLAC a Professora Nara Maria Khum Göcks e como seu vice o Professor José Antonio Lacerda, os quais tomam posse em 20/12/94. (UNIPLAC, 1999, v.1).

A professora Nara assume a presidência da Fundação UNIPLAC com o propósito de aprofundar os estudos sobre o processo de transformação em Universidade. Em seguida é elaborada a Carta Consulta com a assessoria do professor Ignácio Ricken, contratado pela Prefeitura Municipal de Lages para essa função. A Carta Consulta é encaminhada ao Conselho Estadual de Educação em dezembro de 1995.

Prosseguem os estudos com vistas à elaboração do Projeto de Universidade. A Estatuinte, através de sua Comissão Central, acelera, a partir de 1995, a elaboração das propostas de Estatutos da Fundação e da Universidade bem como as propostas do Regimento Geral da Universidade UNIPLAC, concluindo-as em novembro de 1997.

Os Estatutos da Fundação e da Universidade UNIPLAC e o Regimento Geral da Universidade, após aprovação pelo então Conselho Diretor, já reestruturados e consolidados, são encaminhados ao poder público municipal de Lages, que os aprova através da Lei Complementar n. 92 de 01/04/98. Os mesmos entram em vigor em 22/04/98 após recomendação do Sr. Presidente do Conselho Estadual da Educação de Santa Catarina. De acordo com seus Estatutos é instituída a Fundação UNIPLAC como "uma entidade educacional regional, com área de abrangência compreendendo o Planalto Serrano Catarinense" (art. 1º), tendo por finalidade: I - manter a Universidade do Planalto Catarinense... (art. 4). (UNIPLAC, 1999, v.1).

O mesmo caráter regional e a mesma área de abrangência da Fundação UNIPLAC encontram-se repetidos no art. 1º do Estatuto da Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC. Nesse documento encontra-se entre suas finalidades explicitadas no art. 2º, item II: "a intervenção na região com propostas e respostas para o desenvolvimento regional sustentável nos aspectos econômicos, políticos, sociais, educacionais, culturais e ambientais". E, no artigo 3º, como um dos objetivos: "I. atender, com agilidade e eficiência, às demandas que lhe sejam feitas no ensino através da formação de recursos humanos necessários ao processo de desenvolvimento da sociedade; na pesquisa diretamente comprometida com os projetos e programas regionais em operação e, ainda, na intervenção programada da extensão junto às comunidades da região;". Portanto, estão explícitos nos documentos constitutivos da Fundação e da Universidade UNIPLAC sua destinação regional e o seu envolvimento com a região serrana na concretização de ações "propostas e respostas" para o desenvolvimento regional sustentável.

É incisivo o comprometimento formal da UNIPLAC com o desenvolvimento regional do Planalto Serrano Catarinense demonstrado nos documentos constitutivos

da Universidade. Desde as primeiras manifestações até o Processo de Reconhecimento da UNIPLAC encontra-se presente a preocupação da Universidade com o desenvolvimento Regional do Planalto Serrano. Além da concepção sobre o que é desenvolvimento regional, o Processo de Reconhecimento - Relatório 2, traz exemplos de ações, para colocar em prática através do ensino, pesquisa e extensão, o processo de desenvolvimento da região.

De acordo com o Processo de Reconhecimento a UNIPLAC enquanto Universidade:

Não deverá restringir-se à condição de mera irradiadora de conhecimento produzido, mas intentar novas formas de pesquisa e ação, capazes de atender a uma realidade concreta. O compromisso em relação ao conhecimento e à ciência é o de responder a problemas reais da produção, do trabalho, do emprego das populações; a problemas da relação do ser humano e de suas comunidades com o meio, com a natureza; a problemas de organização da sociedade, na afirmação da conquista da cidadania. Mais do que sua adequação a uma concepção acadêmica, procurará a eficiência como instrumento de mudança e de transformação da sociedade, na especificidade de sua identidade histórico-cultural. Com identidade e história próprias, será com certeza, a Universidade necessária ao processo de crescimento e desenvolvimento da região serrana catarinense. (UNIPLAC, 1999, v.2, p.11).

Contribuir para a resolução dos problemas sociais, intervir na Região do Planalto Serrano com "propostas e respostas", mediante atividades a serem desenvolvidas, em parceria, pela Universidade, são previsões de seus ordenamentos constitutivos. Percebe-se, nesses documentos, a preocupação com a ação da Universidade, além do aspecto conceitual. Tanto é que o conceito de desenvolvimento adotado pela Universidade já insere a preocupação com a resolução dos problemas sociais.

O conceito de desenvolvimento adotado pela Universidade do Planalto transcende os limites numéricos-quantitativos do simples crescimento econômico, por ser restrito. (...) Assim, desenvolvimento na concepção da Universidade do Planalto Serrano Catarinense, obrigatoriamente significa, não apenas o aumento dos bens materiais e imateriais produzidos, mas principalmente sua extensão à totalidade da população ou à sua maioria: contribuir para a resolução dos problemas sociais. (UNIPLAC, 1999, v.2, p.12-13).

A idéia de desenvolvimento preconizada pela Universidade e a forma de concretizá-lo são explicitadas pela própria Reitora da UNIPLAC, quando agradece, em

nome da UNIPLAC, a homenagem da Assembléia Legislativa de Santa Catarina pelos 40 anos de Ensino Superior na Região Serrana, em sessão solene, realizada em 15/06/99, na própria Assembléia Legislativa:

Hoje às vésperas de completarmos os 40 anos de Ensino Superior no Planalto Serrano de Santa Catarina e 30 anos de UNIPLAC, nos orgulhamos de ver finalmente aprovado o seu processo de transformação em Universidade. (...) se por um lado, a UNIPLAC conquista hoje, a sua autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, por outro lado, a partir de agora se impõem os nossos novos desafios: uma Universidade com o compromisso social de intervir no processo de desenvolvimento regional, entendido não apenas como simples crescimento econômico, mas como benefício social, econômico, político e cultural à disposição da maioria da população (...) (SARTORI, PEIXER, NUNES. In: UNIPLAC, v.2, n.2, 1999, p.126).

A idéia de desenvolvimento regional como uma necessidade a ser satisfeita pela criação da Universidade passa a ser a tônica dos discursos em prol da transformação das Unidades de Ensino Superior da UNIPLAC em Universidade.

A idéia da Universidade como promotora, como instrumento e suporte do desenvolvimento regional está explícita na Carta Consulta encaminhada ao Conselho Estadual de Educação em 11 de dezembro de 1995, também, no Projeto da Universidade do Planalto Catarinense, protocolado no Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, em 05/10/96, nos documentos constitutivos da Fundação e da Universidade, além de vir depois expressa nos Relatórios do Processo de Reconhecimento da Universidade - UNIPLAC.

O caráter regional, a abrangência, as atividades preconizadas e o caráter de instrumento dinamizador do desenvolvimento regional, repetido no Processo de Reconhecimento da Universidade já está explícito no Projeto da Universidade:

A Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC, deverá ser, portanto, uma Instituição de Ensino que pretenda contribuir para a formação da pessoa do cidadão, objetivando gerar processos que colaborem para o desenvolvimento da região. Nesta direção, o desenvolvimento regional passa a ser entendido como um processo participativo gerador de mudanças voltadas para avanços nas áreas política, social, econômica e cultural. Com esse entendimento a UNIPLAC se propõe a desempenhar o papel de instrumento dinamizador de ações que visem não só o desenvolvimento da pessoa, mas da região. (...) O ensino, a pesquisa e a extensão, portanto, devem adequar-se às necessidades do desenvolvimento econômico-social-cultural-educacional e político do Planalto Catarinense. (UNIPLAC, 1996, p.27-8).



Assim, os documentos, as observações das autoridades e as falas dos entrevistados enfatizam a idéia de que a Universidade seria instrumento facilitador, suporte para o desenvolvimento da região do Planalto Serrano Catarinense. Isso ocorre desde o movimento inicial de criação das Instituições de Ensino Superior em Lages até a transformação dessas Instituições em Universidade.

### **CAPÍTULO III**

#### **A IDÉIA DE DESENVOLVIMENTO E DE UNIVERDADE DE ALGUMAS AUTORIDADES E DE ALGUNS DIRIGENTES DE ASSOCIAÇÕES DE EMPRESÁRIOS DA REGIÃO SERRANA**

A UNIPLAC, enquanto instituição de Ensino Superior, sempre esteve ligada à idéia de desenvolvimento da região, até porque, a própria divisão geo-educacional promovida pelo MEC-CFE e, posteriormente, pelo CEE/SC estimula o desenvolvimento por região. Há que se considerar também de fundamental importância a criação das Associações de Municípios. Os municípios agrupam-se regionalmente em associações devido à identificação de cultura, tradição, recursos e potencial econômico. Na Região Serrana cria-se a AMURES. Também relacionada à divisão por regiões funda-se em 1974 a Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE). Todos esses fatores impulsionam para que a UNIPLAC seja vista como uma Instituição promotora do Desenvolvimento Regional.

Em seu Projeto de Universidade, e, posteriormente no Processo de Reconhecimento a UNIPLAC registra sua vocação regional e a preocupação com o desenvolvimento da Região Serrana.

Com o objetivo de detectar a idéia de desenvolvimento e de universidade que perpassa na comunidade, em relação a UNIPLAC no decorrer de sua transformação e implementação são entrevistados alguns dirigentes de Associação de Empresários da Região Serrana e autoridades representativas do município de Lages como: o Secretário do Desenvolvimento Econômico e Turismo, senhor Joaquim Goulart Junior; o presidente da Câmara de Vereadores, senhor Jacinto Bet; o presidente da Associação Comercial e industrial de Lages (ACIL), senhor Paulo César da Costa; o presidente da Associação das Micro e Pequenas Empresas de Lages (AMPE), senhor Clóvis Ferreira.

Para pontuar a posição da comunidade interna da UNIPLAC opta-se por entrevistar o professor Mestre Pedro Gasparim que ocupa a função de presidente da

Fundação UNIPLAC por duas gestões consecutivas e, é o antecessor da professora Nara Maria Kuhn Göcks, a presidente que comanda o processo de transformação da UNIPLAC em universidade.

O professor Doutor César Augusto Muniz também é entrevistado por ter sido Diretor Administrativo por algum tempo na primeira gestão da professora Nara e por ter participado dos primeiros passos ou ensaios em relação à pesquisa na UNIPLAC, através do CEPE.

Entrevista-se, ainda, o Pró-Reitor de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação, professor Mestre Samir Ribeiro de Jesus por ser um dos dirigentes durante e após o processo de transformação da UNIPLAC em Universidade.

Busca-se, também, através de questionários colher dos representantes do Poder Executivo da Região da AMURES o posicionamento da representatividade política. Através de duas questões os prefeitos colocam sua opinião sobre a UNIPLAC e sobre a atuação desta em seus municípios.

Assim, a UNIPLAC, ainda em processo de consolidação de sua Universidade, revela-se como uma Instituição preocupada com o desenvolvimento regional.

Volta-se para a ampliação e solidificação de sua estrutura interna, mas, procura através do Ensino, Pesquisa e Extensão atingir a comunidade externa, ou seja, a Região Serrana. Ainda são tímidas suas iniciativas, mas diversas parcerias já estão em andamento.

Continua, segundo os entrevistados, sendo a UNIPLAC um suporte para o desenvolvimento da Região, não sendo mais possível prescindir-se de sua parceria nas atividades de promoção do desenvolvimento regional.

É com essa perspectiva que a UNIPLAC procura, através da formação acadêmica de seus alunos, das poucas atividades de pesquisa e das ações de

extensão, conforme GOULART JÚNIOR (2001, entrevista), “mudar a mentalidade das pessoas com vistas à promoção do Desenvolvimento da Região do Planalto Serrano”, mudança essa muito necessário no contexto atual.

Ao resgatar a idéia que os fundadores do Ensino Superior em Lages tem sobre desenvolvimento e Universidade, BET (2001, entrevista) declara que na sua opinião os fundadores do Ensino Superior em Lages buscavam o aperfeiçoamento do cidadão, sem que para isso tivessem que se deslocar para outras localidades. Portanto, a idéia de desenvolvimento que possuíam os fundadores, na visão do vereador, era a de aperfeiçoamento, formação técnica do cidadão com economia e comodidade, pois, aqui ficando, não transferiam recursos para outras localidades e continuariam gerando riquezas na cidade de Lages.

Mesmo, argumentando não conhecer a idéia de desenvolvimento da época, COSTA (2001, entrevista), opina que as autoridades e os fundadores preconizam, através do ensino superior, desenvolver Lages.

Na visão de MUNIZ (2001, entrevista), os fundadores pretendem com a criação do ensino superior em Lages fomentar o desenvolvimento do Planalto Serrano. Esse era o ideal que os norteava. O Ensino Superior promoveria o desenvolvimento porque: uma população melhor qualificada tem condições de desenvolver um trabalho de melhor qualidade; incentivaria a geração de renda e emprego através dos cursos e poderia trazer para Lages estudantes de outras localidades.

Na opinião de GASPARIN (2001, entrevista), os fundadores do Ensino Superior em Lages tinham a idéia de que o Ensino Superior poderia vir a ser "a redenção para Lages". Os cidadãos poderiam aqui fazer seu curso superior e com isso garantir o desenvolvimento sócio-econômico da região. Imagina o professor Gasparin que eles pensassem em tornar Lages um pólo universitário, irradiador de cultura. Seria, portanto, o ensino superior, um instrumento para o crescimento da cidade e, talvez para a região. O que os norteava era o desenvolvimento, o crescimento, evitar a saída

de lageanos que ao se deslocarem para cursar sua Faculdade fora, geralmente não retornavam a Lages.

Assim, a partir das falas dos fundadores das Unidades de Ensino Superior em Lages infere-se que, além da preocupação com o aperfeiçoamento, qualificação profissional e ascensão social, está também implícita a idéia de desenvolvimento cultural e econômico. Na opinião dos entrevistados, não considerados fundadores, a idéia de desenvolvimento que os fundadores da UNIPLAC, têm na época está ligada à qualificação profissional do jovem lageano para o mercado de trabalho, ao *status* pessoal e da cidade, e ao fato de que ao atrair estudantes para em Lages realizarem seus cursos, ocorreria a geração de riquezas. Acredita-se ainda na possibilidade de um desenvolvimento fundado na indústria madeireira, tendo como suporte o Ensino Superior, ou seja, a qualificação profissional necessária à burocracia econômica e contábil.

Segundo FALETTO & CARDOSO (1970), do ponto de vista econômico parece que a política de desenvolvimento deverá concentrar-se na absorção da tecnologia capaz de diversificar a estrutura produtiva e aumentar a produtividade, bem como, numa política de inversões que através do Estado crie a infra estrutura necessária a essa diversificação. Outra alternativa seria incrementar a renda por habitante na produção primária.

Em Lages, vivencia-se na década de 50 e 60 o período do auge da indústria madeireira e, por conseqüência das exportações. Já no final da década de 60, começam a diminuir as serrarias em função do término da matéria prima, "o pinheiro". Então, busca-se junto ao governo incentivos para a diversificação produtiva.

Ao observar o contexto da época ( final dos anos 60 e décadas seguintes) pode-se situar Lages a partir de seu processo histórico e econômico, de certa forma, no segundo período histórico-econômico do Estado de Santa Catarina referido por MICHELS (1998, p.182-6). Para o autor, dois são os grandes períodos da economia catarinense:

1º - abrangendo desde o período colonial até meados dos anos 50 - caracterizado pela acumulação de capital sustentada pela ação dos agentes privados, considerados como a incipiente burguesia local.

2º - abrangendo desde 1955 aos nossos dias - configurado pela acumulação de capital, fundamentada, preponderantemente, a partir da ação do agente estatal, via mecanismo de crédito, incentivos, isenções. (...) O agente estatal passa, a partir de então a agir com incentivos, créditos, investimentos diretos, planejamento, formação profissional, infra-estrutura, etc., na constante ampliação do enriquecimento privado em Santa Catarina...

Ocorre, portanto, uma ruptura quanto à forma de acumulação de capital, a nova modalidade passa a ser subvencionada pelo governo. Em Lages são instaladas indústrias como Lactoplasa, Frigoplan, tentando diversificar a atividade produtiva, aproveitando os financiamentos e subvenções governamentais. Portanto, para superar a crise, a iniciativa privada recorre aos governos estadual e federal, que através de planos de metas, Bancos de Desenvolvimento e de Fomento às atividades produtivas da Região, injetam recursos nas atividades privadas.

Houve, também, através das escolas e demais órgãos governamentais, maior oportunidade de emprego como funcionário público.

Mesmo com ajuda, Lages mergulha numa crise econômica a partir dos anos 70 sem possibilidades de desenvolver-se por alguns anos.

A UNIPLAC acompanha a situação sócio-econômica da região e sofre crises de vários tipos, mas persiste na comunidade a idéia de que a Universidade é o instrumento necessário para alavancar o desenvolvimento na região e a busca de sua vocação econômica.

Até hoje, ano 2001, não se tem claro qual a vocação econômica da região afirma GASPARIN (2001, entrevista), "talvez Lages devesse fazer uma definição sobre qual pudesse ser sua economia principal, definir qual o caminho e onde quer chegar".

Parece que essa é também preocupação das autoridades da Região, pois, segundo GOULART JÚNIOR (2001, entrevista), Lages necessita, para desenvolver-se, de:

Conhecimento em todas as áreas, programas bem definidos dos setores produtivos (indústria, comércio, turismo, agricultura e serviços). Esta Secretaria está desenvolvendo um programa de desenvolvimento industrial, um programa de pequenos negócios, um programa de comércio e um de turismo, os outros serviços virão se os setores produtivos desenvolverem.

Considerando o contexto político, cultural e sócio-econômico vivenciado por Lages a partir da Universidade (1999), os entrevistados consideram importante a participação da UNIPLAC e argumentam sobre o trabalho que ela vem realizando já como Universidade. Assim se pronuncia COSTA (2001, entrevista) presidente da ACIL:

Podemos pensar que Lages sem universidade era uma e hoje com a Universidade é outra. O ensino universitário, não só pelo próprio desenvolvimento em si que ele dá, através de trazer alunos para cá, o movimento econômico (...). Esse clima de universidade está começando, falei há pouco sobre a incubadora de empresas que está começando, pesquisas que a Universidade está fazendo junto com outras entidades, assinando diversos convênios. (...). Agora mesmo estamos aí com a criação de nossa agência de Desenvolvimento Regional, uma parceria entre ACIL, Prefeitura, FIESC, UNIPLAC e AMURES. Então, a gente vê que a UNIPLAC tem se posicionado, tem estado junto nessas ações em prol do desenvolvimento (...). Eu vejo que cada vez mais está avançando, e digo mais, se a Universidade não tiver este foco de empreendedorismo em busca desse desenvolvimento, eu acho que ela vai perder o caminho. Porque a Universidade que busca só o ensino acadêmico, pesquisa pura, tem um espaço reduzidíssimo hoje. Cada vez mais vai ter que buscar, estar junto à realidade, estar junto ao mercado consumidor, aquilo que é necessário, aquilo que o mercado busca. Ela tem que oferecer o que a comunidade quer, o que a comunidade precisa, o que o mercado está precisando. Isso não só em termos da oferta de cursos, oferta de pesquisa, enfim, ela vai ter que se enquadrar dentro do mercado consumidor, como qualquer outra entidade nessa nova economia. Cada vez mais a gente vê que as diversas áreas da Universidade começam a se preocupar mais com o que a cidade e a região realmente precisam [para desenvolver-se]. E esse é o caminho, não tem outro caminho.

FERREIRA (2001, entrevista) presidente da AMPE, associação que congrega 356 empresas afirma:

Que a UNIPLAC tem todo o potencial para liderar as instituições que são parceiras no Programa de Desenvolvimento Tecnológico Regional da AMURES (PDTR), pois ela tem todas as áreas que se precisa para o desenvolvimento da Região, ela

deveria capitanear esse processo. Hoje a UNIPLAC abriu suas portas, chama os representantes da comunidade para participar de suas ações e se faz presente quando solicitada. Nós da AMPE temos solicitado a colaboração de professores da UNIPLAC, temos mais contato com os da área da economia e administração, sempre fomos atendidos. Eu acho que ali na UNIPLAC seria um bom começo para o filho do empresário receber o conhecimento, a informação que se busca para o desenvolvimento empresarial (...) hoje o principal problema da micro e pequena empresa é administrativo, gerencial, daí a nossa busca por formação e informação para nosso associado.(...) não se faz mais hoje como se fazia há dois anos, a mudança é rápida.(...) interligam-se através da informática todos as esferas de governo, basta o CGC ou CPF e todos os poderes têm as informações que precisam .(...) não se consegue mais fazer nada se estiver devendo ou sonogando, não precisa mais da visita do fiscal, ele autua de sua mesa de trabalho. E o micro e pequeno empresário não se acordou ainda para isso, (...) no cruzamento das informações, se estiver devendo ao federal não faz nada a nível municipal , se deve ao INSS ou ao FGTS não consegue alvará municipal (...) isso complicou a vida de quem está gerenciando (...) ou você está bem legalizado ou está fora. Minha preocupação é muito grande(...). Para se ter uma idéia, uma senhora montou uma empresa de confecção, na sua garagem, a máquina quebrou após dois meses de funcionamento, ela parou de trabalhar, fechou as portas, doze anos depois descobriu que devia para a Receita Federal mais R\$ 5.000,00, nunca tinha feito declaração, não deu baixa na empresa, devia muito devido às multas por não apresentar anualmente os documentos exigidos por ser empresário. Isso deve ser informado nos cursos de Direito, Contábeis, Economia e nos outros, assim os alunos filhos de empresários poderiam ajudar seus pais. Os alunos poderiam estagiar atuando nas reuniões da AMPE e com as empresas associadas (...) verificando quais os principais problemas que estão afetando esses empresários(...). A UNIPLAC poderia fazer um grande movimento para informar, iria salvar muita gente, seria muito benéfico em termos de desenvolvimento da região (...).

Quanto ao envolvimento da UNIPLAC nos programas de sua secretaria, afirma GOULART JÚNIOR (2001, entrevista): "hoje ela está participando, por exemplo, do Programa de Pequenos Negócios, do Novo SENAI , da Incubadora de Empresas de Base Tecnológica e outros".

A respeito da universidade hoje como promotora do desenvolvimento assim se pronuncia BET (2001, entrevista):

Na minha opinião, a universidade hoje, não só se pensa, ela é efetivamente promotora do desenvolvimento regional. No instante que a universidade atrai estudantes de outras regiões, ela já dá uma parcela para o desenvolvimento (...) atrai finanças para nossa região. Quando os estudantes vêm, trazem a sua sobrevivência, sua contribuição para a universidade, já é uma pequena contribuição no desenvolvimento da cidade. Ela promove o desenvolvimento porque, a gente percebe que na UNIPLAC são discutidos os grandes assuntos do desenvolvimento regional, por exemplo a preocupação de abrir novos cursos, de aperfeiçoar outros, isto acaba naturalmente, desenvolvendo nossa região.



GASPARIN (2001, entrevista) assim se pronuncia sobre o trabalho que a UNIPLAC está realizando e sobre o quanto esse trabalho tem contribuído para o desenvolvimento de Lages e da Região:

Eu costumo pensar com freqüência e faço comparativos já que por circunstâncias de ter sido presidente da UNIPLAC, tenho podido conhecer todas as universidades do sistema ACADEMIA, além de uma porção de outras universidades no Brasil. Percebo que o trabalho que se leva a efeito aqui hoje, em absoluto desmerece, está por um lado atingindo os objetivos estabelecidos nos diversos regulamentos da instituição e já se tem observado esses reflexos na comunidade. Caso contrário a UNIPLAC não estaria com o número de alunos que estão aqui cursando a graduação e pós-graduação. Não se teria um significativo grupo de professores envolvidos com pesquisas. Estamos com 39 grupos de pesquisa montadas, então, significa que a cidade e a região está tendo um ganho em termos qualitativos e disso deverão resultar, acho que a curto prazo, até, alguns elementos que serão altamente favoráveis para que a região e a cidade desenvolvam-se. Se não especificamente na área econômica ou física, ao menos na área cultural, na área da consciência, na área da educação (...). Penso que isto ocorre na medida em que a universidade pode oferecer para os seus alunos os cursos que aqui são oferecidos. Oferecer em forma de extensão para a comunidade cursos que venham atender demandas específicas ou colocar os cursos que existem aqui em outras localidades próximas, como é o caso de São Joaquim, Campo Belo e Urubici. Isso significa dizer que o desenvolvimento já está indo melhor, o ensino superior já está de forma mais específica nas comunidades onde antes não se podia imaginar ou não se imaginava que o ensino pudesse lá chegar. São os cursos que a UNIPLAC está oferecendo em nível de graduação, nessas localidades mais interioranas, portanto fora do município de Lages. Além, dos Cursos de Especialização de diversas naturezas oferecidos à própria comunidade que também promovem desenvolvimento. Cursos de pós-graduação estão em funcionamento, que não são apenas para professores ou funcionários do quadro desta Instituição mas abertos à comunidade. Além disso, me parece que a UNIPLAC trabalha bem no momento em que ela se filia ou estabelece convênios com outras universidades para que cursos possam se dar com a melhor qualidade possível, e com outras instituições para realizar pesquisas e atividades de extensão.

GOULART JÚNIOR (2001, entrevista), declara que:

Depois da transformação da UNIPLAC em Universidade, parece ter havido mais consistência e agilidade nas ações. Vemos com bons olhos tudo o que for pesquisa, desenvolvimento do ensino, melhoramento da Universidade. O poder público municipal está ao lado, apoiando (...) só através do ensino superior de boa qualidade se chega ao desenvolvimento social e econômico sustentável. Hoje a universidade é um dos suportes para o desenvolvimento regional. É decisiva a participação da universidade no desenvolvimento da região, mudando a mentalidade das pessoas com a agregação e disseminação de conhecimentos.

Quanto à participação da UNIPLAC no desenvolvimento, afirma BET (2001, entrevista):

Tem participado sim, primeiro na formação do cidadão ( graduação , pós – graduação), jogando esse profissional no mercado já é uma das ações que evidencia contribuição para o desenvolvimento. (...) outras participações como escritório modelo, ceder o espaço físico (...) poderia contribuir mais no campo esportivo, (...) seria interessante.

Sobre o que Lages mais necessita para promover seu desenvolvimento responde que primeiro é de uma representatividade política que nós perdemos(...) quando temos representatividade política, a gente consegue as coisas mais facilmente, seja incluir verbas nos orçamentos , seja para conquistarmos nossos objetivos.(...) Nós tivemos essa hegemonia política e financeira nos idos de 40 até próximo a 70, depois entramos em decadência de representatividade política e financeira porque terminamos o ciclo da madeira e não encontramos um caminho para a nossa economia(...) no momento que desenvolver a área de tecnologia, engenharia da madeira ou florestal, metal mecânico(...) nós vamos encontrar nosso caminho.(...) Nós temos perspectivas com metal mecânico, agricultura, pecuária com melhoramento genético, fruticultura ...

Sobre o desenvolvimento regional, COSTA (2001, entrevista) declara:

Acho que o problema do desenvolvimento regional, esse sim, é um processo mais novo. Existe ainda na cultura de nossa sociedade um pouco de municipalismo que não vê a importância do desenvolvimento regional. Mas, hoje fica claro, que temos aqui na região uma cultura, tradição e potencial econômico mais ou menos estabelecidos regionalmente. Não há por que não agregar toda a região em busca do desenvolvimento. Acho que Lages como pólo regional tem, além do desenvolvimento nosso propriamente dito, (...) que saber liderar toda essa região. Os projetos tem sido realizados para abranger toda a região haja vista o projeto de Universidade, o Projeto de Desenvolvimento Tecnológico Regional (PDTR).

Pronunciando-se sobre sua idéia de desenvolvimento e a relação deste com o Ensino Superior e a Universidade MUNIZ (2001, entrevista ) afirma:

Penso com certeza, que o Ensino Superior promove o desenvolvimento regional. Acredito piamente que o desenvolvimento regional passa pelo fortalecimento, pela melhoria, pela qualificação, pela excelência do ensino superior. Muitos egressos da UNIPLAC passaram a exercer importantes cargos na vida comunitária, política, empresarial e social da região. Acredito que o Ensino Superior é o fundante, e pedra fundamental de várias ações que têm de ser desenvolvidas para ensejar o desenvolvimento ou para a recuperação da importância de Lages no concerto econômico, político e social de Santa Catarina. Esse resgate do papel da Universidade é fundamental porque dá embasamento ao processo. Não vejo o desenvolvimento da região sem a participação da Universidade. Acredito que o desenvolvimento passa, sem dúvida, pela participação da Universidade. Ela precisa sair de dentro dos próprios muros e alcançar as ruas, alcançar a comunidade dando suporte com pesquisa, com extensão, sabendo o resultado do egresso, participando na comunidade. Enfim, é uma via de duas mãos. Por enquanto, ainda estamos trabalhando e lutando nas questões internas. Precisamos externalizar a Universidade. Acredito que esse é o próximo passo.

COSTA (2001, entrevista) ao ser perguntado sobre a idéia de desenvolvimento que está presente nos atores do processo de transformação da UNIPLAC em Universidade, afirma que é a de:

Universidade como propulsora, fomentadora de tecnologias, de educação, de pesquisa. Isso é o que está presente na cabeça de cada um que busca o desenvolvimento. Desenvolver hoje precisa de criatividade, tecnologia, pesquisa. A Universidade é uma entidade ímpar para se conseguir isso. (...) é um dos alicerces do desenvolvimento regional, a ligação entre a melhoria da educação da comunidade e a melhoria das tecnologias, hoje fundamentais, à competitividade que está por trás de todo o desenvolvimento. (...) hoje mais que antes, tudo está sendo feito a nível regional, em todo os setores (...).

Sobre a mesma questão, BET (2001, entrevista) declara:

Talvez eles pensassem que ao ser transformada a UNIPLAC em Universidade, as coisas se tornariam mais fáceis, com mais autonomia, com melhores condições para crescer. Me parece que as coisas são mais difíceis para uma Faculdade do que para uma Universidade.

Para GASPARIN (2001, entrevista) a idéia é de que a Universidade "acabaria gerando na grande comunidade uma consciência de que seria possível passar para uma sociedade melhor, com menos problemas, com definições de objetivos que atenderiam de modo geral a todos os segmentos dessa sociedade...".

Após afirmar que a UNIPLAC vai ser um dos fortes pilares do desenvolvimento da região, o vereador Bet, explica que a Instituição depois de transformada em Universidade cresceu em interação com a comunidade. A auto estima da cidade elevou-se pelo fato de ter aqui uma Universidade. Ações como as do Escritório Modelo do Curso de Direito e das futuras pré-clínicas do Curso de Odontologia atendem e virão atender à comunidade carente. O aperfeiçoamento dos docentes, doutores, mestres trabalhando na comunidade já eleva o *status*.

Sobre a expectativa da comunidade em relação a UNIPLAC, afirma FERREIRA (2001, entrevista):

Eu acho que hoje a população tem orgulho de dizer que aqui tem Universidade, de ir ao *campus*, ver aquelas construções. (...) vai ajudar no desenvolvimento, vai trazer dinheiro, pessoas, mais gente para alugar casa, alimentar-se... isso tudo ajuda, fora o lado cultural (...) eu acho que nós temos muita riqueza cultural, precisamos fazer com que a sociedade tenha orgulho da pracinha, do memorial, da estátua do Nereu Ramos. A partir do momento em que a UNIPLAC comece a trabalhar essa idéia, nós vamos ver que a população não sabe nada da história de sua cidade. Isso seria um retorno que a UNIPLAC daria à comunidade que está acreditando nela.

Walter Piazza<sup>2</sup>, membro do Conselho Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina, em entrevista à professora Jane S. Schürmann, afirma:

A UNIPLAC tem de fazer um desenvolvimento harmonioso, de apoio à sua região. Ela já alcançou por exemplo com os cursos que tem determinado nível. Mas, estes cursos têm de ser aperfeiçoados. Primeiro a questão do corpo docente, segundo a questão de laboratórios e temática de pesquisa para todos os cursos. Terceiro, fazer com que a comunidade use seu serviço de extensão, (...) se encaminhe para dentro da UNIPLAC, e use a UNIPLAC como um veículo de suas reivindicações, para fazer e desenvolver projetos (PIAZZA, apud SCHÜRMAN, 2001, p.34).

Sobre o papel da Universidade, o presidente da ACIL, COSTA (2001, entrevista) afirma :

A Universidade fomenta a busca de novas tecnologias e isso faz com que a região se desenvolva e no momento em que a região desenvolve, começa o atendimento às necessidades da comunidade. Entretanto, para promover esse desenvolvimento uma coisa importantíssima é a União dos setores acadêmico, político e empresarial. Acho que esta união está havendo. Estamos caminhando para isso, para troca de informações e aproveitamento justamente de nossas potencialidades. Através do nosso Plano de Desenvolvimento Tecnológico Regional (PDTR) essas potencialidades foram mostradas. Eu acho que agora isso deve direcionar as ações tanto dos poderes públicos, quanto das universidades, como da AMURES. E esses potenciais, na nossa região são muito claros, nós temos um potencial muito grande na área florestal, como um potencial grande na área metal-mecânico, somos o 3º pólo catarinense de metal mecânico. Nós temos um potencial muito grande na área da agro-indústria. Hoje temos iniciativas muito bem sucedidas na área. A cooperativa crescendo muito, das mais bem organizadas no Estado. Temos uma indústria da bacia leiteira, transformação de leite, produtos lácteos pujantes em nossa região, crescendo bastante (...). A nossa produção de grãos também, aumentando ano a ano e a produção de carne, recentemente, com a agregação de novas tecnologias como a melhoria do campo nativo também, vem subindo bastante. E, agregado a tudo isso, nossa área de turismo, principalmente a área de turismo rural e turismo de eventos (...). Eu acho que é dentro desses potenciais que devem

---

<sup>2</sup> O conselheiro professor Dr. Walter Piazza foi o Relator do Processo de Criação, pela via da autorização, da Universidade do Planalto Catarinense e presidente da Comissão Especial de Acompanhamento, designado pelo Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina para acompanhar o processo de transformação da Instituição em Universidade.

trabalhar tanto o poder público quanto as universidades para a gente promover cada vez mais a melhoria do nosso desempenho.

O Programa de Desenvolvimento Tecnológico Regional levanta os potenciais e aponta caminhos para se conseguir desenvolvê-los. É elaborado a partir da colaboração e parceria de várias instituições da Região, após discutidos todos os pontos fortes e os pontos fracos da Região Serrana.

O Pró-Reitor de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC, JESUS (2001, entrevista):

Que o desenvolvimento na Região da AMURES, necessariamente, indiscutivelmente passa pela Universidade. É questão *sine qua non*. Hoje a UNIPLAC, com suas limitações, está mais voltada para o Desenvolvimento Regional, considerando-se sua fase como não Universidade. Diria que hoje dentro da Universidade, internamente, existe a preocupação com o Desenvolvimento Regional. O que falta ainda é criar uma cultura de desenvolvimento regional integrado com a Universidade e a Universidade integrada com o Desenvolvimento Regional, porque, tanto a classe que está fora da Universidade, como empresários e outras não tem a visão da importância da Universidade para o Desenvolvimento Regional, como temos pessoas aqui dentro da Universidade, que trabalham a Universidade sob o ponto de vista meramente acadêmico e, até (...) como um lugar, um espaço de trabalho visando *status* social ou prestígio profissional lá fora. Acho que são questões que têm de ser trabalhadas. É uma questão cultural, que vai levar tempo ainda até a Universidade convencer a população de que ela é chave no Desenvolvimento Regional. Não existe ainda esse convencimento. Esse convencimento passa não só por uma conscientização interna dos dirigentes da Universidade, como também, por uma conscientização das próprias lideranças da Região, que muitas vezes vêem a UNIPLAC ainda como uma Instituição essencialmente pública, que deve prestar serviços de graça; ou então vêem a Universidade como uma Instituição que está aí para tirar dinheiro de outros segmentos. Então, não existe aquela idéia da Universidade como instrumento para o desenvolvimento. Existe sim, ainda muito abstrata somente, só a idéia. É um trabalho que a própria Universidade vai ter que fazer. É um cultural que tem que se trabalhar não só a nível da consciência, mas da materialidade da consciência nas relações sociais. Não adianta ficar no discurso só, tem que mostrar realizações. Daí a importância da pesquisa e do trabalho da extensão na materialização da idéia.

Quanto à participação da UNIPLAC na Agência de Desenvolvimento Regional, afirma JESUS (2001, entrevista):

Que a Universidade é uma parceira, que não está participando do ponto de vista pensante. Ela está atendendo a solicitações. Está muito mais atendendo a solicitações do que intervindo no projeto. A UNIPLAC integra o projeto, o projeto já está pronto; por exemplo, ela atende a solicitações de oferta de acadêmicos para realizações de trabalhos, de levantamentos. Quando da solicitação de acadêmicos, a UNIPLAC solicitou que o trabalho desses acadêmicos fosse coordenado pela Universidade, e que os dados por eles levantados ficassem também aqui, para ser

trabalhados pela UNIPLAC. A Universidade participa também do projeto da Incubadora de empresas na área da madeira e metal-mecânico, uma parceria com a ACIL e o com o Fórum de Desenvolvimento Regional.

Buscando colher a opinião dos gestores do desenvolvimento na Região Serrana são distribuídas folhas contendo duas perguntas para serem respondidas pelos senhores Prefeitos, dos dezoito municípios da Região, durante a reunião da AMURES de 05 de julho de 2001. Os prefeitos receberam as questões ao entrarem na reunião e deveriam devolvê-las, respondidas, no final da reunião à Assessora Jurídica da AMURES, advogada Cláudia Bratti. Somente três deles deixaram suas respostas, naquele dia, outras três remetem-nas, posteriormente.

Dentre os dezoito prefeitos respondem e devolvem o questionário os seguintes: Osni Flávio de Oliveira, prefeito de Bocaína do Sul; José Davi Pereira, prefeito de Campo Belo do Sul; Ary Martins, prefeito de Cerro Negro; Newton Stélio Fontanella, prefeito de São Joaquim; Luiz Clóvis Rodrigues Corrêa, prefeito de Urubici e Carlos Oselame, prefeito de Rio Rufino.

Respondendo à pergunta: Qual está sendo o papel da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC - em relação ao desenvolvimento de seu município? os senhores prefeitos fazem os seguintes depoimentos:

Principalmente em relação à capacitação de profissionais em diversas áreas, mais especificamente na área de Educação, os quais em futuro bem próximo estarão pondo em prática seus conhecimentos, ajudando o município a desenvolver-se. Entretanto, a UNIPLAC pouco vem incentivando os futuros acadêmicos a ingressarem em seus cursos, pois não investe em campanhas de divulgação do seu nome neste município. (OLIVEIRA, 2001, depoimento)

Está sendo de grande valia a UNIPLAC para o desenvolvimento da educação, cultura e outros segmentos. Pois, depois que a UNIPLAC interiorizou suas atividades em nosso município veio ao encontro, através de parcerias com a administração municipal, do desenvolvimento do nosso município. (PEREIRA, 2001 depoimento)

MARTINS (2001, depoimento): "importante, aumenta sensivelmente os aspectos culturais".

A UNIPLAC ao qualificar melhor um jovem e devolvê-lo à sociedade, faz com que ele produza com qualidade e influencie aqueles que estão à sua volta para estudarem e

para um comportamento profissional e social moderno. Com isso todos ganham, inclusive o município. (FONTANELLA, 2001, depoimento).

A UNIPLAC vem contribuindo muito para o desenvolvimento de nosso município, desde o início dos anos 90, quando da criação do Grupo Gestor Regional, que desencadeou uma série de cursos de capacitação para professores da Região da AMURES. Com a oferta de vários cursos de graduação pela instituição, nossos jovens e adultos se deslocam diariamente para Lages em busca de novos conhecimentos, e sem dúvida alguma, esses conhecimentos vem trazer melhora no desempenho profissional dessas pessoas, conseqüentemente, uma melhora no desempenho sócio-cultural do município. (CORRÊA, 2001, depoimento).

O de capacitador e formador de técnicos para o mercado de trabalho. Proporciona para alguns munícipes acesso a Cursos universitários, os quais através de sua formação poderão melhorar as condições de vida, e proporcionar melhor qualidade dos serviços prestados a população de Rio Rufino e com isso um melhor desenvolvimento do Município. (OSELAME, 2001, depoimento).

Respondendo à questão: Que ações concretas revelam a atuação da UNIPLAC em seu município?, declaram:

Ações como as do projeto Universidade Solidária, quando os acadêmicos ficaram à disposição das pessoas carentes por alguns dias, o que foi válido, mas, por outro lado, o que foi iniciado não teve continuidade e o que foi feito encontra-se apenas na lembrança de algumas pessoas que puderam fazer parte do projeto. (OLIVEIRA, 2001, depoimento).

PEREIRA (2001, depoimento), assim se expressa respondendo à questão: "Cursos de Aperfeiçoamento, Realização e Devolução de Estágio, Palestras, Implantação da Extensão do Curso de Pedagogia, Interiorização das Ações voltadas à Educação e a Cultura".

MARTINS (2001, depoimento): "formação de professores dos níveis de 2º e 3º graus, além de outros profissionais".

FONTANELLA (2001, depoimento) afirma: "pela qualificação de professores e de outros profissionais, por exemplo, advogados. Com melhoria da educação e com renovação de profissionais liberais no mercado de trabalho".

CORRÊA (2001, depoimento) relaciona as seguintes ações:

Extensão do Curso de Pedagogia em Urubici; oportunidade para nossos jovens e adultos cursarem os mais variados cursos oferecidos pela Instituição; oferta de curso de capacitação e Assessoria para Gestores Educacionais; Projeto Político Pedagógico em parceria com os municípios da AMURES; dinamização do Fórum Permanente de Educação da Região Serrana; dinamização em parceria com a secretaria da educação de Lages, do Fórum Regional de Educação Infantil; participação d rede municipal na I Jornada Pedagógica 2001; parceria no processo de capacitação dos professores da Região, dos Parâmetros em ação –MEC; elaboração do Plano Anual de Trabalho- convênios/MEC.

OSELAME (2001, depoimento): "Assessoria para Professores da Rede Municipal na Elaboração do P.P.P.- Projeto Político Pedagógico ; Assessoria na elaboração e implementação de Planos e Projetos relacionados à Educação".

Dentre os seis que respondem às questões temos Prefeitos de Municípios que estão localizados na Região da AMURES, mas com realidades bem diversificadas. Bocaina do Sul situa-se às margens da BR-282 próxima a Lages, Palmeira e Otacílio Costa. Campo Belo do Sul, em direção ao Sul, distante da BR-116 mais ou menos 20 Km, possui uma extensão do Curso de Pedagogia da UNIPLAC. Cerro Negro, logo após Campo Belo do Sul, às margens da estrada que vai em direção à Anita Garibaldi, município que usufrui da extensão da UNIPLAC em Campo Belo do Sul. São Joaquim, a maior cidade da região depois de Lages, possui um *campus* da UNIPLAC, com os cursos de Pedagogia e de Administração de Empresa, dista de Lages, 80 km. Urubici também possui uma extensão do curso de Pedagogia, fica próximo à BR-282 em direção a Florianópolis, hoje liga-se a São Joaquim por rodovia asfaltada e Rio Rufino próximo a Urubici, sem ligação asfáltica até chegar à Br-282.

Apesar da amostra não ser quantitativamente significativa, pois, temos dezoito prefeituras na Região e apenas seis prefeitos respondem ao questionário; obtem-se com essas respostas uma visão do que pensam os prefeitos sobre a UNIPLAC e que ações foram e são importantes para eles, ou seja, obtem-se uma amostra qualitativa.

Percebe-se que os prefeitos consideram importante o papel da UNIPLAC, principalmente no tocante à capacitação profissional e ao desenvolvimento cultural de



seus municípios. Quanto às ações concretas realizadas pela Universidade enfatizam a formação dos profissionais, os projetos esporádicos, a assessoria a professores e a projetos, e a implantação de planos na área da educação.

Assim, conclui-se que a UNIPLAC tem muito a fazer para tornar-se presente concretamente nos municípios da Região da AMURES.

Outro fator para reflexão refere-se ao reduzido número de devolução das questões respondidas, apesar da insistência em obtê-las.

A partir das falas dos entrevistados, pessoas da comunidade que representam alguns segmentos importantes da Região Serrana, infere-se que a idéia de Universidade como suporte do desenvolvimento da Região passa por todos os segmentos sociais, inclusive pelos poderes públicos.

Mesmo considerando o desenvolvimento sob uma perspectiva prioritariamente econômica todos os entrevistados mencionam suas preocupações com o desenvolvimento cultural, com a mudança de mentalidade do cidadão, com aspectos relativos à pesquisa e ao conhecimento, aspectos esses a serem considerados como prioridade pela Universidade.

Está também presente em suas falas a preocupação com a geração de emprego e renda na região e com a intervenção da Universidade através de pesquisa, extensão e capacitação profissional, adequadas às necessidades regionais. Infere-se, também, a necessidade de a Universidade materializar com ações o conceito de Universidade e de desenvolvimento adotados em seus documentos constitutivos. E, ainda, que essas ações não sejam fragmentadas e esporádicas.

No entanto, os entrevistados nomeiam diversas ações já realizadas pela UNIPLAC e em realização através de parcerias, prioritariamente na área da educação, todas, segundo eles, com vistas ao desenvolvimento regional e à materialização da idéia de Universidade na região.

As respostas evidenciam que as ações da Universidade centralizam-se na cidade de Lages e naqueles municípios onde existe extensão de seus cursos. Nos demais municípios as ações, quando realizadas, não o são em caráter permanente. São muito importantes as sugestões contidas nas falas dos entrevistados tanto quanto o levantamento das condições regionais, das suas necessidades para desenvolver-se, como também das sugestões para a caminhada da Universidade.

Ao enfatizar a necessidade de deslanchar com extensão e pesquisa, através da união e parcerias com outras entidades e instituições e com o próprio poder público, reconhecem a UNIPLAC como uma instituição relevante e significativa para o desenvolvimento regional do Planalto Serrano.

Do discurso dos entrevistados pode-se inferir algumas idéias de desenvolvimento associadas à idéia de universidade, as quais funcionam como categorias de análise, utilizadas para verificar em que medida a Universidade com sua ação vem correspondendo à concretização dessas idéias.

## **CAPÍTULO IV**

### **A IDÉIA DE DESENVOLVIMENTO E A PRÁTICA DAS UNIDADES DE ENSINO SUPERIOR (FACEC E FACIP) E DA UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE (UNIPLAC)**

Como categorias de análise levantadas a partir do discurso de desenvolvimento são utilizadas as seguintes : desenvolvimento como formação de mão de obra especializada, desenvolvimento como ascensão ou mobilidade social e desenvolvimento como promoção cultural.

As unidades de ensino superior instaladas em Lages a partir da década de 60, preconizam, segundo seus fundadores, reter os jovens em sua terra natal, qualificá-los para um melhor desempenho profissional , possibilitar-lhes prosseguir seus estudos enquanto continuam exercendo suas profissões, promovendo assim, o desenvolvimento das empresas em que trabalham.

Entendem ainda que a qualificação profissional e a mão de obra especializada facilita a manutenção da atividade produtiva e pode estimular sua melhoria.

Assim, as Faculdades de Contábeis e Economia propiciam, além do "status", melhoria da competência profissional. Funcionando à noite, atingem a clientela que para estudar e viver, necessita trabalhar durante o dia.

A ampliação do nível de ensino, com faculdades em Lages possibilita também a melhoria do nível cultural da população, impedindo a evasão de recursos e a saída dos jovens acadêmicos para outras localidades, dos quais poucos retornam após concluídos seus estudos.

Perpassa pelas falas dos entrevistados, fundadores do Ensino Superior em Lages, e, pelos documentos que registram a preocupação das autoridades, a idéia de

aqui instalar uma Universidade. A Universidade viria a ser o suporte para o desenvolvimento, a princípio da cidade, e, posteriormente da região serrana.

Portanto, existe a idéia de Universidade, assim como existem algumas idéias de desenvolvimento que se articulam na caracterização de uma Lages mais próspera e melhor. Corroboram os depoimentos com o que afirma TRAMONTIN (1987) apud UNIPLAC (1999, v.1, p.55):

Existe uma idéia de Universidade, mas existem modelos de universidades como concretização histórica de uma comunidade, de integração do saber, inserida numa sociedade sujeita a tensões e conflitos dos quais deriva e os quais gera. A idéia de Universidade é um abstrato e o modelo a sua concretização no meio real.

Esse modelo de universidade como concretização de uma idéia vem sendo trabalhado pela UNIPLAC desde 1969, materializando-se formalmente apenas em 1999. A partir de 1959 surge entre os fundadores da ACC e entre as autoridades da época, ao instalarem em Lages as primeiras unidades de ensino superior, uma idéia de desenvolvimento fundamentada nas contingências reais do contexto, ou seja, continuar desenvolvendo Lages, ou, ainda, integrá-la no desenvolvimento de Santa Catarina.

Além da idéia de desenvolvimento da cidade expressa nas entrevistas e documentos da época, aparece também, a preocupação com a qualidade profissional, com a ascensão social e com o *status* dos estudantes e da própria cidade.

Já na década de 70, a preocupação passa a ser a transformação da UNIPLAC em Universidade, considerada como uma estratégia a ser utilizada para alavancar o desenvolvimento regional, ou seja, o desenvolvimento da Região Serrana como um todo.

Essa idéia de Universidade como instrumento de alavancagem para o desenvolvimento regional é retomada nos discursos do movimento pró-transformação das Unidades de Ensino Superior da UNIPLAC em Universidade. Ela está explícita no próprio Projeto da Universidade do Planalto Catarinense em seu objetivo geral: "... visando a intervenção na Região com propostas e respostas para o desenvolvimento

regional sustentável nos aspectos..." e na sua concepção de Universidade: "(...) gerar processos que colaborem para o desenvolvimento da região. Nesta discussão, o desenvolvimento regional passa a ser entendido como um processo participativo gerador de mudanças voltadas para avanços nas áreas política, social, econômica e cultural". (UNIPLAC, 1996, p.27,37).

Considerando o desenvolvimento regional sustentável uma das prioridades, e que "o que orienta a Universidade do Planalto Catarinense é uma visão de mundo multidimensional, uma aceção de conhecimento interdisciplinar em termos de Ensino, Pesquisa e Extensão e de desenvolvimento sustentável" (UNIPLAC, 1999, v.2, p.12), infere-se que a participação da UNIPLAC no desenvolvimento da Região Serrana se dá através do tripé ensino, pesquisa e extensão, tripé que sustenta e materializa a idéia de Universidade no contexto real.

O Ensino, Pesquisa e Extensão estão intimamente articulados e são interdependentes, pois um não será de qualidade se não envolver os dois outros e assim sucessivamente. O ensino será de qualidade se tiver pesquisa que o fundamente teoricamente, se estiver contextualizado e possa ser aplicado a situações concretas e reais, ou seja, exteriorizado na comunidade através de seus produtos e efeitos. Portanto, para melhor qualidade do ensino é indispensável o incentivo à pesquisa e à extensão.

Analisando as expectativas no tocante à UNIPLAC durante os anos de sua atuação através das Faculdades FACIP e FACEC, e posteriormente, como Universidade, infere-se como tendência histórica que o Ensino Superior em Lages deve ser suporte e instrumento para o desenvolvimento Regional do Planalto Serrano.

Assim como, pelo discurso dos entrevistados, o que justifica socialmente a idéia ou existência da universidade é o subsidiar, dar suporte ao desenvolvimento regional.

Entretanto, a idéia de universidade preconizada pela UNIPLAC em seus estatutos e normatizações não se restringe à promoção do desenvolvimento regional, até porque, essa não é a única justificativa social para a existência de uma universidade. Mesmo assim, as ações da UNIPLAC relativas ao ensino, pesquisa e extensão objetivam satisfazer às necessidades regionais de desenvolvimento do planalto serrano.

#### **4.1 O ENSINO**

De acordo com os relatórios e processo de transformação da UNIPLAC em Universidade:

O ensino será concebido como o exercício sistemático do desenvolvimento da capacidade de raciocínio em suas diversas modalidades, visando à formação humana e técnico-científica numa perspectiva coletiva, objetivando a participação ativa e responsável em sociedade e o cultivo permanente do desenvolvimento do espírito crítico para o estudo autônomo. (UNIPLAC, 1999, v.2, p.12).

Para a realização do ensino toda a entidade educacional utiliza-se prioritariamente de docentes, discentes e espaço físico. Pelas colocações feitas nos capítulos anteriores verifica-se o incremento dado às condições do espaço físico, realizado no *Campus* da UNIPLAC. Partindo de salas cedidas pelos colégios da rede pública Estadual, a UNIPLAC vem edificando suas instalações no terreno, doado pela Prefeitura do Município de Lages, onde hoje se localiza o *Campus* Universitário. Em 1975 provisoriamente começam os alunos a ter suas aulas nos blocos ainda em construção, só concluídos em 1977. Assim é iniciada a base física da universidade. Quanto aos demais recursos, como laboratórios, biblioteca, audio-visuais, são iniciadas as aquisições, e no final dos anos 90, implementadas de maneira significativa.

Desde a fundação das Faculdades (FACEC e FACIP) é prioridade da Fundação UNIPLAC a realização do ensino.

Mesmo quando, impossibilitada por questões legais, de fornecer o diploma aos seus acadêmicos, a FACEC ministra aulas, fazendo o ensino e com isto, afirma MALINVERNI (2001, entrevista), transmitindo conhecimentos a muitos profissionais que atuavam em seus escritórios e nas empresas da época, o que repercute em melhores serviços prestados à sociedade.

O ensino superior é desde então utilizado como um instrumento para promover o desenvolvimento de Lages, a princípio, e, posteriormente, da Região do Planalto Serrano. Em 1969, formam-se as primeiras turmas, uma turma de Bacharéis em Ciências Econômicas e outra de Bacharéis em Ciências Contábeis. Conforme FACEC, 1969, Anuário II, nesse ano, 172 alunos estão matriculados na Faculdade de Ciências Econômica e Contábeis (FACEC). Está a Faculdade, através do ensino, concretizando a idéia de desenvolvimento, promovendo a capacitação profissional em contabilidade e economia para a melhoria do desempenho dos profissionais e da formação de mão de obra especializada para o mercado de trabalho.

A partir de 1970, com a criação da Faculdade de Ciências e Pedagogia de Lages (FACIP), amplia-se consideravelmente o número de acadêmicos. A faculdade inicia suas atividades com os cursos de licenciatura em Pedagogia, Ciências Sociais, Letras e Matemática objetivando atender à demanda por habilitação dos profissionais - professores que atuam nas diversas redes de ensino da região. A estes cursos autorizados, reconhecidos em 1977, soma-se o curso de Ciências de 1º Grau, autorizado em 1976 e reconhecido em 1977.

A demanda reprimida é atendida, habilitam-se professores que já atuam no mercado de trabalho, propiciando-lhes melhores salários, ascensão profissional e social.

A Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis (FACEC) agrega o curso de Administração de Empresas autorizado em 1974, e posteriormente o curso de Direito, reconhecido em 1990, Cursos esses que atendem à demanda por *status* e aprimoramento cultural, além do aspecto profissional.

#### 4.1.1 O Discente

Em novembro de 1989, o então presidente da Fundação, professor Pedro Gasparin relata à Câmara de Vereadores a situação da UNIPLAC e as perspectivas para a mesma. Na ocasião apresenta o número de discentes matriculados na FACEC e FACIP, nos três últimos anos<sup>3</sup> (Anexo 1). Apresenta também o número de graduados pela UNIPLAC até 1989, os quais totalizam 4.366, sendo 2.994 licenciados e 1.352 bacharéis. É interessante observar que a FACIP com 19 anos de atividade titula mais que o dobro da FACEC com 30 anos de existência. Isso denota que as licenciaturas estão habilitando professores que procuram, através do título, a ascensão profissional. (UNIPLAC, 1999, v.1, anexo, 77).

Após a transformação da UNIPLAC em Universidade, entre 1999 e 2001/1º semestre, ocorre um incremento na matrícula de 47%<sup>4</sup>, sendo significativo o aumento nos cursos de Administração, Direito e Informática. (Anexo, 2, 3)

O acadêmico da UNIPLAC provém de diversas regiões<sup>5</sup> pois, a área de influência da Universidade extrapola os limites da região da AMURES e até do próprio Estado de Santa Catarina. (Anexo, 4).

Considerando a matrícula dos alunos nos cursos oferecidos pela UNIPLAC como indicador de desenvolvimento, percebe-se que após sua transformação em Universidade o número de matrículas aumenta significativamente, recebendo acadêmicos de vários municípios e estados.

Com o objetivo de esboçar um perfil do corpo discente da UNIPLAC, o Serviço de Assistência ao Educando (SAE) levanta informações a partir de um questionário respondido pelos acadêmicos por ocasião da matrícula de 1998/2º semestre. Dos alunos matriculados 79,02% respondem ao questionário, destes 65,10% são mulheres; 62,50% solteiros e 57,38 estão entre 18 e 25 anos.

<sup>3</sup> Em 1988 houve um aumento de 2% na matrícula e em 1989 de 4%.

<sup>4</sup> Em 1999 a matrícula era de 2.339 e 2001 passa para 3.435.



Dos alunos pesquisados 77,98% trabalham e pagam seus estudos com o auxílio dos pais, 52% possuem uma renda familiar até R\$ 700,00 e 60% cursaram o ensino médio em escolas públicas.

Quanto à pergunta sobre o que o curso deve proporcionar-lhe, 75,52% consideram como primordiais a formação técnico- profissional, o aporte de conhecimentos gerais, a melhoria do nível cultural e a obtenção de um diploma de curso superior.

“Quanto aos motivos da escolha de um Curso da UNIPLAC, respondem que, prioritariamente, por não poderem se deslocar para outra cidade, por razões financeiras e por ser a única instituição, na cidade, a oferecer o curso pretendido”. (UNIPLAC, 1999, v.5, p.29-32).

Repetem-se, quarenta anos depois, os mesmos motivos que levaram os fundadores da ACC a lutarem pela criação do ensino superior em Lages. Os alunos da UNIPLAC continuam estudantes-trabalhadores, com baixos níveis de renda familiar, lutando pela formação profissional, ascensão profissional, mobilidade social e realização pessoal.

A UNIPLAC ainda não dispõe de um serviço de acompanhamento do egresso, nem de levantamentos para analisar se estão ou não conseguindo os egressos dos cursos a ascensão profissional, a colocação no mercado de trabalho e a mobilidade social pretendidas.

Com a transformação da UNIPLAC em universidade houve implantação de novos cursos, da semestralidade dos cursos já existentes, portanto, novas oportunidades de graduação e, como conseqüência, maior número de alunos atendidos.

---

<sup>5</sup> Além da região da AMURES e 7ª CRE, recebe acadêmicos de Vacaria (RS) e de outros municípios e Estados

#### 4.1.2 O Docente

Outro indicador a ser analisado é o corpo docente, não tanto pelo aumento quantitativo, mas, principalmente pela melhora qualitativa, expressa em titulação, aperfeiçoamento e produção científica.

Na qualificação do corpo docente reside o maior problema para a autorização e reconhecimento dos cursos superiores implantados em Lages a partir do ano de 1959.

Assim como os alunos, os primeiros professores dos Cursos de Economia e Contábeis são profissionais que trabalham durante o dia, e à noite lecionam na Faculdade. Difícil se torna o deslocamento desses para fazerem cursos de aperfeiçoamento ou Pós-Graduação fora de Lages.

Já em 1970, é registrado na Ata da Congregação da FACEC nº 64, pela primeira vez, uma política de ajuda de custo para professores que se encaminhassem para cursos de aperfeiçoamento, mediante o compromisso de no seu retorno prestar serviços à Faculdade pelo tempo correspondente à duração do curso. No caso da impossibilidade de prestar serviços, é previsto a devolução do montante do benefício recebido (UNIPLAC, 1999, Relatório 1, p.32).

Para MASETTO apud UNIPLAC, (1999, v.4, p.8), havia uma crença:

De que "quem sabe, automaticamente, sabe ensinar". Mesmo porque ensinar significa ministrar grandes aulas expositivas sobre um determinado assunto dominado pelo professor, o que um profissional certamente saberia fazer. (...) Até a década de 70, (...) praticamente se exigia muito pouco do candidato a professor de ensino superior, ou seja, apenas o bacharelado e o exercício competente de sua profissão.

Assim, de acordo com UNIPLAC (1999, v.4, p.10), a instituição inicia seus cursos com profissionais sem tradição de pesquisa e com seus professores sem titulação de especialistas, mestres ou doutores. São profissionais de outras áreas que ministram aulas "por boa vontade", por "complementação salarial", ou para "fazer alguma coisa no tempo que resta do exercício de outra profissão".

Referindo-se às dificuldades para aperfeiçoar o corpo docente GASPARIN (1998, entrevista), afirma que quando esteve na Presidência da UNIPLAC muitas foram as iniciativas para qualificar docentes:

Ainda na primeira gestão, continuamos a investir no espaço físico (...). Existiam outras prioridades a serem atendidas, como a qualificação dos docentes estava presente, mas a instituição estava lisa em termos de dinheiro, o que dificultou atender esta demanda. Mesmo assim, ainda realizamos o primeiro curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, para os professores do curso de Direito, em 1986. (...) em convênio com a Universidade Federal de Santa Catarina. (...) Tentamos plantar a primeira semente de universidade. Agora resta buscar outros cursos e qualificação dos docentes, (...) foram encaminhados seis professores para o doutorado e seis para o mestrado.

Conforme UNIPLAC (1999, v.1) em 1987 várias iniciativas são feitas no sentido de titular os docentes da UNIPLAC. Abrem-se cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, professores são encaminhados para o mestrado e para a especialização.

Em 1988 mais dois cursos de pós-graduação *Lato Sensu* são oferecidos, cria-se o Instituto de Promoções Culturais da UNIPLAC (IPC), destinado ao aporte de recursos e benefícios via "Lei Sarney". Já em julho de 1989 cria-se a coordenação de Pós-Graduação da UNIPLAC, através da Resolução 036/89, sendo o professor Liberato Manoel Pinheiro Neto o primeiro coordenador. Para 1990 são programados 10 cursos de especialização e realizados 11 de extensão e aperfeiçoamento.

Em 1991, conforme UNIPLAC- Relatório Institucional, a preocupação de aperfeiçoar o corpo docente e administrativo continua, 33 professores iniciam cursos de pós-graduação sendo, 06 de mestrado e 27 de especialização. São iniciados mais três cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, um de Educação em São Joaquim, um de Ciências Jurídicas e outro de Economia de Empresas em Lages, e, posteriormente, o de Administração de Empresas em Lages.

A política da UNIPLAC sobre recursos humanos prioriza o aperfeiçoamento de seus profissionais, que na maioria são da região serrana e, residem em Lages, acreditando que constituir um corpo docente próprio da região é mais conveniente que

contratar docentes habilitados e titulados de outras regiões. Isso dificulta em muito o aumento significativo de professores titulados.

Mas, essa situação não é privilégio de Lages. As demais Instituições Privadas (Fundações) do Estado têm o mesmo problema. Tanto é que “em 1994, as IES, consideradas privadas, contavam apenas com 25,3% dos docentes com grau de mestre ou doutor, enquanto que as IES públicas somavam 50,6% dos profissionais com esta titulação”.(UNIPLAC,1999, v.4, p.8).

A UNIPLAC nos últimos 5 anos, tem adotado uma política de valorização do professor, por entender ser a capacitação docente por mestrado e doutorado a vertente mais relevante da qualificação e elevação do nível de ensino, de pesquisa e de extensão, no mundo do trabalho universitário. Essa política de capacitação está materializada no Plano de Capacitação Docente. (UNIPLAC, v.4, p.112).

A UNIPLAC, face às exigências da Lei nº 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional relativas ao corpo docente, investe na capacitação e titulação de seus docentes com vistas à viabilização da universidade. Continua implementando seu Plano de Capacitação de Docentes e Técnicos (PICDT) após o reconhecimento da Universidade, haja vista, os quadros demonstrativos, apresentados em anexo.(Anexo, 5).

Nos últimos anos a UNIPLAC faz um grande esforço, por exigência do processo de sua transformação em Universidade, oportuniza a titulação para um grande número de docentes que já atuam na Instituição, concentra consideravelmente seus esforços a partir de 1998 nos mestrados interinstitucionais. (Anexo, 5)

Com o reconhecimento da UNIPLAC em Universidade o setor de pós-graduação passa a ser responsabilidade da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, através da qual, continuam os esforços para qualificar e titular o corpo docente, agora, em ritmo mais lento.

Para atender especialmente a comunidade externa, realizam-se cursos de pós-graduação *Lato Sensu*, os quais, beneficiam também a comunidade interna da UNIPLAC.

Conforme quadro 01, entre 1999/1º semestre e 2001/1º semestre ocorre um acréscimo no total de professores<sup>6</sup>, bem como, alterações no tocante à titulação dos mesmos.

QUADRO 01 – DOCENTES DA UNIPLAC COM TITULAÇÃO COMPLETA E EM CURSO EM 2001/1º SEMESTRE

<b>Titulação</b>	<b>Nº de Docentes com Titulação Completa</b>	<b>Nº de Docentes com Titulação em Curso</b>
Doutorado	06	18
Mestrado	65	54
Especialização	148	15
Graduação	28*	-
<b>Total</b>	<b>247</b>	<b>87**</b>

Fonte: Setor de Recursos Humanos, maio 2001

\* Dos 28 com graduação, 8 estão cursando mestrado e 14 especialização.

\*\* Os 87 com titulação em curso estão incluídos nos 247. ( diminuir letra da obs e fonte)

Ainda em 2001 agregam-se ao quadro de docentes mais 02 doutores, 42 mestres e 25 especialistas. Tudo demonstra que a Universidade continua investindo na qualificação de seus docentes o que, inevitavelmente, resulta no desenvolvimento cultural e científico dos alunos e da comunidade.

Percebe-se que entre 1999 e 2001 a grande maioria dos docentes já consegue se tornar mestre, alguns ainda estão cursando o mestrado. A dificuldade reside no pouco número de doutores (Anexos, 6-7).

Outro aspecto a considerar é a carga horária semanal dos docentes .

<sup>6</sup> Em 1999 o total de docentes era de 160 passando em 2001/1º semestre para 247.

Dos 247 docentes que atuam no 1º semestre letivo de 2001, inclusive aqueles que participam da equipe diretiva como Reitor, Pró-Reitor, Chefes de Departamentos, Coordenadores de Cursos, Coordenadores de Projetos, Supervisores de Estágio, apenas 20 professores têm uma carga horária semanal de quarenta horas. (Anexo, 8)

O docente da Universidade continua a ser contratado pelo regime da CLT, por hora-aula ministrada, com direito a uma aula para atividades extra classe, a cada quatro aulas ministradas.

Dos 247 que trabalham em 2001-1º semestre, 123 têm até 10 horas aulas semanais. É significativo o número de professores com 04 horas aulas (quarenta e seis professores), com 02 horas/aula (quatorze professores) e com 08 horas aula (trinta e sete professores). (Anexo, 9)

Em relação à carga horária dos docentes deve-se explicitar que a UNIPLAC tem concentrado no período noturno a maioria de seus cursos e alunos matriculados. As atividades no período diurno são relativamente muito reduzidas, isto porque o aluno, na sua maioria é trabalhador, não podendo estudar em outro período, que não o noturno.

Quanto ao tempo de experiência profissional como docente de Curso Superior na UNIPLAC, 57% dos 247 professores possuem menos de 05 anos de experiência profissional. Desses 140 docentes, 49 estão no seu primeiro ano de serviço e 59 no seu segundo ano de serviço na Instituição. Isso leva à conclusão que após a transformação da UNIPLAC em Universidade houve uma entrada de 43% do corpo docente atual, ou seja, 108 professores ingressam na UNIPLAC a partir de 1999. (Anexo, 9)

Trata-se portanto de uma equipe de docentes na sua maioria ainda nova na Instituição, experienciando a docência na Universidade, nos respectivos Departamentos. (Anexo, 10)

Elevar e aprimorar as condições de ensino, pesquisa e extensão, através do aperfeiçoamento permanente e continuado do docente, com atenção especial para sua titulação, é um dos objetivos permanentes da UNIPLAC.

Existe hoje na UNIPLAC uma política institucional de incentivo à capacitação docente e técnica, privilegiando a qualificação através de cursos de pós-graduação. A Instituição, concede benefícios e oportunidades àqueles que integram seus quadros docente e técnico, conforme resolução nº 146, de 02/12/1997, que dispõe sobre auxílio financeiro. (UNIPLAC, 1997)

Em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) realizam-se cursos de Mestrado Interinstitucionais de: Educação, Sociologia Política, Administração, Direito e Economia. Através dessas turmas especiais muitos professores da UNIPLAC têm oportunidade de realizar seus mestrados.

Quanto aos cursos de Doutorado, a universidade tem incentivado seus docentes, em 2001, 14 professores estão cursando o doutorado em diversas instituições. (Anexo, 05)

Por outro lado o plano de cargos, salários e carreira para os quadros da UNIPLAC constitui-se num incentivo para docentes e técnicos buscarem seu aperfeiçoamento quer via titulação quer via aperfeiçoamento.

A proposta de Plano de Cargos, Salários e Carreira da UNIPLAC aqui apresentada como resultado de uma construção coletiva, sempre foi orientada no sentido de viabilizar a implantação imediata de uma política de contratação de recursos humanos coerente com o projeto de Universidade e possibilitar, mediante criteriosa análise dos impactos econômicos-financeiros, o enquadramento dos atuais funcionários, sempre na perspectiva de maior motivação e comprometimento dos profissionais do quadro com a Universidade do Planalto Catarinense (em acompanhamento) (UNIPLAC, 1999, v. 4, p.133).

Esse plano visa proporcionar à Instituição pessoal capacitado e aos funcionários a possibilidade de ascensão profissional, quer seja ele do quadro de Docentes ou do Quadro Técnico-Administrativo.

Conforme UNIPLAC (1999, v.4, p.98) em seu quadro técnico-administrativo, a UNIPLAC conta com 71 funcionários, o que estabelece uma relação de 29,7 alunos por funcionários.

Dos 71 funcionários que fazem parte do quadro, 25 (vinte e cinco) são de nível superior (2 cursando mestrado, 09 especialistas e 15 graduados); 25 (vinte e cinco) são de nível médio e 21 com ensino fundamental. Estes funcionários estão divididos nos diversos setores de apoio da Universidade. Todos os funcionários do quadro técnico-administrativo são contratados com tempo integral (44 horas semanais).

Há por parte da UNIPLAC significativo interesse em capacitar e qualificar seus funcionários do quadro técnico-administrativo, diversos cursos são promovidos e vários funcionários são incentivados a prosseguir em seus estudos até aqueles que ainda não têm seu ensino fundamental e ou médio completo.

No 2º semestre de 1998 tem a UNIPLAC 05 funcionários cursando pós-graduação *Lato Sensu*, sendo 04 no curso de Produtividade e Qualidade Total e 01 no Curso de Contabilidade Gerencial e Auditoria. E, 03 funcionários cursando pós-graduação *Stricto Sensu*, a saber 01 no mestrado em Administração Universitária, 01 em Sociologia Política e outro em Economia.

Em relação à idéia de desenvolvimento selecionada como categoria de análise, percebe-se que a UNIPLAC através da capacitação de seus docentes e funcionários está oportunizando a ascensão profissional e a melhoria salarial aos componentes de seu quadro de funcionários, o que, como consequência reverte na mobilidade social de seus profissionais e na melhoria cultural dos mesmos.

Assim, a Universidade também desempenha seu papel no discurso de desenvolvimento concretizando a promoção cultural de seus funcionários, através da capacitação e da formação de mão de obra especializada.

## **4.2 A PESQUISA**



Para implementar a realização da pesquisa entre seus docentes a UNIPLAC institui um Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento de Pesquisa, destinando um percentual/ano de sua arrecadação para a concretização desse objetivo.

A Pesquisa, estreitamente vinculada com o Ensino e a Extensão, é concebida por excelência como a origem do conhecimento, seja ela puramente acadêmica ou de múltiplas aplicações. A região serrana como um todo é um campo quase inexplorado pela pesquisa. Falta um conhecimento mais aprofundado de sua economia, sua história, sua cultura e organização social. Nesse sentido, o compromisso será o conhecimento e a proposição de soluções para os problemas regionais. (UNIPLAC, 1999, v.2, p.12).

A preocupação com as atividades de pesquisa não é privilégio da UNIPLAC. Para Auras(1998), todas as IES - Instituições de Ensino Superior de origem privada têm dificuldades quanto à implantação da pesquisa em suas unidades de Ensino Superior. Essa preocupação até os anos 70 é também do Governo do Estado, haja vista o pronunciamento do governador Ivo Silveira na Assembléia Legislativa ao referir-se ao plano Estadual de Educação. Ele argumenta sobre a dificuldade de se obter dados da realidade educacional, visto não ter no Estado de Santa Catarina, ainda, em 1966, instituições preocupadas com a pesquisa da realidade da sociedade catarinense, em especial, sobre a educação. Por isso, mais tarde, a UDESC cria seu Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais - CEPE.

Ainda, conforme AURAS (1998, p.39-40), o governador Ivo Silveira (1966-79) em mensagem à Assembléia Legislativa afirma que "no quinquênio 61-66, preparou-se mesmo uma infra estrutura (...). Entretanto, não houve a formulação de um plano global de educação (...) e não ocorreu a efetivação desse plano global porque havia carência de dados que permitisse o entendimento claro da situação".

Conclui-se que a Pesquisa nas Instituições de Ensino Superior no Estado de Santa Catarina acontece a partir de 1966.

Conforme GASPARIN (1998, entrevista) um grupo de professores da UNIPLAC ao retornar de seus cursos de mestrado pretendem institucionalizar a pesquisa nas unidades de Ensino Superior da UNIPLAC. "Quando nós voltamos do mestrado –

Genuíno, Rogério Córdova e Martendal, saídos da Fundação Getúlio Vargas com a idéia fixa, firme: queríamos criar um centro de pesquisa e nos dedicamos além do ensino, também à pesquisa na instituição. Fizemos projetos, encaminhamos, mas não saiu do papel. A instituição se deu por incapaz financeiramente de absorver os custos com a pesquisa....".

Assim, mesmo, algumas pesquisas são realizadas na UNIPLAC "Chegamos a realizar uma pesquisa financiada pelo CNPq (...) estratégias de sobrevivência das camadas populares da periferia urbana de Lages acompanhada pelo Prof. Antonio Manfio como assessor." (GASPARIN, 1998, entrevista). Nessa época funcionava o Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (CEPE) na UNIPLAC.

Sobre a existência do CEPE MUNIZ (2001, entrevista) afirma: o CEPE em seu curto espaço de vida, de 1978 a 1984 realiza projetos significativos como o da implantação do Curso de Direito na UNIPLAC, entre outros, e até pesquisas encomendadas.

Eu entrei na UNIPLAC em 1978 para ser assessor técnico de projetos do Centro de Pesquisa e Extensão (CEPE), fui ao mesmo tempo professor e na seqüência chefe-de-departamento, diretor de Pesquisa do CEPE, encarregado de estudos de pesquisas do Mercosul e mais recentemente Diretor Administrativo. Na minha percepção, até porque, fui ator desse processo de criação e implantação do CEPE, ele foi muito importante. A idéia me parecia extremamente avançada para a época. Quando eu entrei no CEPE a diretora era a prof. Aidê Antunes; eu era assessor de projeto, portanto, estava iniciando, também, como professor. O CEPE era um embrião do projeto de Universidade. Acredito que se tivesse persistido nesse caminho, teríamos conseguido em menos espaço de tempo o projeto de universidade, mas, infelizmente por políticas internas da própria UNIPLAC, o CEPE foi desativado. O que na minha visão, foi um equívoco. Durante sua existência o CEPE coordenou pesquisas e extensão importantes. Entre as pesquisas, já em 1980, financiada pelo CNPq foi realizada uma pesquisa sobre as condições da população de baixa renda da periferia de Lages. Outra foi realizada envolvendo todos os municípios da região intitulada - Desenvolvimento Organizacional - com intervenção direta nos municípios. (MUNIZ, 2001, entrevista).

Conforme UNIPLAC (1999, v.1, p.38) em atas da Congregação da FACEC tem-se já desde 1971 a solicitação de um Centro de Pesquisa. Mas, só em 02/05/78 é aprovado pelo Conselho Diretor o regimento do CEPE.

Como unidade de planejamento e pesquisa, entre as suas finalidades estavam: estudos, pesquisa e planejamento, promoção do aperfeiçoamento do pessoal

técnico, administrativo e docente, traçar diretrizes gerais da UNIPLAC nos campos da pesquisa, extensão e planejamento. Dentre as suas atividades destacam-se: elaboração, execução, coordenação de pesquisas; elaboração de planos, programas e projetos; formulação de metas econômicas e sociais para o desenvolvimento regional, organização do Centro de Documentação. Algumas pesquisas feitas sob a coordenação do CEPE: Levantamento das Necessidades para Novos Cursos Superiores em Lages. Junho 1978; Estratégias de Sobrevivência das Populações de Baixa Renda da Periferia de Lages - 1982, convênio ACAFE/CNPq. Desenvolvimento Organizacional nos Municípios da AMURES, em convênio com o Governo do Estado - Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral, em 1987; Pesquisa Sócio-Econômico Cultural na Região do Planalto Serrano, em convênio com FUCADESC - Fundação Catarinense de Desenvolvimento de Comunidades, em 1981; Pesquisa sobre o Custo da Vida em Lages, projeto de 1983. E, quanto a Extensão, as principais realizações do CEPE foram: Atividades no *Campus Avançado* de Itaituba-PA (Projeto Rondon), Seminários de Estudos Integrados - Fundação Projeto Rondon (1982), Projeto do Teatro Universitário (1982) não concretizado (...); Projeto de Atendimento Materno Infantil - Ensino Pré-Escolar na UNIPLAC (182), não aprovado pela Secretaria Estadual de Educação; Projeto do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais (1981) Processo de implantação do Curso Técnico em Eletrônica do CEnf (1983) publicação e circulação do Informativo UNIPLAC. Em 1984 o Centro de Pesquisa e Extensão - CEPE foi desativado. (UNIPLAC, 1999, v.1, p.79).

Mais tarde quando já presidente da Fundação UNIPLAC, o professor Gasparin continua tentando implementar a pesquisa, isso é demonstrado principalmente pela preocupação em contratar pessoas com período integral de trabalho. Em entrevista afirma:

(...) pessoas com dedicação exclusiva. Essa idéia foi muito debatida. Essas pessoas seriam os que iriam dar suporte para o desenvolvimento da idéia de universidade, os que iriam pensar em termos de pesquisa, essa era a idéia que fazíamos desde a conclusão do nosso mestrado, porque a pesquisa exige tempo, dedicação. (GASPARIN, 1998, entrevista).

Não se tem notícias se o professor Gasparin consegue seu intento, entretanto, no Processo de Reconhecimento da UNIPLAC tem-se o registro da realização de pesquisas:

(...) em outubro de 1972, registrava-se a contratação de duas pesquisas a serem realizadas, uma para a COHAB/SC e outra para o Instituto Euvaldo Lodi. A primeira coordenada pelo professor Daniel Ubaldo Binatti (...) sobre a aceitação de um projeto de casas populares e a segunda, pelo Departamento de Ciências Econômicas e Financeiras, nas indústrias de Lages... (UNIPLAC, 1999, v.1, p.33).

Nas atas da congregação da FACEC têm-se registros de levantamentos de dados feitos pelos acadêmicos, cumprindo exigências de disciplinas curriculares.

Assim, a pesquisa é uma preocupação constante da Instituição UNIPLAC, tanto de seus professores como de seus dirigentes.

No Relatório Institucional da UNIPLAC-1992 estão registradas as seguintes preocupações: "Pesquisar é função básica da Universidade. No entanto, a UNIPLAC, (...) não tem podido fazer grandes avanços neste sentido (...)". (UNIPLAC,1999, v.1, p.48).

Algumas iniciativas relativas à iniciação à Pesquisa tem sido realizadas, principalmente através dos trabalhos de Estágios dos diversos cursos e de monografias daqueles cursos em que elas são exigidas, em nível de graduação e de pós-graduação *Latu-Sensu*. Também já se dispõe de um número considerável de dissertações de Mestrado produzidas a partir da realidade da região. Entretanto, a partir da mobilização para o projeto Universidade, a Pesquisa, indissociada do Ensino e da Extensão, passa a ser prioridade da UNIPLAC.

Surge com os novos ordenamentos jurídicos da Instituição a Coordenação de Pesquisa, como parte integrante da estrutura da Pró-Reitoria de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação, a partir de junho de 1998.

A coordenação de pesquisa é responsável pela coordenação, fomento, articulação e desenvolvimento de pesquisas na instituição. A partir de 1998, é criado e implementado o Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento de Pesquisa da UNIPLAC (Resolução 11/98) para financiar projetos de pesquisa.

Fundamentada na concepção de pesquisa formalizada nos documentos constitutivos, são definidas as linhas institucionais de pesquisa da UNIPLAC. Para que isso ocorresse são realizados cursos com os docentes sobre pesquisa e, em seminário coordenado pela Doutora Julieta Callazans são discutidas e levantadas as linhas de pesquisa para a UNIPLAC. Essas linhas de pesquisa institucional norteiam todos os trabalhos de pesquisa desenvolvidos pela UNIPLAC de acordo com a concepção de pesquisa da Instituição e com as necessidades da comunidade Regional do Planalto Serrano.

De acordo com o Processo de Reconhecimento da UNIPLAC:

Concebe-se a Pesquisa como origem de novos conhecimentos, métodos e técnicas, bem como de outros instrumentos de educação destinados ao cultivo de atitude humana, científica e tecnológica, indispensáveis à formação de grau superior. Nestes termos, a pesquisa, enquanto espaço por excelência da construção do conhecimento científico, é vital ao cotidiano universitário. O aluno precisa dela para apreender técnica e cientificamente a realidade na qual está inserido; a sociedade precisa da pesquisa para gerar novos conhecimentos e dispor de seus produtos e a universidade necessita da pesquisa para um processo de ensino e aprendizagem eficaz e significativo. (UNIPLAC,1999, v.2, p.214).

Cinco são as grandes linhas para a Pesquisa Institucional na UNIPLAC; estas têm o objetivo de nortear os trabalhos a serem desenvolvidos:

- a) O Planalto Serrano Catarinense na perspectiva do desenvolvimento regional sustentável;
- b) Educação e Cultura: processos formais e não-formais na sociedade;
- c) Emprego e renda no contexto das mutações no mundo do trabalho;
- d) Instituições públicas e privadas: a produção de espaços democráticos e poder local;
- e) Meio-ambiente, saúde e qualidade de vida. (UNIPLAC,1999, v.2, p.214 - 215).

A coordenação de pesquisa tem por objetivo na UNIPLAC, além de coordenar toda a atividade de pesquisa, proporcionar o aperfeiçoamento dos docentes na atividade científica, de modo interdisciplinar e multidisciplinar. Para tanto, é em 2000, alterado o regulamento das atividades de pesquisa (Resolução 077/00 e 078/00), o qual propicia aos docentes a realização de projetos de pesquisa em grupos, o que parece ter incentivado a elaboração de maior número de projetos de pesquisa.

Através da indissociabilidade da pesquisa-ensino-extensão é estimulada a iniciação científica, oferecendo bolsas aos acadêmicos, os quais, orientados por professores iniciam na pesquisa desenvolvendo trabalhos extracurriculares.

Estabelecer parcerias intra e interinstitucionais para desenvolver pesquisas, cursos de pós-graduação, de extensão e prestação de serviços é preocupação da Pró-Reitoria específica e da Universidade como um todo.

Realizar pesquisas voltadas para o desenvolvimento do Planalto Catarinense, integrando-se às entidades e organizações com vistas ao desenvolvimento sustentável

da região é um dos objetivos e desafios da pesquisa na UNIPLAC, entre muitos outros, tal como a divulgação dos trabalhos realizados.

Já se dispõe de uma Revista de Divulgação Científica e Cultural com periodicidade semestral, destinada à publicação de trabalhos de acadêmicos e de professores, anualmente há uma Mostra dos Trabalhos Científicos realizados por docentes e discentes.

A coordenação de pesquisa inicia suas atividades em 1998 e conforme Relatório de Atividades, (UNIPLAC, 2000) coordena a realização também de outras atividades, além de coordenar a pesquisa, tais como: Eventos, Seminários, Cursos de Capacitação em pesquisa, Estruturação de grupos de pesquisa, Edição da Revista de Divulgação Científica e Cultural e outras.

Ainda de acordo com o relatório de atividades, durante o ano 2000, coordenou as seguintes pesquisas:

a) A pedido do historiador Licurgo Costa, para atualização do livro "O Continente das Lagens" o levantamento documental do período de 1983 a 1999.

b) Pesquisa avaliativa do Programa de Nucleação de Escolas do Estado de Santa Catarina encomendada pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

c) Pesquisa sobre Tecnologia da Madeira e utilização de espécies do gênero *pinus*: Qualidade da madeira de espécie de gênero *pinus* plantada na região da AMURES (propriedades físicas) realizada com colaboração de empresas madeireiras de Lages.

d) Pesquisa sobre o processo de urbanização em Lages, com o objetivo de analisar o processo de urbanização evidenciando-o como um espaço social construído e constituinte de heterogeneidade e conflitos.

e) Pesquisa Avaliação Ensino: Ensino por Excelência, tendo como objetivo delinear as relações entre avaliação e ensino no processo ensino aprendizagem.

f) Percepção e discursos sobre a desnutrição: práticas terapêuticas decorrentes.

g) Análise das estratégias de formação continuada de diretores de instituições de Ensino Fundamental e propostas de elaboração e desenvolvimento de Projetos Pedagógicos Escolares.

h) Participação do pâncreas endócrino na lipomobilização em aves.

i) Abuso sexual incestuoso contra crianças e adolescentes em Lages/SC, desenvolvida em parceria com o Centro de Direitos Humanos e Cidadania, Fundação Mac Arthur e UNIPLAC.

j) Levantamento documental sobre a História da ACIL em convênio com Associação Comercial Industrial de Lages (ACIL) , o historiador Licurgo Costa e a UNIPLAC.

Para 2001 a Coordenação de Pesquisa já tem neste 1º semestre aprovados vários projetos de iniciação à pesquisa e projetos de grupos de pesquisa a serem desenvolvidos a partir do 2º semestre de 2001. Portanto, houve um salto qualitativo e quantitativo em relação à pesquisa a partir do ano de 2000, na UNIPLAC.

Mesmo constituindo o tripé necessário à existência da Universidade, a pesquisa na UNIPLAC é ainda incipiente, pontual, não se tornou ainda uma prática institucional.

A pesquisa deve ser o fundamento, o suporte para o ensino e para a extensão, propiciando talvez, o conhecimento que possa vir a desencadear o desenvolvimento regional.

A pesquisa como construção do conhecimento do novo saber, ou como adequação do conhecimento a uma nova realidade concreta não se faz presente de forma clara no discurso de desenvolvimento e na idéia de universidade dos entrevistados. A referência à pesquisa aparece como uma necessidade recente, principalmente, com vistas à : articulação da universidade com o mercado , quando da criação de novos cursos, da participação de acadêmicos em levantamentos da realidade ou como parceiros em projetos de outras instituições.

No discurso sobre o desenvolvimento, a partir da fala dos entrevistados, só recentemente aparece a pesquisa como uma necessidade de sondagem do mercado de trabalho e de levantamento das necessidades de novos cursos.

Entende-se portanto que a pesquisa na UNIPLAC ainda não atende às necessidades e aos objetivos pretendidos pela Universidade. Ela ainda é incipiente, apresenta uma tendência acadêmica formal, e, não está ainda sendo utilizada pela comunidade acadêmica como suporte de suas atividades cotidianas.

### **4.3 EXTENSÃO**

Junto a Pró-Reitoria de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação funciona também a Coordenação de Extensão da UNIPLAC,

Concebida como instrumento de produção e socialização do saber e de práticas construídas que venham a integrar a Universidade à comunidade e promover a articulação entre ensino e pesquisa, com o objetivo primordial de enriquecer o processo de trabalho pedagógico e científico, contribuindo decisivamente para a mudança e o desenvolvimento sócio-econômico da região. (...) As atividades de extensão da UNIPLAC estão divididas em: a) atividades permanentes: são programas permanentes ou ações continuadas; b) atividades eventuais: são projetos eventuais de cursos, simpósios e seminários; c) atividades de prestação de serviços: são atividades de consultoria, assessoria prestados a outras instituições, outras empresas ou à comunidade. (UNIPLAC, 2000).

A idéia de universidade como finalidade de atender às necessidades da população está presente em algumas falas dos entrevistados. Isso se realiza, concretamente, através das atividades de extensão. Em realizando-as, está a universidade proporcionando condições para o desenvolvimento.

Mas, as atividades de extensão devem articular-se com as de pesquisa e ensino, para que, além da formação profissional produza-se conhecimento e os externalize à comunidade.



Atividades de extensão realizadas durante o ano de 2000 envolveram a execução de programas permanentes e de ações diversas destinadas ao atendimento da comunidade, como forma da UNIPLAC se externalizar.

Segundo UNIPLAC (2000) entre os programas permanentes citam-se:

1. Cia Júnior.
2. Coral Universitário.
3. Programa de Línguas Estrangeiras.
4. Curso Permanente para Maior Idade.
5. Grupo de Teatro Universitário.
6. Núcleo de Prática Jurídica.
7. NIP e Núcleo de Estudos do Mercosul.
8. Programa de Qualificação Profissional SINE/FAT.
9. Projeto Guardiões da Esperança.
10. Rede Metropolitana de Lages.
11. Sistema Regional de Educação.
12. Universidade Solidária Nacional e Regional.
13. Clube de Xadrez.
14. Cursos de Informática.
15. Projeto Multidisciplinar de Extensão em Exercício e Saúde.
16. Curso de extensão em Matemática Trigonométrica.
17. Projeto Lages em Ação 2000.
18. Projeto Integração UNIPLAC/AABB.
19. Encontro Municipal de Saúde Preventiva e Qualidade de Vida.
20. Projeto Construção Comunitária Araucária, CEF/PRODEC.
21. Programa de Formação Continuada em Educação Ambiental.
22. Curso de Extensão em Educação Ambiental - Klabin.
23. Seminário Enfrentado a Violência Doméstica em suas Diferentes Expressões.
24. Curso de Secagem por Controle Automatizado.
25. Curso de Formação, Condução de Florestas.

26. Curso de Orientação de Monografia.

27. Curso Gestores em Cooperativas Médicas/UNIMED.

Envolveu-se também na participação em outras ações e projetos, segundo UNIPLAC (2000):

- Ação Global, SESI. Participação dos cursos de Educação Artística, Pedagogia, Economia, Ciências Contábeis e Direito.

- Dia do Desafio. Participação de toda a comunidade universitária, coordenado pelo curso de Educação Física.

- VII Encontro Municipal de Saúde Preventiva e Qualidade de Vida.

- Participação no I Fórum de Extensão do Sistema ACAFE.

- Curso de Capacitação Interna em Extensão e Pesquisa.

- Projeto de Qualificação e Requalificação nos Setores da Indústria, Serviços e Comércio.

- Projeto (Re) Significar.

- Projeto de Qualificação no Setor Público.

- Projeto de Qualificação e Requalificação para Micro e Pequenos Empreendedores.

- Projeto Formação de Agentes Comunitários.

- Projeto de Qualificação de Agricultores Familiares.

- Participação no Fórum Catarinense de Desenvolvimento

- Participação no FORDIS: Fórum de Desenvolvimento da Região Serrana.

- Implantação da Casa Familiar Rural de Cerro Negro. Parceria e assessoria juntamente com o Centro Vianei de Educação Popular.

- Encaminhamento dos professores Cláudio Schuch, Domingos Pereira Rodrigues, José Batista da Rosa e Marta Andrea Brand, para a capacitação junto ao Programa Comunidade Ativa/DLIS.

- Participação do coordenador de extensão no Seminário Catarinense de Economia Solidária e Incubadoras.

- Participação e exposição das Atividades de Extensão na FEINP e FENINFO, de 25 a 29 de outubro de 2000. Em Lages.

- Participação no Fórum da Agenda 21 Estadual, em Florianópolis. Através da Professora Estelamaris.
- Participação desta coordenação na operacionalização do IV Mostra de Pesquisa e III Jornada de Extensão da UNIPLAC.

Merecem ainda destaque dentre os projetos executados, os projetos Guardiões da Esperança; Lages em Ação; Programa UNIPLAC para maior Idade; Plano Regional de Educação; Programa de Educação Profissional SINE/FAT; Programa de Formação Continuada em Educação Ambiental; Núcleo de Prática Jurídica da UNIPLAC e Coral Universitário, os quais serão melhor explicitados no anexo 11.

A UNIPLAC há alguns anos vem intervindo na comunidade através da participação dos acadêmicos nas atividades de estágio e em eventos. Entretanto, em 2000 incrementou consideravelmente sua atuação através de atividades realizadas não só em Lages e Região, como também, em âmbito estadual. Percebe-se, portanto, que a universidade se faz concretamente presente na comunidade , externalizando sua atuação através da extensão.

## **CAPÍTULO V**

### **REFLEXÃO SOBRE A IDÉIA DE UNIVERSIDADE COMO DISCURSO DE DESENVOLVIMENTO**

A UNIPLAC, enquanto idéia de universidade, permanece atrelada ao discurso de desenvolvimento, discurso esse, utilizado como justificativa social para a criação e implantação das unidades de ensino superior em Lages e, posteriormente, para a transformação dessas unidades em universidade. Portanto, a idéia de universidade como discurso de desenvolvimento perpassa pela história do ensino superior e do desenvolvimento econômico de Lages.

Assim, a análise sobre a criação, implantação, implementação e desenvolvimento do ensino superior em Lages implica na compreensão do processo de desenvolvimento econômico, visto que, a educação não se dá dissociada do aspecto social, político e econômico.

Portanto, uma aproximação histórica do ensino superior envolve a compreensão da trajetória das forças produtivas promovidas pelo sistema capitalista.

O Brasil constitui-se com base numa economia de latifúndios, utilizando-se da escravidão. Tem também, na exploração da madeira e de minérios, na agricultura e na indústria, a base para seu desenvolvimento econômico. Assim, o trabalho da terra, a atividade mecânica e industrial, antes feita por escravos, após a libertação destes, segundo Azevedo (1958) é atribuído aos imigrantes.

Escravos e imigrantes não passam pelas escolas, liceus ou faculdades.

Os estudantes vêm da elite da sociedade burguesa emergente e do patriarcado rural para serem preparados para os serviços burocráticos do Estado, reforçando assim a desigualdade entre a cultura das elites e a das classes populares, entre letrados e eruditos e a grande massa de analfabetos.

A classe social emergente nos centros urbanos procura mais as escolas profissionais superiores, e aqueles que procuram as profissões liberais deslocam-se de seu meio urbano ou rural, atirando-se, conforme AZEVEDO (1958), na burocracia ou na política profissional, nascendo assim, uma cultura de base puramente literária ou de caráter profissional sem profundos estudos filosóficos ou científicos.

Conforme RIBEIRO (1982), no Brasil somente a partir de 1930, com a crise do modelo agrário - comercial - exportador tem início a estruturação do modelo nacional desenvolvimentista que busca substituir a base econômica agrícola pela industrialização. Esse modelo traz dos campos grandes contingentes populacionais para as zonas urbanas e suburbanas, inchando as cidades com pessoas em busca de trabalho.

A concentração urbana atinge nos anos 70, 56% da população brasileira, conforme (IBGE, 1971, v.32, p.44), um contingente populacional que se constitui em demanda para a escola pública, provocando a ampliação da rede escolar em todos os níveis de ensino.

O poder público investe no crescimento das redes de ensino elementar e médio, prioritariamente, vindo a se preocupar com o ensino superior após os anos 50, quando facilita a expansão das matrículas e cria órgãos de fomento à pesquisa.

A demanda por ensino superior se intensifica a partir do início da industrialização pois considera-se a formação profissional especializada necessária ao desenvolvimento.

A idéia de desenvolvimento econômico no pós-guerra tem aspectos das noções de riqueza, de evolução, de progresso e crescimento mas é a industrialização seu antecedente mais próximo.

O desenvolvimento da indústria foi o aspecto mais gritante e dinâmico, tanto nos países adiantados como nos subdesenvolvidos, de tal modo que durante algum

tempo considerou-se o desenvolvimento industrial, até, como sinônimo de desenvolvimento econômico (SUNKEL, 1974, p.28).

Assim, a noção de industrialização como processo deliberado, nasce em função do atraso relativo de determinados países em relação às potências industriais.

Para SUNKEL (1974) a Revolução Industrial produz efeitos desiguais não só entre países, mas entre regiões e setores, gerando desigualdades gritantes no tocante à distribuição de renda e condições sociais da maioria da população.

Assim, o Ensino Superior que no Brasil inicia com a formação de profissionais técnicos para atender às necessidades da família real, passa, a partir do final do Império a ser utilizado como forma de ascensão da classe média emergente e também como instrumento para evitar a descensão da aristocracia rural. Entretanto, não deixa de manter a imobilidade social e o caráter seletivo até 1930, quando, devido às reformas, ampliam-se as vagas e as oportunidades de acesso às camadas populares.

Com o Nacional-Desenvolvimentismo desencadeia-se um movimento para promover o desenvolvimento econômico priorizando o técnico-profissional.

O golpe militar de 64 aborta os movimentos populistas e as atividades de política acadêmica. É atribuído ao Ensino Superior a missão de preparar a força-trabalho, ou seja, o homem para o trabalho necessário ao desenvolvimento proposto no novo modelo econômico. A prioridade passa a ser a formação do técnico a nível de 2º e de 3º grau.

O Ensino Superior não mais se destina à formação de uma elite liberal e nem à ascensão das classes populares mas à formação do empregado "diplomado" para as grandes empresas nacionais e multinacionais.

Para AURAS (1998, p.26), com o golpe militar em 1964,

A ideologia do nacionalismo desenvolvimentista foi substituída pela doutrina da interdependência. (...) Consolidou a estrutura capitalista no país, que passou a assumir as características do capitalismo dependente ou, segundo a perspectiva do governo da época, capitalismo associado.

A internacionalização da economia e o processo de industrialização passam a orientar o modelo sócio-econômico, inaugurando uma nova fase do desenvolvimento capitalista; não mais, em conexão com o capitalismo autônomo e nacionalista, mas sim como instrumento para a consolidação de um desenvolvimento dependente dos centros hegemônicos internacionais ou como preferem as autoridades, com um desenvolvimento "associado".

Essa idéia de desenvolvimento perpassa todas as esferas de governo e se inculca na consciência da população brasileira. Lages retrata essa idéia através do discurso de suas autoridades e de algumas atividades realizadas em 1959, como a criação da ACC, primeiros passos em direção à Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis (FACEC).

A idéia de desenvolvimento que norteia os fundadores da ACC é a de que possibilitando a formação de mão de obra especializada aos jovens e impedindo que eles saiam para estudar em outras localidades, estariam promovendo e sustentando o desenvolvimento econômico da cidade. Portanto, a idéia de desenvolvimento passa pela idéia da necessidade de ensino superior, o qual capacitaria o acadêmico-trabalhador para o trabalho junto às empresas e entidades. Passa também pelo aspecto cultural, pela ascensão social do indivíduo e da cidade.

Na época vivencia-se o apogeu da indústria madeireira. O volume da produção e exportação da madeira, extraída das matas de araucária, projeta Lages econômica e politicamente, com representatividade em nível estadual e federal.

Lages aparece como uma cidade promissora, cumprindo seu papel de produtora e exportadora de madeira no contexto do capitalismo dependente, liderado pela região sudeste. Atrai para seus arredores contingentes de trabalhadores oriundos do campo. Recebe também pessoas que migram de suas cidades para aqui montar suas serrarias ou exercer outras atividades e serviços. Isso ocasiona aumento da população, de serviços e de atividades.

A pecuária perde a importância, a agricultura de subsistência mantém-se rudimentar, o movimento econômico passa a girar em torno da madeira.

Durante o período áureo da indústria da madeira as elites econômicas não se preocupam com o esgotamento da matéria prima "pinheiro araucária" e por isso não diversificam a atividade econômica da cidade e região.

Na época, o ensino superior preocupa-se com a qualificação, isto é, em capacitar profissionalmente seus alunos para atuarem nas áreas dos cursos oferecidos pela UNIPLAC.

Entretanto, no final da década de 60 entra em declínio a indústria madeireira, sustentação do apogeu econômico da região. A partir daí, Lages se insere nos reclamos e pedidos de socorro feitos pelo empresariado privado buscando pela intervenção estatal. Em atenção a esses reclames instalam-se empresas subvencionadas ou financiadas em parte pelo governo, como Lactoplasa e Frigoplan.

Por outro lado, incrementa-se a expectativa de através do ensino superior sanar as dificuldades econômicas, sociais e políticas. Quando se instala a crise econômica provocada pelo fim da matéria prima da indústria da madeira, as autoridades e lideranças voltam-se para o Ensino Superior como instrumento de superação das dificuldades.

No início da década de 70, no momento agudo da crise, surge o movimento pró-universidade em Lages. Espera-se com a universidade atrair estudantes, melhorar as condições econômicas da cidade e fortificar a idéia de que o ensino superior promove o desenvolvimento da cidade e da região.

Acredita-se que a Educação promoverá o progresso e o desenvolvimento da região serrana. Instala-se em Lages o Centro Interescolar de 2º Grau "Renato Ramos da Silva" para qualificar profissionalmente a clientela de 2º grau. E, a idéia de Universidade passa a ser justificada como necessidade para atender à demanda por profissionalização em nível de 3º grau.



Através da Faculdade de Pedagogia, Ciências e Letras (FACIP) são habilitados os professores que, na sua maioria, já trabalham nas escolas da rede pública estadual, municipal e privada, e, na Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis (FACEC) são formados os profissionais para as empresas. Assim, a UNIPLAC cumpre o seu papel de agência formadora em nível de 3º grau.

Mas, persiste a idéia de que a universidade vem alavancar o desenvolvimento da cidade e da região, propiciar o acesso ao ensino superior àqueles que não tem condições de sair de Lages, promover a qualificação profissional e a ascensão social aos diplomados nos cursos superiores e atrair estudantes de outras localidades e com eles novas fontes de renda.

Com o respaldo do poder público municipal instala-se a FACIP com os cursos de Licenciatura. Entretanto, o esforço da Secretaria Municipal de Educação e do Prefeito Áureo Vidal Ramos são na direção de se instalar a Universidade, para que ela venha a ser suporte para o desenvolvimento e possibilitar, talvez, transformar Lages em um pólo cultural.

Continua, portanto, a idéia de universidade como solução de problemas, conseqüentemente, uma idéia incompleta de universidade, visto que, direcionada a promover o desenvolvimento da região. Como não conseguem criar a universidade, continuam as duas Faculdades FACIP FACEC, fazendo seu papel de agência formadora de mão de obra especializada, preocupadas prioritariamente com o ensino. E, assim, prossegue-se com a idéia de desenvolvimento centrada no fator econômico tendo sempre como suporte o ensino superior.

Há que se considerar também que após 1964 toda a sociedade brasileira volta-se para o desenvolvimento econômico como atividade prioritária em todos os setores. E, que devido à crise econômica do empresariado privado, os poderes públicos através de incentivos e financiamentos injetam capital (público) nas empresas privadas.

A criação e implementação do Ensino Superior em Lages ocorre quando se vivencia no Brasil uma nova fase de desenvolvimento capitalista sob a égide do regime militar. Embora Lages se insira, tardiamente, nesse modelo de desenvolvimento, no Brasil está ocorrendo segundo SILVA (1999, p.178):

A alteração do modelo econômico brasileiro - que facilitou a emergência no país, de grandes empresas nacionais públicas e privadas e corporações multinacionais - interrompeu a principal via de ascensão social dos setores médios, ao mesmo tempo em que produzia um mercado de trabalho para a mão-de-obra "diplomada". O ensino superior tornou-se uma relevante estratégia de reprodução e ampliação da classe média, importante mercado consumidor no modelo de desenvolvimento econômico associado ao capital internacional e fonte de legitimidade do regime militar-autoritário. (...) Diante desses fatores, a expansão do ensino superior processou-se aceleradamente durante a década de 70 fora dos grandes centros e com o predomínio da iniciativa privada, criando dois tipos distintos de instituições.

As Faculdades ou Instituições Isoladas de Ensino Superior (IES) proliferaram em Santa Catarina através das Fundações criadas pelo poder público municipal, para serem por ele mantidas, assegurando o funcionamento das Faculdades, independente das mensalidades pagas pelos alunos, as quais, seriam apenas complementação do orçamento.

Entretanto, mais tarde as Fundações deixam de receber as verbas orçamentárias tanto do Estado como dos Municípios. Há um grande atraso nos pagamentos e as Fundações começam a ter dificuldades. Passam a manter-se apenas com as mensalidades dos alunos, mas, continuam por força da Lei que as criou, política e administrativamente vinculadas ao Poder Público Municipal.

A Fundação UNIPLAC, constituída por Lei Municipal para manter as Faculdades (FACEC e FACIP) visa através das faculdades atender à demanda da classe média por ensino superior, à ampliação das oportunidades no mercado de trabalho e à idéia de prestígio, poder, ascensão social e profissional via diploma de curso superior.

Inclui-se a UNIPLAC entre as fundações educacionais que nascem no poder público mas com características predominantemente privada em especial no tocante

ao aspecto financeiro. Essas fundações fazem parte da estratégia de privatização do ensino superior adotada pela reforma universitária.

Segundo GERMANO (apud SILVA 1999, p.177),

O regime militar, apesar do discurso de valorização da educação escolar, defrontava-se com limites de verbas que eram empregadas maciçamente em setores vinculados à acumulação direta de capital. A alternativa foi favorecer a ampliação do setor privado de ensino.

Esse novo empreendimento expande-se no setor privado como prestação de serviços. Ao mesmo tempo em que o Estado desobriga-se com o ensino superior eximindo-se dos gastos de manutenção, aumenta e centraliza o controle político e didático sobre instituições de ensino superior. É necessário ao regime assegurar o controle político, administrativo e jurídico sobre as atividades de ensino, em especial, do ensino superior.

A reforma universitária de 1968 deveria "integrar o ensino superior às orientações do novo projeto de desenvolvimento" (SILVA, 1999, p.181) e através do controle político ideológico mais racionalizado e eficiente assegurar o novo modelo de crescimento.

A idéia do Ensino Superior como instrumento para promover o desenvolvimento da cidade de Lages perpassa as falas das autoridades da época e as dos fundadores do Ensino Superior, percebe-se também, que a idéia de desenvolvimento está ligada à qualificação profissional do jovem lageano para o mercado de trabalho, portanto, à idéia de universidade.

A UNIPLAC até 2000 não dispõe de dados sobre o aproveitamento pelo mercado de trabalho dos egressos de seus cursos. Portanto, sobre a materialização da idéia de desenvolvimento como formação de mão-de-obra especializada.

Nos depoimentos dos entrevistados existem referências ao aproveitamento pelo mercado de trabalho dos egressos dos cursos da UNIPLAC. Em algumas falas, os prefeitos referem-se ao aproveitamento de alguns profissionais que estudam ou

estudaram na UNIPLAC. Isso denota que há indicativos de aproveitamento dos egressos mas não há, ainda, levantamentos, dados comprobatórios da eficiência e eficácia dos cursos superiores da UNIPLAC.

Quanto ao aspecto de reter o jovem na sua cidade natal (Lages) e o de atrair para Lages jovens de outras localidades para aqui realizarem seus cursos superiores, pode-se afirmar pela análise dos dados da matrícula de 1996/1º semestre que 80% do alunado da UNIPLAC são da cidade de Lages e 20% provêm de outras localidades. Há, portanto um percentual significativo de retenção da população acadêmica de Lages pela UNIPLAC.

Também implícito nas falas dos fundadores percebe-se a preocupação em tornar Lages um centro cultural, isto porque na cidade já na época, algumas atividades são orientadas para a cultura, as quais poderiam ser incentivadas e implementadas pelo Ensino Superior. Percebe-se também que os fundadores do ensino superior em Lages concebem o desenvolvimento de forma mais abrangente, articulado ao aspecto social, cultural e econômico.

O incentivo dado às atividades culturais pela UNIPLAC aparece concretizado nas atividades de extensão, como: as do coral universitário, do grupo de teatro, do grupo de cordas, outros projetos e atividades culturais referenciadas pela Coordenação de Extensão em seu Relatório-2000. Há ainda que se considerar que toda atividade de ensino e pesquisa é também atividade cultural.

A partir da década de 70, provocada pela expansão descontrolada de Escolas Superiores Isoladas(IES), principalmente, na região sul e sudeste, regiões economicamente mais fortes, e, por isso com condições de privatizar o ensino superior, ocorre a desvalorização do diploma de Curso Superior. Esses fatos geram a preocupação em conter a expansão das IES e em criar instrumentos de avaliação da qualidade do ensino, o que vem sendo praticado pelo MEC.

Economicamente, surge um quadro inflacionário provocando desemprego e como as Instituições de Ensino Superior são privadas sofrem um desaquecimento na sua expansão com conseqüente retração em suas matrículas.

A partir dos anos 90, o processo de desenvolvimento desencadeado pelo governo de Fernando Henrique preconiza integrar o Brasil ao contexto mundial de globalização, o que vem atingir todas as esferas da vida humana, em especial a esfera econômica.

Para PRANDI (1982), a universidade brasileira é funcionalizada pelo capitalismo internacional, passando da função inicial de formadora das elites nacionais para a função de formação da força de trabalho para o capital internacional oligopolista. "(...) cabe apenas à ciência e à tecnologia dos países subdesenvolvidos as tarefas de apoio à implantação dessa tecnologia e adaptação às condições locais." (LIBERATO, 2000, p.26).

A UNIPLAC ao priorizar as atividades de ensino, prioriza a formação da força de trabalho através de suas faculdades (FACIP e FACEC). Os acadêmicos buscam a titulação, o "diploma"; tentando com ele conseguir melhor inserção social e emprego.

ROMANELLI (apud HAWERROTH, 1999, p.29), numa crítica ao modelo utilizado até então no Brasil ressalta, "que a universidade moderna objetiva tanto a investigação científica quanto o preparo para o exercício profissional, contudo, a universidade brasileira perseguiu desde sua criação, salvo raríssimas exceções, apenas os objetivos relacionados com a formação profissional".

Assim como a maioria das Universidades particulares, a preocupação da UNIPLAC é também com a investigação científica, mas na concretude de suas ações prioriza, como as demais, a formação profissional, ou seja, o ensino.

A região serrana permanece em crise desde a década de setenta, sofrendo agora ainda mais com as conseqüências dos ajustes econômicos e do

empobrecimento da maioria da população. Em meados da década de noventa ressurgiu com força total a idéia de Universidade como suporte para o desenvolvimento da Região Serrana.

A idéia de desenvolvimento regional passa a ser a bandeira da transformação da UNIPLAC em Universidade expressa nas falas dos entrevistados, das autoridades, dos dirigentes de associações, de empresários, nos documentos constitutivos da Universidade (Estatutos e Regimentos), na Carta Consulta, no Projeto de Universidade e finalmente, no Processo de Reconhecimento (Relatórios).

Portanto, a idéia de desenvolvimento regional está presente no discurso da população da região serrana e literalmente expressa no Projeto da Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC, quando propõe:

Uma instituição de ensino que pretenda contribuir para a formação da pessoa e do cidadão, objetivando gerar processos que colaborem para o desenvolvimento da região. Nesta direção, o desenvolvimento regional passa a ser entendido como um processo participativo gerador de mudanças voltadas para avanços nas áreas políticas, social, econômica e cultural. (UNIPLAC, 1996, p.27).

Durante todo o processo de transformação da UNIPLAC em Universidade e mesmo após o seu reconhecimento, continua presente a idéia de ser a universidade suporte para o Desenvolvimento Regional, idéia expressa no Processo de Reconhecimento, portanto, assumida pela Instituição:

(...) a UNIPLAC deve ser entendida, enquanto Instituição situada num mundo de processos contraditórios, como democratização, globalização, regionalização, polarização e fragmentação, um espaço de produção e socialização do conhecimento e reprodução dos valores universais da civilização, destinado ao desenvolvimento humano sustentável. (UNIPLAC, 1999, v. 2, p.13).

Assim, a idéia de Desenvolvimento Regional tendo como suporte a idéia de Universidade, continua sendo a justificativa social para a transformação da UNIPLAC em Universidade e para o seu processo de implementação. Justificativa essa não considerada pela UNIPLAC como única razão de ser da universidade, visto que o

conceito de universidade presente nos seus documentos tem uma concepção bem mais ampla, sem deixar de lado, a característica de regional.

As diferentes idéias de desenvolvimento como: formação de mão de obra especializada, ascensão social, promoção cultural e principalmente como recurso para conseguir melhores salários continuam sendo buscados pelos estudantes através da Universidade.

Portanto, o desenvolvimento regional é uma idéia a ser materializada pela UNIPLAC enquanto universidade, a qual também é ainda uma idéia buscando materializar-se através de suas ações de ensino, pesquisa e extensão.

Assim, a idéia de universidade como discurso de desenvolvimento é ainda um projeto inacabado.

A materialização da idéia de universidade está circunscrita ao cumprimento de alguns preceitos legais, como por exemplo, o previsto na Constituição Federal de 1988, art. 207, o qual refere ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A UNIPLAC, enquanto universidade ainda não consegue concretizar ações que revelem a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, o que não é fácil de ser concretizado pela maioria das universidades brasileiras, principalmente pelas particulares.

A ênfase à pesquisa e sua articulação com ensino e extensão, de modo a constituir-se construção, aplicação e socialização do conhecimento é tarefa difícil para todas as universidades.

A UNIPLAC vem investindo em trabalhos de pesquisa nos dois últimos anos, mas reconhece que muito tem a ser feito nessa área, portanto, à exemplo de outras Universidades dos sistema ACADE, é ainda, uma idéia de universidade a ser materializada em ações indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão.

A nova LDBEN-Lei N° 9.394/96 em seu artigo 52 define que:

As universidades são instituições pluridisciplinares de formação de quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por: I. produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional; II. Um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; III. Um terço do corpo docente em regime integral (...). (BRASIL, 1996)

Também em relação ao disposto nesse artigo, a UNIPLAC deve gestionar para conseguir ter um terço de seu corpo docente trabalhando em regime integral.

A pesquisa é considerada inerente à natureza da universidade, deve estar indissociada do ensino, do qual é fundamento, e, da extensão que constitui-se na possibilidade de socializar o conhecimento produzido. Estimular os acadêmicos à iniciação à pesquisa e os professores para atividades de pesquisa deve ser meta prioritária de qualquer universidade, e, especialmente da UNIPLAC, dada à precariedade de suas ações em pesquisa.

A Lei N° 9.394/96 em seu artigo 43 afirma que:

A educação superior tem por finalidade: (...) I. estimular a criação cultural e desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; II. Formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento (...); III. Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, (...). Assim, devido à importância da pesquisa, essa mesma lei prevê que além de incentivada, seja a pesquisa uma obrigatoriedade universitária, conforme art.53, inciso III “ estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão. (BRASIL, 1996)

Como: “Uma Universidade não se constrói em um dia. É trabalho árduo e continuado de gerações e que se faz diuturna e continuamente, com a participação consciente de toda a comunidade acadêmica” (PIAZZA apud UNIPLAC, 1999, v.2, n.2, p.19), a UNIPLAC continua sua caminhada em busca da concretude da idéia de universidade.

Portanto, a UNIPLAC como universidade é ainda uma idéia a ser concretizada, que carrega contradições e ambigüidades. Idéia inacabada, em processo de



construção com vistas à realização do desenvolvimento regional do Planalto Serrano Catarinense.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo oportunizou o manuseio de documentos históricos da UNIPLAC e de registro das falas de professores que foram fundadores da ACC, primeira mantenedora do ensino superior em Lages. Foram também entrevistados, professores que atuaram como administradores da fundação UNIPLAC no período intermediário entre a Fundação das Faculdades e a transformação dessas em Universidade e pessoas da comunidade que representam os poderes públicos (legislativo e executivo municipal) e associações de empresários (ACIL e AMPE) da cidade de Lages e da Região Serrana.

A partir das falas são focalizados aspectos relativos à idéia de universidade como discurso de desenvolvimento, idéia que permeia toda a história do ensino superior em Lages.

Através de uma aproximação histórica resgata-se nos documentos e discursos a preocupação em se fazer uma universidade para promover o desenvolvimento a princípio da cidade de Lages e posteriormente da Região do Planalto Serrano Catarinense.

Foram muito importantes os contatos, a vivência de todos os momentos da construção metodológica, os quais se tornaram desafiadores e instigadores no decorrer da pesquisa sobre a idéia da UNIPLAC como Universidade propulsora do desenvolvimento regional ou como discurso de desenvolvimento regional.

Fatores de ordem política, econômica, social, ideológica e cultural interferiram na construção da UNIPLAC como Universidade. Vivenciaram-se muitas contradições e ambigüidades na busca pela materialização da idéia de Universidade, processo iniciado em 1959.

Buscar a compreensão desse real é penetrar num terreno de complexidades, singularidades, dúvidas e contradições.

A UNIPLAC, enquanto objeto de pesquisa, possibilitou revigorar momentos históricos vivenciados, nem sempre, em consonância com a história do Estado de Santa Catarina e do Brasil.

A UNIPLAC, enquanto fundação, vivenciou no contexto da sociedade lageana momentos de crise muito específicos e complexos na sua experiência como mantenedora das Faculdades FACIP e FACEC. Além das dificuldades de ordem econômica, internamente problemas ideológicos e políticos e até de disputa entre as duas Faculdades, atrapalharam a administração da Fundação. O processo de transformação em universidade veio unificar a comunidade acadêmica e até a comunidade externa em torno da UNIPLAC - idéia de universidade como discurso de desenvolvimento.

Os resultados desta pesquisa indicam que a UNIPLAC, enquanto projeto de universidade regional, ainda está em construção, visto que, a idéia de universidade como discurso de desenvolvimento ou a idéia de universidade como suporte do desenvolvimento ainda não se concretizou.

Durante o movimento pró-transformação em universidade, a UNIPLAC conseguiu aglutinar forças políticas, sociais, econômicas e culturais da cidade e Região Serrana, por ser a universidade pensada como uma Instituição que devesse, através do ensino, pesquisa e extensão, tornar-se a promotora do desenvolvimento regional.

Como a tradição da UNIPLAC concentra-se no ensino, a sua transformação em universidade força-a a incrementar a pesquisa e a extensão. Esse objetivo impulsiona a instituição a realizar várias atividades de extensão durante os anos de 1999/2000 e também a iniciar os trabalhos de pesquisa de forma institucional.

Assim, a materialização da idéia de universidade vem se concretizando pelo aumento de matrículas e de cursos oferecidos, pela dinamização de projetos, eventos e ações de extensão, pela iniciação à pesquisa com acadêmicos, pela realização de

pesquisas pelos professores financiadas pelo fundo de pesquisa da UNIPLAC, por financiamentos externos e por parcerias com outras instituições.

O elevado número de concluintes dos cursos da UNIPLAC indica a possibilidade de que a idéia da Universidade como discurso de desenvolvimento vem sendo materializada pela formação de mão-de-obra especializada, pela possibilidade de ascensão social e pela promoção cultural.

As falas dos entrevistados autorizam a concluir que a UNIPLAC muito tem contribuído para formação de profissionais e muito tem a realizar no tocante às atividades de extensão e pesquisa para completar sua caminhada como Universidade.

A contribuição desta pesquisa está no reafirmar a necessidade da UNIPLAC em investir na concretização da idéia de universidade, cumprindo os objetivos propostos em seus estatutos e regimentos, e, através de suas ações como universidade auxiliar no desenvolvimento da Região do Planalto Serrano Catarinense.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alcides et al. **Ensaio sobre a economia catarinense**. Florianópolis: Edeme, 1970.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **Referências bibliográficas**. NBR 6023. Rio de Janeiro: 2001.

\_\_\_\_\_. **Citações**. NBR 10520. Rio de Janeiro: 2001.

AURAS, Gladys Mary Teive. **Modernização econômica e formação do professor em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1998.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. 3.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958, Tomo II e III.

BASTOS, L. da R.; PAIXÃO, L; FERNANDES, L.M. **Manual para a elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses e dissertações**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CABRAL, Oswaldo. **História de Santa Catarina**. 2.ed. Florianópolis: Editora Laudes, 1970.

CÂMARA, Lourival. **Reflexos da guerra na economia catarinense**. Edição do Departamento Estadual de Estatística, 1945.

CARDOSO, Fernando Henrique. **As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento**. 2.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1993.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Vol.I. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CUNHA, Maria Isabel da; LEITE, Denise B. Cavalheiro. **Decisões pedagógicas e estruturas de poder na universidade**. Campinas: Papirus, 1996

DOWBOR, Ladislau. **A reprodução social - propostas para uma gestão descentralizada**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.

FACEC, Anuário I, 1968.

\_\_\_\_\_. Anuário II, 1969.

FALETTO, Enzo & CARDOSO, Fernando Henrique. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. 7.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1970.

FURTADO, Celso. **Brasil: a construção interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1920.

\_\_\_\_\_. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GONDIM, Linda Maria Pontes (org.). **Pesquisa em ciências sociais**. [Dissertação de Mestrado]. Fortaleza: EUFC, 1999.

HAWERROTH, Jolmar Luis. **A expansão do ensino superior nas universidades do sistema fundacional catarinense**. Florianópolis: Insular, 1999.

HOFFMANN, Ricardo L. **Abertura operacional da universidade (para o desenvolvimento)**. São Paulo: Editora Resenha Universitária Ltda., 1975.

KOVÁCS, Ilona; CASTILLO, Juan José. **Novos modelos de produção: trabalho e pessoas**. Oeiras: Celta Editora, 1998.

LAGO, Paulo Fernando. **A terra o homem a economia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1968.

LÁZARO, André (org.) **Visão e ação: a universidade no século XXI**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

LIBERATO, Leo Vinicius Maia. **Sociologia positiva**. [Dissertação de Mestrado]. Florianópolis: UFSC, 2000.

MICELI, Sergio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. Vol.1 São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais : IDESP,1989.

MICHELS, Ido Luiz. **Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento: do planejamento econômico, 1956 aos precatórios, 1997**. Campo Grande, MS: UFMS, 1998.

PATO, Christy Ganzert Gomes. **Teoria da dependência revisitada: teoria e práxis na compreensão do pensamento de Fernando Henrique Cardoso**. [Monografia de Estágio Curricular - CSO 5420]. Florianópolis: UFSC, 1999.

PEIXER, Zilma Isabel. **Poder local e participação popular**. In: UNIPLAC. **Revista de Divulgação Científica e Cultural**. Lages (SC). Vol.I, n.I, jul/dez/1998.

PEREIRA, Nereu do Valle et al. **Ensaio sobre sociologia e desenvolvimento em Santa Catarina**. Florianópolis: Edeme, 1971.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 11.ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira - a organização escolar**. 4.ed. São Paulo: Moraes, 1982.

ROSSI, Wagner G. **Capitalismo e educação: contribuição ao estudo crítico da economia da educação capitalista**. 2.ed. São Paulo: Moraes, 1980.

SANTA CATARINA. Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. **Plano Básico de Desenvolvimento Ecológico - Econômico**. PBDE - AMURES - Associação dos Municípios da Região Serrana, 1999.

SANTOS, Silvio Coelho. **Educação e desenvolvimento em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1967.

SARTORI, Sérgio; PEIXER, Zilma Isabel; NUNES, Paulo Tarso de. Os 40 anos de ensino superior na região serrana de Santa Catarina. In: UNIPLAC – **Revista de Divulgação Científica e Cultural**. Lages, vol.2, n.2, jul/dez, 1999.

SCHÜRMAN, JANE SPECHT. **O Processo de Implantação do Ensino Superior em Lages: Motivos e Dificuldades**. [Dissertação em Sociologia Política] Florianópolis: UFSC, 2001.

SGUISSARDI, Waldemar & SILVA JR, José dos Reis et al. **Novas fases da educação superior no Brasil**. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

SILVA, et al. Jaldyr B. Faustino da. **Fundamentos da Cultura Catarinense**. Rio de Janeiro: Editora Laudes S.A. ,1970.

SUNKEL, Osvaldo & PAZ, Pedro. **Os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forum Editora, 1974.

TEIXEIRA, Anísio. **A universidade de ontem e de hoje**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Biblioteca Central. **Normas para apresentação de trabalhos**. Curitiba-PR: 2000. pt.7,8 - redação e editoração - citações e notas de rodapé.

UNIPLAC - **Revista de Divulgação Científica e Cultural**. Vol.1, n.1, jul/dez/98, Lages: UNIPLAC, 1998.

\_\_\_\_\_. Vol. 2, n.1, jan/jun/99.

\_\_\_\_\_. **Processo de Reconhecimento**, v. 1,2,3,4,5, 1999.

\_\_\_\_\_. **Projeto da Universidade do Planalto Catarinense**, 1996.



## **ANEXOS**

ANEXO 1

MATRÍCULA DA FACIP E FACEC POR CURSO (1987-1989) E  
CONCLUINTES DE 1987 E 1988

QUADRO 1 - MATRÍCULA DA FACIP E FACEC POR CURSO (1987-1989) E CONCLUINTES DE 1987 E 1988.

CURSOS	Matrículas			Concluintes	
	1987	1988	1989	1987	1988
Matemática	50	46	36	-	42
Ciências de 1º Grau	265	270	257	39	36
Ciências Sociais	202	200	211	39	37
Letras	187	206	206	27	24
Pedagogia	222	294	223	51	72
Administração	350	246	351	30	34
Ciências Contábeis	182	179	168	25	26
Ciências Econômicas	192	197	203	17	12
Direito	157	206	260	-	-

Fonte: Anexo 77, Processo de Reconhecimento da UNIPLAC, Relatório 1 1999

ANEXO 2

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NOS CURSOS  
SUPERIORES DA UNIPLAC – 1994/1999

QUADRO 2 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NOS CURSOS SUPERIORES DA UNIPLAC (1994-1999)

<b>CURSOS</b>	<b>1994/1</b>	<b>1994/2</b>	<b>1995/1</b>	<b>1995/2</b>	<b>1996/1</b>	<b>1996/2</b>	<b>1997/1</b>	<b>1997/2</b>	<b>1998/1</b>	<b>1998/2</b>	<b>1999/1</b>
Direito	287	283	289	284	302	296	294	280	262	276	292
Administração	258	355	363	37	385	39	341	327	305	327	355
Ciências Contábeis	189	172	187	76	192	174	190	164	188	193	206
Ciências Econômicas	179	167	194	151	191	175	209	171	202	179	206
Letras	178	151	162	156	168	151	176	159	169	145	156
Ciências Sociais	230	23	225	221	219	210	212	191	203	179	183
Matemática	139	114	147	119	125	111	136	90	13	90	125
Ciências de 1º Grau	183	124	175	130	134	111	78	61	40	34	9
Ciências Biológicas	-	-	-	-	-	-	30	22	49	33	73
Pedagogia Séries Iniciais (mat.)	-	-	-	-	-	-	36	36	80	64	125
Pedagogia Séries Iniciais (not.)	-	-	-	-	-	-	52	50	134	187	195
Pedagogia (Not.) Sup/Adm.	251	258	231	232	218	216	198	182	42	46	-
Pedagogia (São Joaquim)	84	67	66	62	61	59	61	30	50	45	40
Tecnologia da Madeira	-	-	-	-	-	-	-	-	40	37	55
Informática (Matutino)	-	-	-	-	-	-	-	-	40	40	74
Informática (Noturno)	-	-	-	-	-	-	-	-	42	38	81
Educação Física (FURB)	-	-	-	-	-	-	117	107	100	97	65
Educação Física	-	-	-	-	-	-	-	-	41	35	99
<b>TOTAL</b>	<b>2078</b>	<b>1924</b>	<b>2039</b>	<b>1908</b>	<b>2074</b>	<b>1920</b>	<b>2130</b>	<b>1870</b>	<b>2120</b>	<b>2045</b>	<b>2339</b>

Fonte: Livros de registros da Secretaria Acadêmica.

ANEXO 3

MATRÍCULA DOS ALUNOS DA UNIPLAC - 1º SEMESTRE DE 2001

QUADRO 03 - MATRÍCULA DOS ALUNOS DA UNIPLAC- 1º SEMESTRE DE 2001

CURSO	Total de Vagas no Curso	Situação [Todas]	Só Matriculado	Trancado	Desistente	Cancelado	Transferido	Vagas Disponíveis
Administração Emp. Lages	474	485	444	29	4	1	7	-
Administração Emp. S. Joaquim	100	107	98	-	8	-	1	-
Administração – Turismo	100	88	80	3	4	-	1	12
Ciências 1º Grau	-x-	01	1	-	-	-	-	-
C. Biológicas – Matutino	100	47	40	3	-	3	1	53
C. Biológicas – Noturno	151	118	110	3	5	-	1	3
C. Biológicas - Mat/Bacharelado	-x-	03	-	-	1	2	-	-
Ciências Contábeis	286	286	67	10	4	1	4	-
Ciências Econômicas	150	82	75	6	-	-	1	68
Ciências Sociais	151	116	107	7	-	-	2	35
Direito – Matutino	157	174	163	3	-	-	8	-
Direito – Noturno	414	426	408	8	1	1	8	-
Educação Artística	100	90	87	2	1	-	-	10
Educação Física/Furb Matutino	-x-	04	4	-	-	-	-	-
Educação Física – Matutino	161	127	117	2	1	-	7	34
Educação Física – Noturno	123	115	107	2	3	-	3	8
Enfermagem	121	113	108	2	1	1	1	8
Informática – Matutino	160	78	63	4	3	-	8	82
Informática – Noturno	241	231	208	9	6	1	7	10
Letras	100	72	69	-	2	-	1	28
Matemática	200	118	106	6	2	1	3	82
Odontologia	144	139	130	2	4	1	2	5
Pedagogia – Matutino	101	88	81	4	1	-	2	13
Pedagogia – Noturno	302	273	252	8	2	2	9	29
Pedagogia - S. Joaquim	100	73	71	2	-	-	-	27
Pedagogia – Urubici	50	47	47	-	-	-	-	3
Pedagogia - C.B. do Sul	50	40	39	1	-	-	-	10
Tecnologia da Madeira	80	29	27	1	-	-	1	51
Hab. Matemática 2ª Turma	50	36	35	-	1	-	-	-
Magister Educação Artística	50	47	47	-	-	-	-	-
Magister	50	44	44	-	-	-	-	-

Educação Especial								
<b>Total</b>	<b>4.266</b>	<b>3.697</b>	<b>3.435</b>	<b>117</b>	<b>54</b>	<b>14</b>	<b>78</b>	<b>604</b>

Fonte: Secretaria Acadêmica, UNIPLAC, junho/2001



ANEXO 4

PROCEDÊNCIA DOS ALUNOS DA UNIPLAC POR CURSOS E MUNICÍPIO

QUADRO 4 – PROCEDÊNCIA DOS ALUNOS DA UNIPLAC POR CURSOS E MUNICÍPIOS – 1º SEMESTRE DE 1996

<b>LOCALIDADE</b>	<b>Direito</b>	<b>Ciências Contábeis</b>	<b>Ciências Econômicas</b>	<b>Administração</b>	<b>Pedagogia</b>	<b>Ciências Sociais</b>	<b>Matemática</b>	<b>Ciências do 1º Grau</b>	<b>Letras</b>	<b>Educação Física</b>	<b>Total</b>
Lages	271	155	153	301	192	173	90	117	13	79	1663
Curitiba	10					01	03		06	03	25
Otacílio Costa	03		10	18	06	14	07	03	05		80
São Joaquim	07		01	20	86	01	03	06			127
São Cristóvão	01										01
Anita Garibaldi	01										01
Correia Pinto	03		04	04	10	06	06	08	03		51
Cerro Negro	01				04	03					09
Vacaria			18	13		01	05	02	02	01	43
Ponte Alta			02	01	03	01	01	02			11
Ponte Alta do Sul			01								01
Urupema			01		02	01	01		01	01	08
Campo Belo do Sul				01	04		03	02	03	01	15
Urubici				04	03	01		01			11
Bom Retiro				01	03	02	01		01		09
Painel				01	03	02		01	02		09
São José do Cerrito				02	04	03	01	06	02		18
Bocaina do Sul					01		01				02
Rio Rufino						01					01
<b>TOTAL</b>	<b>297</b>	<b>155</b>	<b>190</b>	<b>366</b>	<b>321</b>	<b>210</b>	<b>122</b>	<b>148</b>	<b>158</b>	<b>85</b>	<b>2088</b>

Fonte: Secretaria Acadêmica – UNIPLAC/1996

Obs.: Alunos com trancamento de matrícula não estão na listagem de origem. Daí a diferença  $2.089 - 2.156 = 067$  trancamentos em todos os cursos.



ANEXO 5

DOCENTES E TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS DA UNIPLAC CURSANDO PÓS-GRADUAÇÃO

**QUADRO 05 – DOCENTES E TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS DA UNIPLAC  
CURSANDO PÓS-GRADUAÇÃO**

<b>NOME DO CURSO</b>	<b>Instituição</b>	<b>Início Término</b>	<b>Participantes</b>
<b>Especialização</b>			
Direito e Processo do Trabalho	UNIPLAC/UFSC	1997/99	03
Produtividade e Qualidade Total	UNIPLAC/FIESC	1996/98	04
Contabilidade Gerencial e Auditoria	UNIPLAC/FIESC	1997/98	03
Gerência da Qlde. nos Serviços Contábeis	UNIPLAC/FIESC	1998/00	03
<b>Mestrado</b>			
Ciências da Computação	UFSC	1996/00	05
Engenharia da Produção	UFSC	1998/00	01
Educação	UFSC	1998/00	01
Literatura Brasileira	UFSC	1998/00	01
Filosofia	PUC/RS	1998/00	01
Administração	UFSC/UNIPLAC	1998/00	08
Educação	UNISINOS	1998/00	01
Matemática	INJUI	1998/00	01
Economia	UFSC/UNIPLAC	1998/00	12
Economia	UFSC	1997/00	01
Educação	UFSC	1997/00	01
Inglês e Literatura Correspondente	UFSC	1996/00	01
Ciências Jurídicas / Dogmática Jurídica	UNIVALI	1996/99	01
Educação	FURB	1997/99	01
Sociologia Política	UFSC/UNIPLAC	1998/00	05
Sociologia Política	UFSC	1995/99	01
Educação	UFSC/UNIPLAC	1998/00	11
Geografia	UFSC/UNESCO	1998/00	01
Saúde Pública	UFSC	1997/99	01
Relações Internacionais para o Mercosul	UNISUL	1999	01
Educação Física	UDESC	1998	01
<b>Doutorado</b>			
Administração Educacional	ULBRA	1993/99	03
Reforma e Proc. de Inov. na Educação	ULBRA	1993/00	01
Europa e A. Latina Crescimento e Desenvol.	LEON-UNISUL	1995/00	02
Ciências Sociais	PUC/SP	1996/00	01
Ciências Empresariais	LEON/UNISUL	1997/01	02
Integração Européia e MERCOSUL	LEON/UNISUL	1997/01	01
Engenharia Mecânica	UFSC	1998/02	01
Educação	PUC/SP	1998/02	01
Economia	LEON/USA	1999	01
Teoria da Literatura	PUC/RS	1999	01
<b>Técnicos-Administrativos</b>			
<b>Especialização</b>			
Produtividade e Qualidade Total	UNIPLAC/FIESC	1998/99	04
Contabilidade Gerencial e Auditoria	FURB/UNIPLAC	1997/98	01
<b>Mestrado</b>			
Administração Universitária	UFSC/UNOESC	1998/00	01
Sociologia Política	UFSC/UNIPLAC	1998/00	01
Economia	UFSC/UNIPLAC	1998/00	01

Fonte: UNIPLAC, 1999, Processo de Reconhecimento, Relatório 4, p.117-122.



ANEXO 6

DOCENTES DA UNIPLAC POR TITULAÇÃO E DEPARTAMENTO 1999/1º  
SEMESTRE

**QUADRO 06 - DOCENTES DA UNIPLAC POR TITULAÇÃO E DEPARTAMENTO -  
1999/1º SEMESTRE**

<b>Departamentos</b>	<b>Doutor</b>	<b>Mestre</b>	<b>Esp.</b>	<b>Grad</b>	<b>Total</b>	<b>Doutorado</b>	<b>Mestrado</b>
Dep. Ciências Sociais e Aplic.	02	02	32	04	40	06	15
Ciências Jurídicas	-	-	21	-	21	-	09
Ciências H.L. Artes	-	12	31	01	44	06	17
Ciências Exatas e Tecnológicas	01	05	17	03	26	03	07
Ciências Biológicas e Saúde	01	05	22	01	29	-	08
<b>Total</b>	<b>04</b>	<b>24</b>	<b>123</b>	<b>09</b>	<b>160</b>	<b>15</b>	<b>56</b>

Fonte: Secretaria Acadêmica/Setor Recursos Humanos (relatório 4 - UNIPLAC, 1999, p.114).



ANEXO 7

DOCENTES DA UNIPLAC POR DEPARTAMENTO E TITULAÇÃO - 2001/1º  
SEMESTRE

**QUADRO 07 - DOCENTES DA UNIPLAC POR DEPARTAMENTO E TITULAÇÃO -  
2001/1º SEMESTRE**

Departamento	TITULAÇÃO POR DEPARTAMENTO								
	Doutorado Completo	Doutorado em Curso	Mestrado Completo	Mestrado em Curso	Especialização Completa	Especialização em Curso	Graduação	Total Completo	Total em Curso
Ciências Hum. Letras e Artes	02	06	27	16	38	03	06 <sup>1</sup>	73	25
Ciências Ex. e Tecnológicas		03	15	08	18	04	08 <sup>2</sup>	41	15
Ciências Biol. e da Saúde	02	02	15	12	39		01 <sup>3</sup>	57	14
Ciências Sociais e Aplicadas	02	06	09	08	30	04	06 <sup>4</sup>	48	18
Ciências Jurídicas		01		10	23	04	06 <sup>5</sup>	28	15
<b>Total</b>	<b>06</b>	<b>18</b>	<b>66</b>	<b>54</b>	<b>148</b>	<b>15</b>	<b>27</b>	<b>247</b>	<b>87</b>

<sup>1</sup> Desses, 2 estão cursando Pós-Graduação Lato Sensu/Especialização e 2 estão cursando Pós-Graduação Stricto Sensu/Mestrado

<sup>2</sup> Desses, 4 estão cursando Pós-Graduação Lato Sensu/Especialização e 3 estão cursando Pós-Graduação Stricto Sensu/Mestrado

<sup>3</sup> Está cursando Pós-Graduação Stricto Sensu.

<sup>4</sup> Desses, 4 estão cursando Pós-Graduação Lato Sensu/Especialização e 1 está cursando Pós-Graduação Stricto Sensu/Mestrado

<sup>5</sup> Desses, 4 estão cursando Pós-Graduação Lato Sensu/Especialização e 1 está cursando Pós-Graduação Stricto Sensu/Mestrado

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação/Pró-Reitoria Ensino, maio/2001.

ANEXO 8

DOCENTES DA UNIPLAC E CARGA HORÁRIA SEMANAL - 2001 - 1º SEMESTRE

QUADRO 08 – DOCENTES DA UNIPLAC E CARGA HORÁRIA SEMANAL – 2001-  
1º SEMESTRE

Horas semanais	Nº de docentes	Horas semanais	Nº de docentes	Horas semanais	Nº de docentes	Horas semanais	Nº de docentes
02	14	11	4	21	01	31	-
03	09	12	23	22	04	32	04
04	46	13	02	23	04	33	01
05	02	14	02	24	08	34	02
06	09	15	02	25	-	35	-
07	03	16	17	26	01	36	02
08	37	17	01	27	02	37	-
09	-	18	01	28	-	38	02
10	03	19	02	29	-	39	-
		20	16	30	03	40	20
Sutotal	123		70		23		31

Fonte: Setor de Recursos Humanos da UNIPLAC, 23/05/01

ANEXO 9

DOCENTES E TEMPO DE SERVIÇO NA UNIPLAC 3M 2001/1º SEMESTRE

QUADRO 09 - DOCENTES E TEMPO DE SERVIÇO NA UNIPLAC EM 2001-1º SEMESTRE

<b>Tempo de Serviço</b>	<b>Nº de Professores</b>
0 -- 05 anos	140
6 -- 10 anos	37
11 -- 15 anos	26
16 -- 20 anos	10
21 -- 25 anos	18
26 -- 30 anos	13
+ -- 30 anos	3

Fonte: Setor de Recursos Humanos da UNIPLAC, 23/05/01

ANEXO 10

DOCENTES DA UNIPLAC E TEMPO DE SERVIÇO POR DEPARTAMENTO -  
1002/1º SEMESTRE

QUADRO 10 - DOCENTES DA UNIPLAC E TEMPO DE SERVIÇO POR DEPARTAMENTO- 2001-1º SEMESTRE

<b>Departamentos</b>	<b>TEMPO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL</b>				
	<b>Até 5 anos</b>	<b>De 6 a 10 anos</b>	<b>De 11 a 20 anos</b>	<b>Mais de 20 anos</b>	<b>Total</b>
Ciências Humanas, Letras e Artes	34	15	09	15	73
Ciências Exatas e Tecnológicas	23	07	04	07	41
Ciências Biológicas e da Saúde	48	04	04	01	57
Ciências Sociais e Aplicadas	18	06	14	09	47
Ciências Jurídicas	14	07	06	02	29
<b>Total</b>	<b>137</b>	<b>39</b>	<b>37</b>	<b>34</b>	<b>247</b>

Fonte: Setor de Recursos Humanos, maio/2001.



ANEXO 11

PROJETOS QUE MERECEM DESTAQUE NO ANO DE 2000

## **Guardiões da Esperança**

Na prática o projeto conquistou um espaço para recreação terapêutica hospitalar dentro do Hospital Infantil, que o torna hoje um projeto imprescindível de continuidade. Percebeu-se através do relato de pais, crianças, enfermeiros e recreacionistas, no decorrer do desenvolvimento das ações do projeto, que seus objetivos foram alcançados com êxito.

## **Lages em Ação**

Lages, após a instalação da Universidade, está sendo contemplada com muitos projetos de extensão, que propiciam a comunidade maiores perspectivas para enfrentar as diversidades sociais e financeiras que assolam nossa região e o país. Diante disto surge a proposta de parceria entre Universidade/Prefeitura do Município de Lages para juntos realizarem um projeto de cunho social que possibilite a comunidade exercitar a sua cidadania tendo direito a cultura, saúde, esporte, educação, recreação, projeto este que atenda a todos os bairros da cidade de Lages. Este projeto tem como objetivo oferecer a comunidade lageana, as dependências físicas e os recursos humanos da Fundação Municipal de Esportes, bem como da Universidade do Planalto Catarinense, capacitados para a realização de atividades recreativas, que possibilitem e dêem estímulo e oportunidade a toda a comunidade de usufruir desses espaços públicos e privados para melhoria da qualidade de vida através da recreação.

## **Programa UNIPLAC para a Maior Idade**

O Programa de Atualização Permanente para a Maior Idade se justifica em virtude da necessidade urgente de oportunizar aos idosos(a) da Região Serrana, pela via de Educação Permanente, o oferecimento de um programa que atenda suas necessidades nas áreas da saúde, da cultura e da educação e também na área do lazer, incrementando a qualidade de vida do idoso como um todo. O objetivo central do programa é proporcionar através extensão universitária, diversas atividades que venham proporcionar a valorização do idoso e a reconquista de sua cidadania.

## **Plano Regional de Educação**

O objetivo desta projeto tem sido desde de sua gênese, a elaboração e execução de políticas educacionais para o ensino fundamental das redes públicas estaduais e municipais. O PRE em sua forma de ação política, social e pedagógica, apresenta-se como "uma proposta que, cada vez mais, deverá constituir-se em eixo norteador, unificador e espaço de reflexão dos conteúdos, metodologias e, portanto, das práticas pedagógicas cotidianas de cada uma das Unidades Regionais da Região". Bem como, "definir uma política regional de formação continuada, qualificando, titulando e capacitando os professores da região, a partir de um plano comum para ambas as redes de ensino"(Plano/documento).

## **Programa de Educação Profissional SINE/FAT**

O desafio do programa de Educação Profissional, desde meados da década de 1990 é o de se integrar a uma política pública de emprego, trabalho e renda pela definição precisa do seu foco, que se orienta para o mercado, sem ser assistencialista. Trata-se, assim, de qualificação e requalificação que proporcione ao trabalhador, recuperar e valorizar sua competência profissional tanto do ponto de vista técnico, quanto do ponto de vista da cidadania. A UNIPLAC, desde 1995, é uma das "entidades executoras" das ações e projetos do Programa Estadual de Qualificação/SINE, junto aos municípios da região serrana do estado de Santa Catarina. Para tanto criou infra-estrutura institucional para atender tais demandas, pois entende que um dos grandes desafios da Região Serrana é estruturar e manter uma rede suficientemente integrada de Educação Profissional. No ano de 2000 a UNIPLAC vem executando ações de qualificação e requalificação profissional, resultado dos Fóruns Municipais atendendo a uma demanda de 2.808 treinandos. Além dos cursos escolhidos pela comunidade, projetos especiais estão sendo desenvolvidos paralelamente, não só na região serrana, mas em todo o estado. São eles: Projeto Ação Mulher, num total de 199 ações; Projeto Vê sabe com ações em 92 municípios e ainda o Projeto Formação de Cuidadores para Terceira Idade também com ações em 54 municípios do estado de Santa Catarina. Desta forma, a UNIPLAC deverá

capacitar com este Programa, aproximadamente 12.780 pessoas neste ano. O principal objetivo do Programa de Qualificação Profissional - UNIPLAC

é o de propiciar educação profissional ao trabalhador, visando garantir condições objetivas de empregabilidade e conseqüentemente melhoria de sua qualidade de vida.

## **Programa de Formação Continuada em Educação Ambiental**

### **Curso de Educação Ambiental (1ª e 2ª Edições)**

Em junho/2000 a Klabin Fabricadora de papel e celulose S/A, procurou a UNIPLAC para desenvolver Cursos de Extensão sobre Educação Ambiental para professores do Ensino Fundamental (1ª a 4ª série) da Educação Básica da Rede Pública Estadual e Municipal (Lages e Correia Pintos) tendo como objetivos: subsidiar os professores com informações técnicas a respeito dos ecossistemas e problemas ambientais da Região Serrana/SC; possibilitar a criação de programas de Educação Ambiental dentro das escolas; introduzir professores do Ensino Fundamental nos conceitos técnicos e pedagógicos de Ecologia e Educação Ambiental; maximizar as visitas as tulhas ecológicas que a Klabin possui na Fazenda Alves - Correia Pinto; apresentar a comunidade o processo de Produção da Klabin, bem como seu Programa Ambiental.

Este projeto é importante no sentido de contribuir para a melhoria da interface - Comunidade, haja vista, o investimento financeiro da mesma nessa iniciativa. A universidade é parceria nesse processo com toda infra-estrutura física, coordenação pedagógica e respaldo da UNIPLAC quanto a experiência já acumulado na formação continuada de professores e inserção de acadêmicos nos programas de extensão. O sucesso de 1ª edição, em andamento, já garantiu outra turma que iniciará em Outubro/2000, com a inclusão de professores da rede particular demanda conseqüente desta 1ª turma com perspectivas de outras turmas para 2001 atendendo também a demanda emergente para professores do Ensino Fundamental (5ª a 8ª série).

## **Núcleo de Prática Jurídica da UNIPLAC**

O Programa de Assistência Jurídica à Pessoas Carentes através do Escritório Modelo do Curso de Direito da UNIPLAC, desenvolve atividades efetivas de Assistência Judiciária gratuita na área cível e criminal. Foi criado para que os alunos deste curso pudessem desenvolver o atendimento de pessoas economicamente carentes e necessitadas, de acordo com o artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal, Lei nº 1060, de 05/02/1050, com alterações introduzidas pela Lei nº 7510/86, referentes à assistência judiciária. As atividades, não obstante serem tipicamente do ponto de vista do curso, relacionadas diretamente ao ensino, têm relação à sociedade, o caráter de extensão. Ou seja, as ações extensionistas se caracterizam como um espaço de interação com a sociedade local e regional, na perspectiva de articulação do ensino e da pesquisa. O Escritório Modelo atua também em programas realizados pela prefeitura do município de Lages. O principal deles é "O Bairro é Você", ocasião em que a estrutura do Escritório Modelo é transferida para os diversos bairros de Lages, a fim de prestar serviços e orientações judiciárias à população. Outra atuação fundamental, refere-se aos convites para os professores e monitores, vinculados ao Escritório, ministrarem palestras à comunidade carente do município e região, sobre seus direitos e deveres fundamentais, Direito e família, Direito das sucessões e Direito do Trabalho.

## **Coral Universitário**

Projeto que objetiva: a divulgação e marketing da UNIPLAC, o aprimoramento do nível artístico e cultural da universidade e da comunidade, efetivar a extensão universitária e envolver a comunidade nesse mister artístico. Participa de Eventos, Cursos, Seminários ligados a Universidade e a comunidade fazendo apresentações, inclusive em outras cidades, do qual participam 50 universitários e 30 pessoas da comunidade.

Analisando os dados percebe-se que houve um incremento quantitativo e qualitativo no tocante ao corpo docente, discente à pesquisa e à extensão. Entretanto significativas foram as proporções de avanço após a transformação da

UNIPLAC em Universidade em relação às atividades de extensão e ao decolar da pesquisa na Universidade.



ANEXO 12

MODELO DA ENTREVISTA DIRIGIDA - REALIZADA COM OS ENTREVISTADOS NO  
ANO DE 2001

**ENTREVISTA:** Termo de doação total: através deste cedo todos os direitos de uso e divulgação do conteúdo desta entrevista realizada em 2001, gravada em fita magnética, bem como a transcrição literal da mesma para ser utilizada na dissertação de mestrado da prof. Leida Maria Martins Vieira.

**IDENTIFICAÇÃO:** nome, data de nascimento, local de nascimento  
Escolaridade, onde estudou o 1º, 2º e 3º graus  
Profissão

1. É lageano? quando saiu e por que retornou a Lages? E a família?
2. Que motivos o estimularam a permanecer em Lages?
3. Em que o senhor trabalhou em Lages?
4. Para o senhor quais os principais motivos da criação e instalação de unidades de ensino superior em Lages?
5. Qual o seu envolvimento com a UNIPLAC ?
6. Discorra sobre a sua participação na história da UNIPLAC.
7. Na sua opinião, qual era a idéia de desenvolvimento que tinham os fundadores das unidades de Ensino Superior em Lages?
8. Que entendimento tinham eles na época sobre desenvolvimento Regional?
9. O que os fundadores pretendiam realizar com a criação do Ensino Superior em Lages, que ideal os norteava quando resolveram criar unidades de ensino superior em Lages?
10. Pensava-se na época ser possível promover o desenvolvimento regional através da criação de unidades de ensino superior?

11. Por que os primeiros cursos instalados foram de Ciências Econômicas e Contábeis?

12. E hoje, pensa-se ser a Universidade a promotora do desenvolvimento Regional?

13. Já participou de alguma atividade ou já exerceu ou exerce alguma função na Universidade?

14. Esse desenvolvimento desejado pelos envolvidos no processo UNIPLAC ocorreu ou está ocorrendo após a transformação em Universidade. Como a comunidade, associações, poder público vêem isso?

15. O senhor acompanhou o processo de transformação da UNIPLAC em Universidade, quais os motivos mais relevantes que mobilizaram Lages para lutar pela Universidade?

16. Como o senhor viu a mobilização da sociedade, do setor público, do comércio, da indústria, etc. . no processo de universidade?

17. Como transcorreu a participação da entidade que o senhor dirige no processo de transformação da UNIPLAC em universidade?

18. Em que época inicia a mobilização no sentido da transformação das faculdades em Universidade?

19. De quem foi a iniciativa ?.Quais os atores que mais se envolveram nesse processo?

20. Seria possível pensar Lages hoje sem o Ensino Superior? E sem a Universidade?

21. Qual a idéia de desenvolvimento que estava presente nos atores no momento do processo de transformação da UNIPLAC em universidade?

22. Como o senhor vê hoje o trabalho que a Universidade está realizando?
23. A Universidade têm contribuído para o desenvolvimento da cidade e da região?
24. Qual a idéia que o senhor tem hoje sobre desenvolvimento e sobre a participação da universidade no desenvolvimento.
25. Que tipo de ações evidenciam que a Universidade contribui para o desenvolvimento da Região?
26. A universidade tem bem claro o que a cidade e a região precisam para desenvolver-se?
27. Existe uma relação entre o trabalho da universidade e a satisfação das necessidades da cidade e da região?
28. Do seu ponto de vista o que Lages e Região mais necessitam para promover o seu desenvolvimento?
29. Na sua opinião, deveria o poder público, a comunidade, a universidade promoverem estudos sobre a vocação de Lages?
30. Como o senhor vê o envolvimento do poder público (Câmara de Vereadores) e a comunidade empresarial (ACIL) com a universidade?
31. Como o senhor vê a participação da comunidade na universidade e vice-versa
32. E a instituição que o senhor preside, que contribuições prestou ao processo de transformação da UNIPLAC em universidade e qual o seu envolvimento hoje com a universidade?

33. Algo foi publicado sobre um estudo ou projeto de desenvolvimento com a assessoria de um instituto de renome. Tem algo a ver com a ACIL, Câmara de Vereadores ou AMURES?

34. O que o senhor tem a dizer sobre a Agencia de Desenvolvimento e o PDTR ?

35. Quais os planos que o senhor tem à frente da instituição que dirige em relação ao desenvolvimento de Lages?

36. Em que estaria a UNIPLAC inserida nesses planos?

37. Por favor faça as considerações que desejar.

ANEXO 13  
RELAÇÃO DAS PESSOAS ENTREVISTADAS



## ENTREVISTADOS

Julio César Malinverni	Professor da UNIPLAC- fundador da ACC.
Antonio Carlos Koerich	Professor da UNIPLAC- fundador da ACC.
Pedro Gasparin	Professor da UNIPLAC.
Cesar Augusto Ramos Muniz	Professor da UNIPLAC.
Paulo César da Costa	Presidente da ACIL de Lages.
Joaquim Goulart Junior	Secretário do Desenvolvimento Econômico e Turismo de Lages
Jacinto Bet	Presidente da Câmara de Vereadores de Lages
Clóvis Ferreira	Presidente da AMPE de Lages.
Samir Ribeiro de Jesus	Pró-Reitor de Pós-Grauação, Pesquisa e Extensão da UNIPLAC

Obs. Foram utilizadas as entrevistas concedidas à professora-mestranda Jane Speach Schürmann pelo Conselheiro do CEE/SC Professor Doutor Walter Piazza e ao professor José Batista da Rosa em 03 de dezembro de 1998 pelo então professor Bernardino Nelson Gevaerd , falecido em 17 de setembro de 1999.

ANEXO 14

RELAÇÃO DE PREFEITOS QUE RESPONDERAM AO QUESTIONÁRIO

Relação de Prefeitos que responderam ao questionário

Município de Bocaina do Sul	Prefeito Sr. Osni Flávio de Oliveira
Município de Campo Belo do Sul	Prefeito Sr. José Davi Pereira
Município de Cerro Negro	Prefeito Sr. Sebastião Ari Martins
Município de São Joaquim	Prefeito Sr. Newton Stélio Fontanella
Município de Rio Rufino	Prefeito Sr. Carlos Oselame
Município de Urubici	Prefeito Sr. Luiz Clóvis Rodrigues Corrêa

ANEXO 15  
MODELO DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PREFEITOS DA REGIÃO DA  
AMURES

Aos senhores Prefeitos da Região da AMURES

Senhor Prefeito, como mestrande de Sociologia Política estou trabalhando em minha dissertação o Desenvolvimento Regional e o Ensino Superior na Região Serrana. Sua contribuição é muito importante. Portanto, solicito que o senhores respondam as seguintes questões:

1 - Qual está sendo o papel da Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC em relação ao desenvolvimento de seu município?

2 - Que ações concretas revelam a atuação da UNIPLAC em seu município?

Lages, 05 de junho de 2001.

Prefeito: (nome completo): \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_

Autorizo sejam estas informações utilizadas pela mestrande Leida Maria Martins Vieira em sua dissertação de Mestrado.

Assinatura do Prefeito \_\_\_\_\_

Obrigada pela sua contribuição: \_\_\_\_\_ prof<sup>a</sup>. da UNIPLAC.